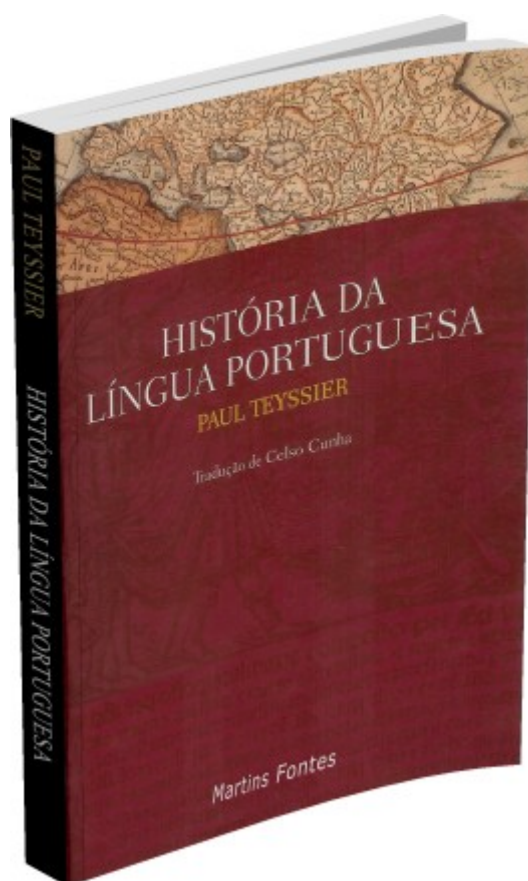


HISTÓRIA DA LÍNGUA PORTUGUESA

PAUL TEYSSIER

Tradução de Celso Cunha



Martins Fontes

Sumário

Prefácio.....	4
Considerações iniciais.....	5
Capítulo 1 - Do latim aos primeiros textos em galego-português (século XIII).....	6
Os fatos históricos.....	6
Do latim ao galego-português: a evolução fonética.....	10
Do latim ao galego-português: evolução da morfologia e da sintaxe.....	17
Do latim ao galego-português: formação do vocabulário.....	17
Capítulo 2 - O galego-português (de 1200 a aproximadamente 1350). 20	
Os fatos históricos.....	20
Os textos.....	21
A grafia.....	22
Fonética e fonologia.....	22
Morfologia e sintaxe.....	27
O Vocabulário.....	29
Capítulo 3 - O português europeu (do século XIV aos nossos dias).....	31
Problemas de periodicidade.....	31
Separação do galego.....	34
O território do português europeu.....	34
Evolução fonética do português europeu do século XIV aos nossos dias.....	35
Morfologia, sintaxe e vocabulário.....	55
Capítulo 4 - O português do Brasil.....	62
Os fatos históricos.....	62
Principais características.....	64
A questão da língua no Brasil.....	72
Capítulo 5 - O português na África e na Ásia.....	76
O português na Ásia.....	76
O português na África.....	76

Transcrição fonética.....	80
Notas.....	.81
Bibliografia sumária.....	92
Advertência final.....	95

Prefácio

A versão original desta História da Língua Portuguesa foi publicada em 1980 por Presses Universitaires de France, numa coleção que tem de sujeitar-se a uma regra imperativa: os volumes não devem ultrapassar um total de 128 páginas de pequeno formato. Uma limitação tão rigorosa apresenta, por mais paradoxal que pareça, grandes vantagens: obriga os autores a um esforço de síntese que favorece o rigor do pensamento e a clareza da expressão. Concentrar-se na redação cuidadosa de poucas páginas custa mais trabalho e exige mais tempo do que abandonar-se à composição fácil de um volume difuso e vago.

Esta limitação tem, no entanto, certas conseqüências negativas. Não se podem incluir num livro de dimensões tão reduzidas as notas explicativas e as indicações bibliográficas que o leitor exige num trabalho deste tipo.

A publicação desta História em tradução portuguesa proporcionava-me a possibilidade de corrigir esses inconvenientes. Aproveitei, por isso, a ocasião que se me oferecia para acrescentar ao texto propriamente dito muitas notas explicativas, nas quais incluí todas as referências e justificações necessárias. Além disso, a bibliografia foi enriquecida com muitos títulos novos. Enfim, procedi a uma revisão completa do texto.

Mas há mais. Este livro teve o grande privilégio de ser traduzido para o português pelo Prof. Celso Ferreira da Cunha, da Universidade Federal do Rio de Janeiro uma autoridade incontestável e reconhecida como tal pela comunidade científica em tudo quanto diz respeito à língua portuguesa na sua evolução histórica e na sua realidade atual. Um estudioso de tão excepcional competência não podia limitar-se a “traduzir”: sugeriu não poucas modificações e acréscimos, tanto no conteúdo do texto como na bibliografia, contribuindo assim para fazer desta versão da História da Língua Portuguesa, até certo ponto um livro novo. Peço-lhe que aceite aqui o testemunho da minha sincera gratidão, extensiva também à sua colaboradora, Prof.^a Claire de Oliveira Neto.

Não posso deixar de mencionar também as observações valiosas que me foram feitas por muitas outras pessoas, entre as quais é meu dever salientar o Prof. Luis Felipe Lindley Cintra, da Universidade de Lisboa, outra autoridade prestigiosa que muito tem contribuído para alargar os nossos conhecimentos sobre formação histórica da língua portuguesa. Este livro é muito aos seus trabalhos e publicações, bem como às observações e sugestões orais que teve a bondade de me fazer.

Paris, 26 de março de 1982

Paul Teyssier

Considerações iniciais

Esta obra foi digitalizada pelo grupo Digital Source para proporcionar, de maneira totalmente gratuita, o benefício de sua leitura àqueles que não podem comprá-la ou àqueles que necessitam de meios eletrônicos para ler.

Dessa forma, a venda deste e-book ou até mesmo a sua troca por qualquer contraprestação é totalmente condenável em qualquer circunstância.

A generosidade e a humildade é a marca da distribuição, portanto distribua este livro livremente.

Após sua leitura considere seriamente a possibilidade de adquirir o original, pois assim você estará incentivando o autor e a publicação de novas obras.



Capítulo 1

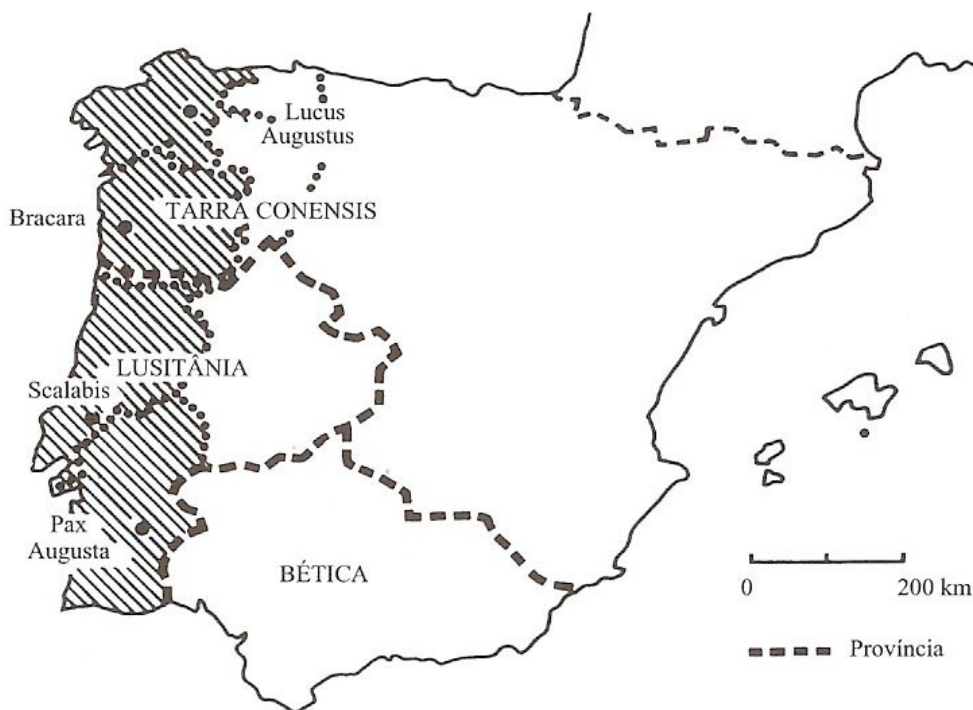
Do latim aos primeiros textos em galego-português (século XIII)

Os primeiros textos escritos em português surgem no século XIII. Nessa época, o português não se distingue do galego, falado na província (hoje espanhola) da Galícia. Essa língua comum — o galego-português ou galaico-português — é a forma que toma o latim no ângulo noroeste da Península Ibérica.

Os fatos históricos

1 — A romanização da Península Ibérica

Os romanos desembarcam na Península no ano 218 a.C. A sua chegada constitui um dos episódios da Segunda Guerra Púnica. Dão cabo dos cartagineses no ano de 209 e empreendem, então, a conquista do país. Todos os povos da Península, com exceção dos bascos, adotam o latim como língua e, mais tarde, todos abraçarão o cristianismo.



Mapa 1 — A Espanha romana no tempo de Augusto

A Península é inicialmente dividida em duas províncias (ver mapa 1), a Hispânia Citerior (a região nordeste) e a Hispânia Ulterior (a região sudoeste). No ano 27 a.C., Augusto divide a Hispânia Ulterior em duas províncias: a Lusitânia, ao norte do Guadiana, e a Bética, ao sul. Posteriormente, entre 7 a.C. e 2 a.C., a parte da Lusitânia situada ao norte do Douro, chamada Gallaecia, é anexada à província tarraconense (a antiga Hispânia Citerior). Cada província subdivide-se num determinado número de circunscrições judiciais chamadas *conventus*. Um exame rápido do mapa 1 mostra que o atual território da Galícia espanhola e de Portugal corresponde, aproximadamente, a quatro desses *conventus* — os de Lucus Augustus (Lugo), de Bracara (Braga), de Scalabis (Santarém) e de Pax Augusta (Beja). A área lingüística do que virá a ser o galego e o português delinea-se, pois, desde a época romana, no mapa administrativo do Ocidente peninsular (mapa 1).

Nesse território, assim definido, a romanização fez-se de maneira mais rápida e completa no Sul do que no Norte. Os gallaeci, em particular, que habitavam a zona mais setentrional, se comparados aos outros povos, conservaram por mais tempo elementos da sua própria cultura.

2 — Os suevos e os visigodos (séculos VI e VII)

Em 409, invasores germânicos — vândalos, suevos e alanos — afluem ao sul dos Pireneus, seguidos, mais tarde, pelos visigodos. Assim começa um dos períodos mais obscuros da história peninsular, que terminará em 711, com a invasão muçulmana. Os alanos foram rapidamente aniquilados. Os vândalos passaram para a África do Norte. Os suevos, em compensação, conseguiram implantar-se e, por muito tempo, resistiram aos visigodos, que tentavam reunificar a Península a seu favor. No século V o reino suevo era muito extenso, mas por volta de 570 reduziu-se à Gallaecia e aos dois bispados lusitanos de Viseu e Conímbriga. Em 585, esse território foi conquistado pelos visigodos e incorporado ao seu Estado. No que diz respeito à língua e à cultura, a contribuição dos suevos e dos visigodos foi mínima. Tiveram um papel particularmente negativo: com eles a unidade romana rompe-se definitivamente e as forças centrífugas vão preponderar sobre as de coesão. Se o latim escrito se mantém como a única língua de cultura, o latim falado evolui rapidamente e diversifica-se.

3 — A invasão muçulmana e a Reconquista

Em 711 os muçulmanos invadem e em pouco tempo conquistam a Península Ibérica, com inclusão da Lusitânia e da Gallaecia. Estes muçulmanos eram árabes e berberes do Maghreb. Tinham o Islão como religião e o árabe como língua de cultura, mesmo aqueles que falavam o berbere. Os povos ibéricos chamaram-nos “mouros” (esp. *moros*).

Partindo do norte, a reconquista cristã vai gradativa mente expulsando os mouros para o sul. É durante esta Reconquista que nascerá, no século XII, o reino independente de Portugal. Até por volta do ano 1000 a Espanha

muçulmana domina os inimigos cristãos. É a época áurea do califado de Córdoba. Em 997 Al-Mansur destrói Compostela. Mas no início do século XI os remos cristãos iniciam um movimento ofensivo que se tornaria irresistível. Na região ocidental que nos interessa, Coimbra é reconquistada em 1064, Santarém e Lisboa em 1147, Évora em 1165, Faro em 1249. Com a tomada de Faro, o território de Portugal está completamente formado. O resto da Península só seria, porém, definitivamente reconquistado bem mais tarde, em 1492, quando os Reis Católicos se apoderam do reino de Granada.

A invasão muçulmana e a Reconquista são acontecimentos determinantes na formação de três línguas peninsulares — o galego-português a oeste, o castelhano no centro e o catalão a leste. Estas línguas, todas três nascidas no Norte, foram levadas para o Sul pela Reconquista. Nas regiões setentrionais, onde se formaram os remos cristãos, a influência lingüística e cultural dos muçulmanos tinha sido, evidentemente, mais fraca que nas demais regiões. No Oeste em particular, a marca árabe-islâmica é muito superficial ao norte do Douro, ou seja, na região que corresponde hoje à Galícia e ao extremo norte de Portugal. À medida que se avança para o sul, ela vai se tornando mais saliente, sendo profunda e duradoura do Mondego ao Algarve. Foi na primeira destas regiões, ao norte do Douro — tendo talvez como limite extremo o curso do Vouga, entre o Douro e o Mondego —, que se formou a língua galego-portuguesa, cujos primeiros textos escritos aparecem no século XIII.

Na região meridional, o domínio muçulmano deixara subsistir uma importante população cristã de língua românica: os cristãos chamados moçárabes, palavra deriva da de um particípio árabe que significa “submetido aos árabes”. Conhece-se pouco desses falares hispano-românicos, mas o suficiente para compreender que formavam, em toda a parte meridional da Península, uma cadeia contínua de dialetos bastante diferentes daqueles que, fala dos no Norte, serão mais tarde o galego-português, o castelhano e o catalão.

A Reconquista provocou importantes movimentos de populações. Os territórios retomados aos “mouros” estavam freqüentemente despovoados. Os soberanos cristãos “repovoavam” esses territórios e entre os novos habitantes havia em geral uma forte proporção de povos vindos do Norte. Foi assim que o galego-português recobriu, pouco a pouco, toda a parte central e meridional do território português. O mapa 2 mostra os progressos sucessivos da frente cristã em 1064, 1147, 1168 e 1249. Adotada pelos moçárabes do país, por todos os elementos alógenos participantes do repovoamento, assim como pelos muçulmanos que aí haviam ficado, esta língua galego-portuguesa do Norte vai sofrer uma evolução gradativa e transformar-se no português. Em começos do século XIII, quando surgem os primeiros textos escritos, a reconquista militar e política está em vias de terminar, mas as suas conseqüências lingüísticas não tiveram tempo de manifestar-se: a língua literária que emerge então é o galego-português do Norte. Dela estudaremos os traços principais no próximo capítulo. Antes, porém, diremos, resumidamente, como esta língua se constituiu a partir do latim.



Mapa 2 — Área primitiva do galego-português e da Reconquista

Do latim ao galego-português: a evolução fonética

1 — O latim imperial no Oeste peninsular

Até ao fim do período imperial, o latim falado no Oeste da Península Ibérica conhece as evoluções gerais do mundo romano:

1) O *acento tônico* — Generaliza-se um acento de intensidade, cuja posição é determinada de maneira automática. Quando nenhuma ação contrária entra em jogo, a acentuação permanece a mesma em galego-português e em português contemporâneo. No latim imperial, a sílaba que leva o acento é definida pelas seguintes regras:

a) *Palavras de duas sílabas*: o acento recai na primeira. Ex.: *séptem* > port. *sete*, *dátum* > port. *dado*.

b) *Palavras de três sílabas ou mais*: o acento recai na penúltima sílaba se esta for longa. Ex.: *amīcum* > port. *amigo*, *capīllum*¹ > port. *cabelo*; e recai na antepenúltima se a penúltima for breve. Ex.: *árbōrem* > port. *árvore*, *hómīnem* > port. *homem*, *quīndēcim* > port. *quinze*.

2) *As vogais: perda das oposições de quantidade* — O latim clássico possuía cinco timbres vocálicos, havendo uma vogal breve e uma longa para cada timbre, ou seja, um total de dez fonemas. As breves eram sempre mais abertas que as longas correspondentes.

O latim imperial perdeu as oposições de quantidade, mas conservou as oposições de timbre resultantes dos variados graus de abertura.

A evolução do vocalismo tônico do latim clássico para o latim imperial pode resumir-se no seguinte quadro:

<i>Latim clássico</i>	<i>Latim Imperial</i>	<i>Exemplos</i>	
ī	i	fīcum	> port. <i>figo</i>
ĩ	ẽ	sĩtim	> port. <i>sẽde</i>
ē	ẽ	rēte	> port. <i>rẽde</i>
ě	ẽ	těrra	> port. <i>tẽrra</i>
ā	a	lātus	> port. <i>lado</i>
ā	a	amātum	> port. <i>amado</i>
ō	o	pōrta	> port. <i>pōrta</i>
ō	o	amōrem	> port. <i>amōr</i>
ũ	o	būcca	> port. <i>bōca</i>
ū	u	pūrum	> port. <i>puro</i>

Acrescente-se que os ditongos æ e œ do latim clássico passaram, em latim imperial, a vogais simples de timbres distintos.

<i>Latim clássico</i>	<i>Latim Imperial</i>	<i>Exemplos</i>
æ	ɛ	cæcum > port. cego
œ	ɛ	fœdum > port. feio, hoje feio ²

Assim, as dez vogais e dois dos ditongos do latim clássico foram substituídos por sete vogais no latim imperial:

/i/	/u/
/ɛ/	/o/
/ɛ/	/o/
/a/	

Já é este o sistema das vogais *o* em galego-português medieval. E acrescente-se: se considerarmos não mais o sistema, mas sim as palavras tomadas individualmente, verificamos que em posição tônica o timbre das vogais de palavras do galego-português e também do português contemporâneo permaneceu o mesmo do latim imperial. É o caso em todos os exemplos atrás mencionados. Este notável caráter conservador do vocalismo português — convém advertir — comprova-se como uma tendência geral.

Circunstâncias diversas contribuíram, não raro, para romper esse paralelismo entre as vogais do latim imperial e as do português.

As vogais *átonas* eram bem mais frágeis. Na região que nos interessa, as penúltimas dos proparoxítonos *desa* parecem com frequência na pronúncia corrente, de acordo com a tendência comum a todo o romance ocidental: dizia-se por exemplo *oc'lu-* por *ocūlum* e *cal'du-* por *calīdum* (daí, em português, *olho* e *caldo*).

3) *As consoantes: a palatalização* — Entre as inovações fonéticas do latim imperial, algumas terão conseqüências importantíssimas. É o caso da palatalização.

Nos grupos escritos *ci*, *ce* e *gi*, *ge*, as consoantes *c* e *g* pronunciavam-se em latim clássico como as iniciais das palavras portuguesas *quilha*, *queda* e *guizo*, *guerra*, ou seja, eram oclusivas velares. Mas em latim imperial o ponto de articulação destas consoantes aproximou-se do ponto de

articulação das vogais *i* e *e* que se lhes se guiam, isto é, da zona palatal, levando à pronúncia: [kyi], [kye] e [gyi], [gye]. Esta palatalização iniciou-se já na época imperial em quase toda a România e iria ocasionar modificações importantes: [kyi], [kye] passaram a [tši], [tše] e, finalmente, a [tsi], [tse]; ex.: *ciuitātem* > port. *cidade*, *centum* > port. *cento*, reduzido a *cem*. Para os grupos *gi*, *ge* o resultado da palatalização será inicialmente um *yod* puro e simples [y] que desaparece em posição intervocálica; ex.: *regina* > port. *rainha*, *frigidum* > port. *frio*. Mas, em posição inicial, este *yod* passa a [dž]; ex.: *gente* (donde o *g* representa na Idade Média [dž]). O *yod* inicial saído de *gi*, *ge* confundiu-se, pois, com o que provinha diretamente do latim clássico e que, naturalmente, também deu [dž]; ex.: *iulium* > port. *julho*. Em galego-português medieval os grupos *gi*, *ge* e *ju* eram pronunciados em todas estas palavras [dži], [dže] e [džu].

Em várias outras palavras um *i* ou um *e* não tônicos, seguidos de uma vogal, eram pronunciados *yod* em latim imperial; ex.: *pretium*, *platea*, *hodie*, *video*, *facio*, *spongia*, *filium*, *seniorem*, *teneo*. Resultaram daí os grupos fonéticos [ty], [dy], [ly] e [ny] que se palatalizaram em [tsy] e [dsy], [lh] e [nh]. Para os grupos [ky], [gy], ex.: *facio*, *spongia*, a palatalização chega inicialmente a [tšy] e [džy], mas os resultados definitivos serão complexos, pois dependerão da posição na palavra e do caráter mais ou menos popular dessa palavra. Ter-se-á, por exemplo, *pretium* > port. *preço*, *pretiare* > port. *prezar*, *platea* > port. *praça*, *hodie* > port. *hoje*, *medium* > port. *meio*, *video* > port. *vejo*, *facio* > port. *faço*, *spongia* > port. *esponja*. Em galego-português medieval as letras *c*, *z* e *j* representavam, respectivamente, em todas estas palavras, as africadas [ts], [dz] e [dž]. Na origem destas transformações fonéticas há sempre, em latim imperial, uma palatalização.

Quando o *yod* proveniente de *i* e *e* em hiato vinha de pois de -ss-, esta consoante passou a [š] transcrito pela letra *x*; ex.: *rüssēum* > *roxo*.

Finalmente, quando *l* ou *n* eram seguidos de um *yod*, originário de *i* e *e* em hiato, estas consoantes passaram a [lh] e [nh] palatais ou “molhados”; ex.: *filium* > port. *filho*, *seniorem* > port. *senhor*, *teneo* > port. *tenho*.

Como podemos verificar, estes de palatalização, iniciados já na época impe tiveram conseqüências importantes no sistema fonológico da língua. Como resultado, o galego-português medieval apresenta ria seis-fonemas novos:

/ts/;	ex.: <i>cidade</i> , <i>cem</i> , <i>preço</i> , <i>praça</i> , <i>faço</i> (hoje /s/);
/dz/;	ex.: <i>prezar</i> (hoje /z/);
/dž/;	ex.: <i>gente</i> , <i>hoje</i> , <i>vejo</i> , <i>esponja</i> (hoje /ž/)
/š/;	ex.: <i>roxo</i> (sem modificação em português moderno);
/lh/;	ex.: <i>filho</i> (sem modificação em português moderno);
/nh/;	ex.: <i>senhor</i> , <i>tenho</i> (sem modificação em português moderno).

4) Numerosas características do latim imperial mereceriam ainda ser citadas, como a queda do *n* antes de *s*; ex.: *mensa* > port. *mesa*. É provável que a sonorização das surdas intervocálicas tivesse começado desde essa época no latim ibérico; ex.: *caput* > port. *cabo*, *amātum* > port. *amado*, *amīcum* > port. *amigo*.

2 — Do latim imperial aos falares românicos

Os três séculos passados entre a chegada dos germanos à Península (409) e a dos muçulmanos (711) não nos deixaram qualquer documento lingüístico. Mas a linha geral da evolução não admite dúvidas. Vê-se acelerar a deriva que transformará o latim imperial em proto-romance, e aparecerem certas fronteiras lingüísticas. Uma destas fronteiras é a que vai separar os falares ibéricos ocidentais, donde sairá o galego-português, dos falares do Centro da Península, donde sairão o leonês e o castelhano.

1) É provavelmente por essa época que se desencadeia a evolução do grupo consonantal *cl*; ex.: *oc'lu* (de *ocūlum*). Nesta posição, *c*, pronunciado [k] passa a *yod* ([y]): *oc'lu* > **oylo*. Esta evolução é comum a todos os falares hispânicos. Mas as conseqüências não serão as mesmas segundo as regiões: em galego-português [-yl-] passa a [lh] palatal, ou “molhado”, ao passo que em castelhano passa à africada [dž], escrita *j* (o leonês constitui uma zona de transição):

<i>Latim clássico</i>	<i>Latim vulgar</i>	<i>Galego-português</i>	<i>Castelhano</i>
<i>ocūlum</i>	<i>oc'lu</i>	olho	ojo
<i>auricūla</i>	<i>orec'la</i>	orelha	oreja
<i>vetūlum</i>	<i>vec'lu</i>	velho	viejo

O grupo *-ct-*, por sua vez, passa a [-yt-]; ex.: *nocte* > **noyte*. A língua portuguesa mantém ainda a pronúncia *noite*, enquanto o espanhol, continuando a evolução, apresenta hoje a africada [tš], escrita *ch*: *noche*. Temos, assim, as seguintes oposições entre as duas línguas:

		<i>Galego-português</i>	<i>Castelhano</i>
<i>nocte</i>	> * <i>noyte</i>	noite	noche
<i>lectu</i>	> * <i>leyto</i>	leito	lecho
<i>lacte</i>	> * <i>layte</i>	leite	leche
<i>factu</i>	> * <i>fayto</i>	feito	hecho

2) Outra fronteira lingüística de importância considerável começa a delinear-se durante o mesmo período. No Centro da Península, as duas vogais abertas [ɛ] e [ɔ] oriundas das antigas vogais breves [ĕ] e [ŏ] do latim clássico, ditongaram-se, quando tônicas, em diversas posições: [ɛ] passa a [eɛ] e finalmente *ie*; ex.: *petra* > cast. *Piedra*; [ɔ] passa a [oo], depois a *uo* e finalmente a *ue*; ex.: *nove* > cast. *nueve*. O galego-português ignorará esta ditongação e dirá, respectivamente, *pedra* com [ɛ] e *nove* com [ɔ]. As condições em que se operou a ditongação em castelhano são complexas. Mas uma forte tendência geral domina o conjunto dos fatos: o galego-português isola-se de todos os outros falares da Península, e em particular do castelhano, por lhe ser totalmente desconhecida a ditongação de [ɛ] e [ɔ]. Ter-se-á assim:

Latim clássico	Latim imperial	Galego-português	Castelhano
pĕdem	pĕde	pé	pie
dĕcem	dĕce	dez	diez
lĕctum	lĕctu	leito	lecho
nŏvem	nŏve	nove	nueve
fŏrtem	fŏrte	forte	fuerte
nŏctem	nŏcte	noite	noche

Como vemos, pode acontecer que o castelhano não tenha ditongado [ɛ] e [ɔ] tônicos: é o caso de *lecho* e *noche*. Mas o galego-português distingue-se radicalmente dele por não ditongar jamais. Esta a razão por que, desde a época que aqui nos interessa (séculos V, VI e VII), um fosso começa a cavar-se entre o que virá a ser o galego-português e o que será o castelhano. Advirta-se, no entanto, que as duas línguas não estarão em contato: o leonês vai separá-las, criando entre ambas uma zona de transição a que, deliberadamente, não nos referimos, para melhor clareza do nosso estudo.

3 — Do século VIII ao XII. emergência do galego-português

É durante o período que se segue à invasão muçulmana (711) que vão aparecer outras inovações específicas de que resultará o isolamento dos falares do Noroeste da Península, não apenas dos seus vizinhos do Leste, leonês e castelhano, mas também dos dialetos moçárabes que se desenvolvem no Sul. Surgirá, assim, nos séculos IX a XII, o galego-português, cujos primeiros textos escritos aparecerão somente no século XIII. O limite oriental da sua área primitiva é facilmente delineável — identifica-se, em linhas gerais, com o limite que separa, ainda hoje, o galego e o português do leonês. O limite meridional é mais impreciso: passava ele entre a linha do Douro e a do Mondego (ver mapa 2).

Não nos falta, para esse período decisivo, um certo número de documentos. A partir do século IX, com efeito, surgem textos redigidos num latim extremamente incorreto (conhecido tradicionalmente como “latim bárbaro”), que, uma vez por outra, deixam entrever as formas da língua falada³. Percebe-se assim *abelha* em *abelia* (< *apicula*) em vez de *apis*, ou *coelho* em *conelium* (< *coniculum*), ou *estrada* em *estrata*, ou *ovelha* em *ovelía* (< *ovicula*), etc.

Três inovações do galego-português devem ser assinaladas:

1) *Grupos iniciais pl-, cl-, e fl- > ch* ([tʃ]) — Estes grupos iniciais sofreram, num primeiro momento, uma palatalização do *l*, fenómeno que se produziu numa vasta zona que compreendia o galego-português, o leonês e o castelhano, e ainda um pequeno terr situado entre a Catalunha e Aragão. Em castelhano, a consoante inicial caiu posteriormente, tendo restado o *l* palatal, transcrito *ll*; ex.: *plaga* > cast. *llaga*, *clave* > cast. *llave*, *flamma* > cast. *llama*. O mesmo aconteceu na parte oriental do leonês. Tod em galego-português e em leonês ocidental a evolução foi mais profunda: a consoante inicial seguida de *l* palatal deu origem à africada [tʃ], que foi transcrita em galego-português por *ch*, donde, para os três mesmos exemplos, *chaga* ([tʃaga]), *chave* ([tʃave]) e *chama* ([tʃama]). Esta evolução — e é o ponto mais importante — não se produziu na zona moçárabe⁴. O galego-português e o leonês ocidental isolam-se, por isso, não apenas dos vizinhos do Leste, mas também dos vizinhos do Sul. Esta evolução diz respeito às palavras que constituem o fundo mais popular da língua. Tivemos assim:

	<i>Latim</i>	<i>Galego-português</i>	<i>Castelhano</i>
	<i>plenu-</i>	<i>chêo</i>	<i>lleno</i>
Pl-	<i>planu-</i>	<i>chão</i>	<i>llano</i>
	<i>plicare</i>	<i>chegar</i>	<i>llegar</i>
Cl-	<i>clamare</i>	<i>chamar</i>	<i>llamar</i>
Fl-	<i>flagrare</i>	<i>cheirar</i>	(não atestada)

Convém acrescentar que noutra categoria de pala vras, pertencentes a uma série menos popular, os grupos iniciais *pl-*, *cl-* e *fl-* deram em galego-português *pr-*, *cr-* e *fr-*; ex.: *placere* > *prazer*, *clavu* > *cravo*, *flaccu* > *fraco*, evolução idêntica à de *bi-* > *br-*; ex.: *blandu* > *brando*. Acrescente-se por fim que o português moderno possui um grande número de palavras eruditas em que os grupos iniciais *pl-*, *cl-* e *fl-*, assim como *bl-*, foram conservados sem modificação; ex.: *pleno*, *clima*, *flauta*, *bloco*.

2) *Queda de -l- intervocálico* — Este fenómeno, provável resultado de uma pronúncia velar do *l* intervocálico, ia ter conseqüências importantes. Ocorreu possivelmente em fins do século X, pois num documento em latim

bárbaro de 995 lê-se *Füz* (< *Felice*) e *Fafia* (< *Fáfila*). Ele incidu sobre um grande número de palavras e contribuiu para criar em galego-português vários grupos de vogais em hiato. ex.: *salire* > *sai*, *palatiu* > *paaço* (hoje *paço*), *calente* > *caente* (hoje *quente*), *dolore* > *door* (hoje *dor*), *colore* > *coor* (hoje *cor*), *colubra* > *coobra* (hoje *cobra*), *voluntade* > *voontade* (hoje *vontade*), *filu* > *fio*, *candela* > *candea* (hoje *candeia*), *populu* > *poboo* (hoje *povo*), *periculu* > *perigoo* (hoje *perigo*), *diabolu* > *diaboo* (hoje *diabo*), *nebula* > *névoa*, etc. É a queda do -l- intervocálico que explica a forma que possuem no plural as palavras terminadas em -l- no singular: *sol*, plural *soes*, hoje *sóis*.

Em grande número de palavras de origem semi-erudita ou erudita, o -l- intervocálico conservou-se; ex.: *escola*, *astrologia*. Em português moderno, os -l- intervocálicos deste tipo são inumeráveis; ex.: *palácio* (ao lado de *paço*), *calor* (ao lado de *quente* < *calente*), *alimento*, *cálice*, *guloso*, *volume*, *violento*, etc.

A queda do -l- intervocálico produziu-se apenas em galego-português. Não aparece nem a leste da área primitiva desta língua — o leonês e o castelhano ignoram-na —, nem ao sul, nos falares moçárabes⁵. Este último ponto é abundantemente documentado pela toponímia: tem-se, por exemplo, *Mértola* no Alentejo (< *Mĩrtũla*, por *Myrtilis*, antigo nome dessa localidade), ou *Molino* (em lugar de *Moinho*), ou ainda *Baselga* (< *Basĩlica*). Nas palavras de origem árabe o intervocálico não raro permaneceu; ex.: *azêmola*, *javali*.

3) *Queda de -n- intervocálico* — Este último fenômeno produziu-se depois do precedente, no século XI, e provavelmente ainda estava em curso no século XII, nas vésperas do aparecimento dos primeiros textos escritos. É mais complexo que o anterior: por exemplo, na palavra *corona* houve primeiro nasalização da vogal que precede o *n*, donde *corõna*; em seguida, o *n* caiu e tivemos *corõa*, forma do galego-português (hoje *coroa*). Assim, todos os *n* intervocálicos desapareceram depois de terem nasalizado a vogal precedente; ex.: *vinu* > *vĩo*, *manu* > *mão*, *panatariu* > *pãadeiro*, *mĩnũtu* > *mêudo*, *genesta* > *gêesta*, *semĩnare* > *semêar*, *arena* > *arêa*, *luna* > *lũa*, *vicinu* > *vezĩo*, *lana* > *lãa*, *homĩnes* > *homêes*, *bonu* > *bõo*, etc. Em todas estas palavras a vogal nasal e a que veio a segui-la diretamente depois da queda do *n* pertenciam a duas sílabas diferentes: pronunciava-se *corõ-a*, *vĩ-o*, *mã-o*, *pã-adeiro*, *mê-údo*, *gê-esta*, *semê-ar*, *arê-a*, *lũ-a*, *vezĩ-o*, *lã-a*, *homê-es*, *bõ-o*, etc. Veremos, posteriormente, como evoluíram em português estes encontros vocálicos resultantes da sucessão de uma vogal nasal e de uma vogal oral.

Esta queda do *n* intervocálico, que iria ter consequências importantes na fonética e na morfologia do português moderno, é igualmente um fenômeno particular ao galego-português. Não se documenta nem em leonês, nem em castelhano, nem nos falares moçárabes⁶. Nas regiões centrais e meridionais do país, a toponímia oferece numerosos exemplos de *n* intervocálicos que se mantiveram até os nossos dias. *Odiana* (antigo nome português do Guadiana), *Fontanas* (Alentejo e Estremadura) em vez de *Fontãs*, *Madroneira* (Beja) em vez de *Madroeira*, etc. As pesquisas dialetais revelaram, no Algarve e no Alentejo, e até na Estremadura, palavras da linguagem corrente que apresentam *n* intervocálicos conservados; ex.:

manina (*passim*) em vez de *maninha* (“estéril”, falando-se da fêmea de um animal), *ponente* (Algarve), *maçanera* (Algarve e Baixo Alentejo) por *macieira*, *manhana* (Algarve) por *manhã*; o sufixo diminutivo *-nito* (Alentejo); ex.: *manita* (diminutivo de *mão*), *maçanita* (diminutivo de *maçã*), *granito* (diminutivo de *grão*), *franganito* (diminutivo de *frangão*), etc. Finalmente, em numerosas palavras de origem árabe permanecem os *n* intervocálicos etimológicos; ex.: *azeitona*, *alfenim*, *atafona*, etc.

Do latim ao galego-português: evolução da morfologia e da sintaxe

Em matéria de morfologia e sintaxe, a evolução que se processa do latim ao galego-português é semelhante à que leva às outras línguas românicas, em particular ao castelhano. A declinação nominal simplifica-se e acaba por desaparecer: sobrevivem apenas duas formas oriundas do acusativo latino, uma para o singular e outra para o plural. As relações que o latim exprimia pelas desinências casuais são agora expressas por preposições ou pela colocação da palavra na frase. Os gêneros, com a supressão do neutro, reduzem-se a dois. A morfologia verbal é consideravelmente simplificada. O sistema dos tempos e dos modos altera-se e multiplicam-se as formas perifrásticas. O futuro simples (ex.: *amabo*) é substituído, como em toda a România ocidental, por uma perífrase construída com *habere* — *amare habeo* —, donde se origina o futuro galego-português *amarei*. Um artigo definido forma-se com base no demonstrativo *ille*. As quatro formas saídas do acusativo, diferenciadas em número e em gênero — *illum*, *illam*, *illos*, *illas* —, dão inicialmente *lo*, *la*, *los*, *las*, em virtude da aférese sofrida pelo seu emprego pro clítico. Como estes artigos vinham freqüentemente precedidos de palavras terminadas por vogal — ex.: *vejo lo cavalo*, *vende la casa* —, o *l* desapareceu à semelhança de todos os *l* da língua que se achavam em posição intervocálica, com o que se chegou às formas *o*, *a*, *os*, *as*. E, por fim, para compensar o empobrecimento da morfologia nominal, a ordem das palavras torna-se mais rígida.

Do latim ao galego-português: formação do vocabulário

1 — O velho fundo do vocabulário latino transmitido ao galego-português e ao português moderno — Ex.: *pater*, *mater*, *filius*, *manus*, *bracchium*, *aqua*, *panis*, *bonus*, *fortis*, *viridis*, *dicere*, *cadere*, *amare*, etc. — compreende palavras de aparência mais clássica do que as suas correspondentes francesas ou italianas; ex.: *comedere* (> port. *comer*), *percontari* (> port. *perguntar*), *metus* (> port. *medo*), *avis* (> port. *ave*), etc. Mas este vocabulário não deixou de ser enriquecido, na língua vulgar da época imperial, por ter mos populares: *bellus* (> port. *belo*) em vez de *pulcher*, *caballus* (> port. *cavalo*) em vez de *equus*, *cattus* (> port. *gato*) em vez de *felis*, *casa* (> port. *casa*) em vez de *domus*, *grandis* (> port. *grande*) em vez de *magnus*, etc.

A este fundo latino vieram acrescentar-se palavras novas, a começar por empréstimos às línguas dos povos que habitavam a Península quando da chegada dos romanos (ex.: *barro, manteiga, veiga, sapo, esquerdo*, etc.), sendo várias destas aparentadas com o basco. Mas os empréstimos realmente importantes que se fizeram entre a época romana e os primeiros textos escritos vêm do germânico e do árabe.

a) *Palavras de origem germânica* — Palavras germânicas haviam penetrado no latim muito antes da invasão dos suevos e dos visigodos e encontram-se também em outras línguas românicas. Assim: português *guerra* (fr. *guerre*), *guardar* (fr. *garder*), trégua (fr. *trêve*). Outras, mais raras, só aparecem em português e em espanhol e devem ter sido introduzidas pelos visigodos; ex.: port. e esp. *ganso*, port. *luva* e espanhol antigo *lúa*. Ressalte-se também que as palavras portuguesas de origem germânica pertencem principalmente a determinados campos semânticos, tais como a guerra (*guerra, rouba, espia*), a indumentária (*fato, ataviar*), a casa e seu equipamento (*estaca, espeto*), os animais (*ganso, marta*). Acrescentem-se ainda formas como *agasalhar, gana, branco, brotar*. Note-se, por fim, que grande número de nomes de pessoas (Fernando, Rodrigo, Alvaro, Gonçalo, Afonso, etc.), assim como de topônimos (Guitiriz, Gomesende, Gondomar, Sendim, Guimarães, etc.), remonta aos suevos e aos visigodos⁷.

b) *Palavras de origem árabe* — A longa permanência dos muçulmanos em terras da Península deixou a sua marca tanto no português como no espanhol. A crer-se nos dicionários, o número de palavras portuguesas de origem árabe andaria por volta de mil (954 mais exatamente, segundo José Pedro Machado, em *Influência Árabe no Vocabulário Português*⁸). Nem todas as palavras portuguesas de origem árabe, porém, foram tomadas aos “mouros” peninsulares: algumas chegaram por caminhos diferentes (via Itália, por exemplo); outras foram introduzidas em data muito posterior, sendo provenientes da África, do Oriente ou da Ásia. Mas mesmo limitando o nosso estudo apenas às palavras legadas pelos muçulmanos durante a sua permanência em solo da Península, verificamos que estão longe de ser pouco numerosas. Várias delas integraram-se ao fundo lexical da língua e encontramos-las, com plena vitalidade, em português moderno. Pertencem a campos semânticos particulares que definem bem as áreas em que a civilização árabe-islâmica então resplandecia. Encontram-se aí a agricultura, os animais e as plantas: *arroz, azeite, azeitona, bolota, açucena, alface, alfarroba, javali*; as ciências, as técnicas e as artes com os objetos e instrumentos que lhes estão vinculados: *alfinete, alicate albarda, alicerce, azulejo, almofada*; as profissões: *alfaiate, almocreve, arrais*; a organização administrativa e financeira: *alcaide, almoxarife, alfândega*; a culinária e a alimentação: *acepipe, açúcar*; a guerra, as armas e a vida militar: *alferes, refém*; a habitação urbana e rural: *arrabalde, aldeia*, etc.

Este vocabulário compõe-se essencialmente de substantivos, mas nele se encontram por vezes adjetivos; ex.: *mesquinho, baldio*. Em contrapartida, os termos gramaticais constituem exceção. É, no entanto, do árabe que se origina a preposição *até*, port. antigo *atá*, de *hatta* (com o mesmo sentido). A fórmula *oxalá*, por sua vez, provém da locução *wa ša 'llah* (“e queira Deus”). Existem ainda verdadeiros calcos, como *fidalgo*, em que as palavras de

origem românica *fi(lho) d'algo* são combinadas segundo modelo fornecido pela língua árabe.

As palavras árabes lusitanizaram-se mediante certas adaptações fonéticas. O artigo árabe *al* aglutinou-se com freqüência aos substantivos, quer na sua forma pura (ex.: *al-godão*), quer na forma que toma em árabe antes de palavras iniciadas por uma consoante dental, caso em que o *-l* final do artigo se assimila a esta consoante. Este fenómeno produziu-se diante de *r*-; ex.: *ar-roz* > *arroz*; diante de *ç*-; ex.: *aç-çúcar* > *açúcar*; diante de *z*-; ex.: *az-zeite* > *azeite*; diante de *d*-; ex.: *ad-dufe* > *adufe*, etc.

Boa parte das palavras de origem árabe atestadas pelos dicionários já não pertencem à língua viva de hoje e são sentidas como arcaísmos. Assim *alfageme*, *anafil*, *adarga*, etc. A arabização do léxico português foi, pois, em outros tempos, maior que hoje. Foi também maior na parte sul do país que no Norte: por exemplo, o que no Norte se chama *soro* — palavra de origem latina — é designado, a partir de Coimbra, pelo termo de origem árabe *almece* (ou por suas variantes). Aduza-se, por fim, que a toponímia portuguesa conserva um número considerável de arabismos; ex.: *Alcântara* (“a ponte”), *Almada* (“a mina”), *Algarve* (“o ocidente”). Embora não desconhecidos no Norte, estes topônimos são freqüentes principalmente no Centro e no Sul do país.

2 — Palavras populares e palavras eruditas

Como todas as línguas românicas, o português possui um vocabulário complexo: às palavras que se mantiveram sempre vivas desde a época latina, e que constituem o “patrimônio hereditário” da língua, vieram juntar-se palavras eruditas, criadas, em todas as épocas, com base no latim e no grego (ex.: *internacional*, *automóvel* e *telefone* em português contemporâneo). Este processo de criação vocabular começou bem antes dos primeiros textos escritos em galego-português, ou seja, exatamente durante o período por nós estudado neste capítulo. As palavras eruditas ou semi-eruditas que ascendem àquela época distante pertencem ao vocabulário religioso. Podem ser detectadas pelo fato de não terem sofrido certas transformações fonéticas normais no vocabulário do “patrimônio hereditário”. Assim, *cabidoo* (“capítulo” no sentido eclesiástico), hoje *cabido*, que aparece no testamento de Afonso II (1214), representa o latim *capitūlus*, em préstimo posterior à data em que todos os *ī* latinos se pronunciavam [e] (pois que ele conserva este *i* latino), mas anterior à queda do *l* intervocálico (uma vez que perdeu este fonema). É à mesma camada de termos religiosos que pertence *bispo* (*episcōpus*), pela conservação do seu *i*, assim como *culpa* e *cruz* (lat. *cūlpa*, *crūcem*), pela permanência do seu *u*. Foi também a Igreja, não resta dúvida, que impôs, em data muito antiga, a terminologia cristã dos dias da semana: *domingo*, *segunda-feira*, *terça-feira*, *quarta-feira*, *quinta-feira*, *sexta-feira*, *sábado*.

Capítulo 2

O galego-português (de 1200 a aproximadamente 1350)

Acreditou-se durante largo tempo que os mais antigos textos em galego-português datavam dos últimos anos do século XII. Estudos recentes mostraram, no entanto, que não foi exatamente nessa época, mas no começo do século XIII que esses textos apareceram⁹.

Os fatos históricos

Nesse tempo, o reino autônomo de Portugal já existia e a parte meridional do seu território estava quase inteiramente “reconquistada”. Portugal constituiu-se no século XII, quando Afonso I (Afonso Henriques), filho do conde Henrique de Borgonha, se tornou independente do seu primo Afonso VII, rei de Castela e de Leão. É à batalha de São Mamede (1128) que, tradicionalmente, se faz remontar esta independência, ainda que Afonso Henriques só se tenha feito reconhecer como rei nos anos seguintes.

Separando-se de Leão para se tornar reino independente, Portugal separava-se também da Galícia, que não mais deixaria de ficar anexada ao país vizinho — reino de Leão, reino de Castela e, finalmente, reino de Espanha. A fronteira, que no século XII isolou a Galícia de Portugal, estava destinada a ser definitiva.

Ao mesmo tempo que se separava ao norte da Galícia, o novo reino independente de Portugal estendia-se para o sul, anexando as regiões reconquistadas aos “mouros” (ver mapa 2). Com a tomada de Faro (1249), o território nacional atingiu os limites que, com algumas pequenas modificações, correspondem às fronteiras de hoje. Dentre todas as nações européias, Portugal é uma daquelas cujas fronteiras variaram menos.

Isolado da Galícia, mas acrescido das terras meridionais reconquistadas, Portugal vê o seu centro de gravidade transferir-se do Norte para o Sul. A residência principal do primeiro rei era Guimarães, no extremo norte. Os seus sucessores começaram a freqüentar de preferência Coimbra (libertada desde 1064). E, finalmente, Afonso III, em 1255, instala-se em Lisboa, que não mais deixaria de ser a capital do país. Durante todo esse período, a língua galego-portuguesa, nascida no Norte, vai-se espalhar pelas regiões meridionais, que até então falavam dialetos moçárabes. Lisboa, a capital definitiva, situava-se em ple na zona moçárabe.

Tal como o castelhano, o português originou-se de uma língua nascida no Norte (o galego-português medieval) que foi levada ao Sul pela Reconquista. Quanto à norma, porém, o português moderno diverge do castelhano, pois vai buscá-la não no Norte, mas sim na região centro-sul, onde se localiza Lisboa. Mas ainda não chegamos aí. Por agora basta ressaltar que durante todo o período compreendido entre o começo do século XIII e meados do século XIV, bem depois, por conseguinte, do fim da

Reconquista, a língua comum é esse galego-português nascido no Norte. Passaremos, pois, a estudá-lo.

Os textos

1 — *A poesia lírica* — O galego-português é a língua da primitiva poesia lírica peninsular, que foi conservada fundamentalmente em três compilações, das quais só uma foi organizada ao tempo dos trovadores: o *Cancioneiro da Ajuda* (copiado em fins do século XIII ou princípios do século XIV). Embora seja o mais antigo dos códices de poesia profana, é ele o menos rico quanto ao número de textos conservados, largamente superado no particular pelo *Cancioneiro da Vaticana* e, principalmente, pelo *Cancioneiro da Biblioteca Nacional de Lisboa* (antigo *Colocci-Brancuti*), copiados ambos na Itália, provavelmente nos primeiros anos do século XVI. Estes cancioneiros contêm três categorias de poesias:

1) *as cantigas d'amigo* (poemas de amor, por vezes com traços populares, em que fala a mulher);

2) *cantigas d'amor* (poemas mais eruditos, de freqüente inspiração provençal, nos quais é o homem quem fala);

3) *as cantigas d'escarnho e de mal dizer* (poemas satíricos, não raro extremamente grosseiros).

Os textos mais antigos são do início do século XIII, mas esta literatura vai buscar as suas origens a um passado mais distante, à poesia dos trovadores pro vençais para as *cantigas d'amor*, ou, para as “cantigas de mulher”, que são as *cantigas d'amigo*, à tradição atestada pelas *muwaššahas* dos séculos XI e XII, poemas em hebraico ou em árabe nos quais aparecem versos no romance moçarábico.

Estas compilações, às quais se devem acrescentar as *Cantigas de Santa Maria* de Afonso X, o Sábio (1221-1284), rei de Castela e de Leão a partir de 1252, são escritas numa língua complexa, que tem por base os falares da Galícia e do Norte de Portugal. Nela se documentam arcaísmos notáveis, a atestarem que, para o seu público, esta literatura tinha um passado. Os autores são tanto galegos como portugueses. Entre eles encontram-se até leoneses e castelhanos. O galego-português, em suma, aparece nessa época como a língua exclusiva da poesia lírica, e quem quer que a quisesse praticar deveria, obrigatoriamente, adotá-la. A assinatura de Afonso X, rei de Castela e de Leão de 1252 a 1284, junta-se assim, nos *Cancioneiros*, à de D. Dinis de Portugal, rei de 1279 a 1325. Toda essa explosão lírica termina, porém, em meados do século XIV, tendo sido D. Pedro, conde de Barcelos (1289-1354), filho bastardo de D. Dinis, um dos últimos trovadores.

2 — *Documentos oficiais e particulares* — A partir de inícios do século XIII surgem documentos inteiramente escritos em “língua vulgar” — testamentos, títulos de venda, foros, etc. Um dos textos mais antigos deste gênero é o testamento de Afonso II, datado de 1214¹⁰. D. Dinis dará grande impulso à utilização da “língua vulgar” ao torná-la obrigatória nos

documentos oficiais. A língua desses textos, principalmente daqueles anteriores a 1350, é mais espontânea e diversificada que a dos *Cancioneiros*. L. E. Lindley Cintra analisou os foros de Castelo Rodrigo, localidade situada a nordeste da Guarda, que pertencia, na época, ao reino de Leão¹¹. Esses foros datam da segunda metade do século XIII e estão escritos numa língua em que o galego se mescla com o leonês. Tal circunstância explica-se pelo fato de que os reis de Leão, Fernando II (1157-1188) e Afonso IX (1188-1230), que haviam encontrado a região deserta quando da Reconquista, a repovoaram com colonos vindos da Galícia. Fenômenos análogos devem ter-se produzido em várias outras regiões. Podemos, pois, facilmente imaginar por que processos as misturas de populações, ocasionadas pela Reconquista, levaram para o Sul os falares galego-portugueses do Norte.

3 — *Os inícios da prosa literária* — Em fins do período de que estamos tratando surgem as primeiras obras em prosa literária, merecendo uma menção particular o *Livro de Linhagens* de D. Pedro, conde de Barcelos (morto em 1354), e a *Crônica Geral de Espanha de 1344*¹² que é em grande parte a versão portuguesa da *Primeira Crônica General de España*, redigida por ordem de Afonso X, o Sábio.

A grafia

É na segunda metade do século XIII que se estabelecem certas tradições gráficas. O testamento de Afonso II (1214) já utiliza *ch* para a africada [tʃ] — ex.: *Sancho, chus* —, consoante diferente do [ʃ], ao qual se aplica a grafia *x*. Este *ch*, de origem francesa, já era usado em Castela com o mesmo valor. Para “*n* palatal” e “*l* palatal”, é somente após 1250 que começam a ser usadas as grafias de origem provençal *nh* e *lh*; ex.: *gaanhar, velha*. O til (~), sinal de abreviação, serve freqüentemente para indicar a nasalidade das vogais, que pode vir também representada por uma consoante nasal; ex.: *razõ, razom ou razon*. Apesar das suas imprecisões e incoerências, a grafia do galego-português medieval aparece como mais regular e “fonética” do que aquela que prevalecerá em português alguns séculos mais tarde.

Fonética e fonologia

1 — *Vogais* — Em galego-português, o acento tônico podia recair na última sílaba (*perdi*), na penúltima (*perde*) e, muito raramente, na antepenúltima (*alvíssara*).

Os fonemas vocálicos eram mais numerosos quando tônicos:

/i/	/u/
/e/	/o/
/ɛ/	/ø/
/a/	

Ex.: /i/: *aqui, amigo*; /e/: *verde, vez*; /ɐ/: *perde, dez*; /a/: *mar, levado*; /ɔ/: *pós, porta*; /O/: *pôs, boca*; /u/: *tu, alhur*. Pode-se perguntar se, desde essa época, o fonema /a/ não se realizaria como [ä] (a fechado) diante de consoantes nasais; ex.: *ama, ano, banho*.

Em posição átona final o sistema estava reduzido a:

(/i/)	
/e/	/o/
/a/	

A existência, nos textos mais antigos, de um fonema /i/ átono final não pode dar margem para dúvidas. Encontra-se nos imperativos do tipo *vendi, parti*; nas primeiras pessoas do singular dos perfeitos fortes; ex.: *estivi, pude*; nas segundas pessoas do singular de todos os perfeitos; ex.: *cantasti, partisti*; e em certas palavras como *longi, viinti, eiri* (“ontem”). Mas, no início do século XIV, todas essas formas apresentam um -e final: *vende, parte, estive, pude, cantaste, partiste*. O sistema reduz-se, então, aos três fonemas representados pelas letras -e, -a, -o.

Encontram-se grafias em -u (em lugar de -o) nos textos mais antigos. Alguns historiadores da língua vêem aí a prova de que, desde essa época, o galego-português pronunciaria [u] os átonos finais escritos hoje -o; ex.: *havemos, campo*. Outros, porém, interpretam essas grafias medievais em -u — Ex.: *avemus, canpu* —, como latinismos ou como formas de traduzir um timbre muito fechado de -o final. Esta segunda interpretação parece-nos a mais plausível, por várias razões, particularmente porque o galego moderno pronuncia sempre o -o átono final como [O] fechado. A nosso ver, as três átonas finais do galego-português medieval deviam ter uma pronúncia breve, e lei e lo! seriam realizados como [ɐ] e [O] muito fechados.

Em posição átona não final, ou seja, essencialmente em posição pretônica, as oposições entre /ɐ/ e /e/, de um lado, e entre /O/ e /ɔ/ de outro, desapareciam. O sistema reduzia-se então aos cinco fonemas seguintes:

/i/	/u/
/e/	/o/
/a/	

Ex.: *quitar, pecar, trager, conhocer, burlar*.

2 — Ditongos — Eis as combinações ocorrentes:

Timbre final –i:		Timbre final –u:	
	ui		iu
ei	oi	eu	ou
	ai		au

Ex.: *primeiro, mais, coita, fruto, partiu, vendeu, cautivo, cousa*. O timbre inicial era, para *ei* e *eu*, um [e] fechado, e para *oi* e *ou*, um [o] fechado.

3 — Consoantes — O sistema pode ser assim reconstituído:

	Labiais	Dentais- alveolares		Palatais		Velares
Oclusivas:						
Surdas	/p/	/t/				/k/
Sonoras	/b/	/d/				/g/
Constritivas:						
Surdas	/f/	/ts/	/s/	/tš/	/š/	
Sonoras	/v/	/dz/	/z/	/(d)ž/		
Nasais	/m/	/n/				/nh/
Laterais		[l] ¹³		/lh/		/ɭ/ ¹³
Vibrantes:						
Branda		/r/				
Forte		/r̄/				
Semivogais				/y/		/w/

Exemplos:

Oclusivas: /p/: *pan, rapaz*; /b/: *ben, cabo*; /t/: *tio, catar*; /d/: *dia, vida*; /k/ (escrito *c* ou *qu*): *creer, queixar*; /g/ (escrito *g* ou *gu*): *gostar, guerra*.

Constritivas: /f/: *fazer*; /v/: *vida, aver*; /ts/ (escrito *ç* e *c* diante de *e* e *i*): *çapato, paaço, cinta, cen*; /dz/ (escrito *z*): *fazer; zarelhon* (tecido grosseiro); /s/ (escrito *ss* em posição intervocálica, e *s* nas outras situações): *passo, saber, vós*; /z/ (escrito *s* e usado somente em posição intervocálica): *casa*; /tʃ/ (escrito *ch*): *chaga, ancho*; /(d)ʒ/ (escrito *g* ou *j*): *trager; já, cajón*; /ʃ/ (escrito *x*): *leixar*.

Nasais: /m/: *mar; amor*; /n/: *nojo, pano*; /ɲh/: *vinha, venho*.

Laterais: [l] dental: *leer, falecer*; /lh/: *espelho, velho*; [ɫ] velar: *mal, alçar*.

Vibrantes: /r/ brando: *fero*; /r̄/ forte: *ferro*.

Semivogais: /y/ (escrito *i* ou *h*): *dormio, dormho*; /w/ (escrito *u*): *guarir, reguardo, quando*.

Seria imprudente tentar reconstituir as realizações fonéticas exatas destes fonemas nas suas diversas posições. Assinalemos simplesmente que /b/ e /v/ eram então fonemas distintos. Em algumas palavras encontramos regularmente *b*; ex.: *ben, saber; cabo*; em outras, sistematicamente *v*: *valer; vida, travar*. Os casos de hesitação gráfica entre *b* e *v* existem, mas num número reduzido de palavras; ex.: *baron-varon*.

É com relação às constrictivas dentais-alveolares (as “sibilantes”) e palatais (as “chiantes”) que o sistema consonântico do galego-português medieval certamente mais se afastava do de hoje. Havia um par de africadas (uma surda e uma sonora): /ts/ e /dz/, bem diferentes de /s/ e /z/:

/ts/ Ex.: cen	/s/ Ex.: sen
/dz/ Ex.: cozer	/z/ Ex.: coser

Nenhuma confusão ocorria entre as africadas e as simples, fenômeno que se verificou no português contemporâneo, como veremos no capítulo seguinte. No caso das palatais, a africada /tʃ/ escrita *ch*, também se distinguia da simples /ʃ/ escrita *x*, ao passo que hoje o *ch* de *chamar* pronuncia-se como o *x* de *deixar*. A essas duas surdas correspondia uma única sonora, que representamos por /(d)ʒ/; ex.: *trager; já*. Este fonema foi inicialmente a africada /dʒ/ mas perdeu, num determinado momento, o seu elemento oclusivo inicial, e passou a /ʒ/. Torna-se difícil saber se tal evolução ocorreu durante o período que estamos estudando ou depois dele.

4 — *Vogais nasais* — As vogais /i/, /e/, /a/, /o/ e /u/ são nasalizadas por uma consoante nasal implosiva, isto é, seguida de outra consoante — ex.: *pinto, sente, campo, longo, mundo* —, ou no final de palavra — ex.: *fim, quen, pan, acaron, comun*. Em posição átona final pode-se ter *-en*; ex.: *senten*; *-an*; ex.: *venderan* (mais-que-perfeito); e *-on*; ex.: *venderon* (perfeito). Quando a consoante nasal termina a palavra, a grafia mais comum foi por muito tempo *-n*. Porém, desde o período do galego-português medieval, começam a aparecer nesta posição grafias em *-m*: *quen passa a quem, cantan a cantam*, etc. E esta grafia em *-m* que se vai generalizar em português.

Convém estudar à parte as conseqüências da queda do *-n*-intervocálico. Como vimos no capítulo anterior, esta nasal desapareceu,

provavelmente, no século XI, após ter nasalizado a vogal que a precedia. Resultou daí um grande número de hiatos; ex.: *vão* (< *vinu*) e *mão* (< *manu*), pronunciados *vĩ-o* e *mã-o* em duas sílabas distintas. Na poesia dos *Cancioneiros* a escansão dos versos permite comprovar que, de fato, a vogal nasalizada e a que a segue formam duas sílabas separadas; ex.: *pĩ-o* (< *pinu*-), *sã-o* (< *sanu*-), *alhẽ-o* (< *alienu*-) , *bõ-o* (< *bonu*-), *bõ-a* (< *bona*), *companhõ-es* (final em *-ones*), *irmã-a* (< *germana*), etc. Mas estes grupos de vogais em hiato são, por natureza, muito instáveis, e a maior parte deles será eliminada ulteriormente pela língua. Já os textos medievais testemunham a ocorrência de certas evoluções que deveriam levar a esta eliminação: por exemplo, *pinho* por *pĩ-o* (desenvolvimento do *ĩ* em hiato numa consoante nasal) ou *alheo* por *alhẽo* (desnasalização da vogal).

5 — *Encontros vocálicos* — As desnasalizações do tipo *alhẽo* > *alheo* vieram aumentar o número já importante das palavras que possuíam duas vogais em hiato. Estes “encontros vocálicos” resultam da queda de várias consoantes: queda de *-g-* em *maestre*, *meestre* (< *magister*), em *leer* (< *legere*) e suas diversas formas — *leerei*, *leeria*, etc.; queda de *-d-* em *seer* (< *sedere*), em *creer* (< *credere*), em *traedor*, *treedor* (< *traditore*). A queda do *-l-* intervocálico, da qual se tratou no capítulo anterior, explica um forte contingente desses encontros; por exemplo: *mao* (< *malu*-), *maa* (< *mala*-), *soo* (< *solu*-), *coor* (< *colore*-), *coorar* (< *coborare*), *coobra* (< **colōbra*), *diaboo* (*diabolu*-), etc. Os encontros vocálicos que resultam das desnasalizações descritas no parágrafo anterior só fizeram, então, aumentar a amplitude de um fenômeno já considerável. O galego-português passou a ter, assim, um número muito maior de palavras que comportavam vogais em hiato. Por vezes as duas vogais são diferentes (ex.: *moesteiro*), mas, não raro, colidem também duas vogais idênticas (ex.: *maa*, *seer*, *viir*, *soo*, *nuu*). Estes grupos vocálicos podem incluir o acento tônico (é o caso dos cinco exemplos precedentes), mas podem também achar-se em posição pretônica (*moesteiro*, *coorar*) ou postônica (*diaboo*). Nos textos dos *Cancioneiros*, a escansão dos versos, repetimo-lo, garante que nesses grupos as duas vogais em contato se encontram em sílabas diferentes. Dizia-se então *te-er*; *so-o*, *so-idade*, *co-oral*; *vi-ir*, etc., do que resultava, por exemplo, que *acha-ar*, “estender no chão”, derivado de *chã-o* (< *planu*-) não se confundia com *achar*, “encontrar”.

Documentam-se também nos *Cancioneiros* casos em que as duas vogais em contato devem ser contadas numa só sílaba. Por vezes a própria grafia sugere a crase; ex.: *seredes* por *seeredes* (futuro de *seer*). Inversamente, encontram-se grafias como *ataa* por *atá* (“até”), que só podem representar a vogal tônica singela, ou seja, uma pro nuncia dissilábica da palavra: *a-tá*. Vemos, pois, que já na época do galego-português se iniciam as evoluções que, ulteriormente, terão como efeito eliminar em português a maioria dos encontros vocálicos.

Morfologia e sintaxe

Selecionaremos aqui apenas alguns pontos que apresentam um interesse particular, seja porque distinguem o galego-português do conjunto

hispânico, seja porque caracterizam um estado de língua diferente do português moderno.

1 — *Morfologia do nome e do adjetivo* — A queda do *-l-* e do *-n-* intervocálicos tivera consequências importantes nos paradigmas:

a) Plural dos nomes e adjetivos terminados por *-l-*. O *-l-* mantém-se no singular mas cai no plural.

Temos, por exemplo:

<i>Singular</i>	<i>Plural</i>	
sinal	sinaes	(isto é, <i>sina-es</i>)
cruel	cruees	(isto é, <i>crue-es</i>)

b) Morfologia dos nomes e adjetivos em *-ão*, *-an* e *-on*. Aqui é a queda do *-n-* intervocálico que explica as formas galego-português.

Os nomes provindos do latim *-anus* (ex.: *manus*, “*mão*”), *-anis* (ex.: *canis*, “*cão*”) e *-o*, *-onis* (ex.: *leo*, *leonis*, “*leão*”) tinham dado, a partir do acusativo, as formas esperadas:

<i>Singular</i>	<i>Plural</i>
manu- > mano > mão	*manos > mãos
cane- > can(e) > can	canes > cães
leone- > leon(e) > leon	leones > leões

Adverta-se que, no singular, *cane* e *leone* perderam cedo o *-e* final. Quando os *-n-* intervocálicos caíram, havia muito tempo que se dizia *can* e *leon*: o *-n-* não era mais intervocálico, mas final, razão por que não caiu. No singular *mano* e nos três plurais, ao contrário, o *-n-* era intervocálico: caiu, então, depois de ter nasalizado a vogal anterior. Em galego-português os grupos *ão*, *ãe* e *õe* que daí resultaram foram primeiro bissilábicos. Dizia-se, pois, *mã-o*, *mã-os*, *cã-es*, *leõ-es*. Da mesma maneira, os adjetivos que em latim terminavam em *-anus* (ex.: *sanus*) apresentam as seguintes formas:

<i>Singular</i>	<i>Plural</i>
masculino: sanu- > sano > são	sanos > sãos
feminino: sana > sãa	sanas > sãas

(pronunciar *sã-o*, *sã-os*, *sã-a*, *sã-as*)

2 — *Possessivos* — Existia para o feminino de *meu*, *teu*, *seu* uma forma átona distinta da forma tônica:

<i>Masculino</i>	<i>Feminino</i>	
	<i>Tônica</i>	<i>Átona</i>
meu	mia, mĩa, minha	mia, mha, ma
teu	tua	ta
seu	sua	sa

3 — *Dêiticos* — Os dêiticos (demonstrativos e advérbios de lugar) organizavam-se de acordo com o seguinte sistema¹⁴.

Demonstrativos	{	este	esse
		aqueste	aquel(e)
Advérbios de lugar	{	aqui	ali
		acá	alá
		acó	aló

O sistema ternário do português moderno já estava, portanto, constituído para os demonstrativos: *este* (1ª pessoa), *esse* (2ª pessoa) e *aquel(e)* (3ª pessoa), com uma forma *aqueste*, “reforçada” de *este*. Já no que se refere aos advérbios de lugar só havia oposições binárias entre morfemas em *-i*, em *-á* e em *-o*, sendo de notar que *acó-aló* eram de emprego mais raro que *aqui-ali* e *acá-alá*.

4 — *Os anafóricos (h)i e ende-en* — Estas palavras tinham a mesma origem, o mesmo sentido e os mesmos empregos que *y* e *en* do francês em enunciados do tipo “*j’y suis*”, “*j’y pense*”, “*j’en viens*”, “*j’en veux*”. Ex.: “A Santa Maria das Leiras / irei, velida, se *i ven* meu amigo¹⁵” — de uma *cantiga d’amigo*; “ca de tal guisa se foi a perder / que non podemos *en* novas aver¹⁶” — de uma *cantiga d’escarnho e mal dizer*. Estes anafóricos *(h)i* e *ende-en* encontram-se a cada instante nos textos em galego-português medieval.

5 — *Morfologia do verbo* — O sistema dos modos e tempos já é o do português moderno. Contém um mais-que-perfeito simples, diretamente herdado do latim; ex.: *amara* (< *amaram* < *amaueram*), empregado no sentido de temporal (“tinha amado”) ou modal (“amaria”), e um futuro do subjuntivo (*amar*, *fezer*). Notaremos em particular os pontos seguintes:

a) O infinitivo flexionado ou “pessoal” — Trata-se de um infinitivo que possui as desinências pessoais (*teer*, *teeres*, *teer*, *teermos*, *teerdes*, *teeren*). Este tempo, atesta do já nos textos mais antigos, é um traço específico do galego e do português, sendo desconhecido do leonês e do castelhano. Ex.: “Guardade-vos de *seerdes* escatimoso ponteiro”¹⁷ — poema satírico de Afonso X.

b) Formas arcaicas da primeira pessoa do singular de alguns verbos — Citem-se, por exemplo, *senço* (hoje *sinto*), *menço* (hoje *mino*), *arço* (hoje *ardo*), *perço* (hoje *perco*), *moiro* (hoje *morro*), *paresco* (hoje *pareço*), etc.

c) Na segunda pessoa do plural, as formas etimológicas com *-d-* são todas conservadas; ex.: *amades*, *vendedes*, *partídes*, *seeredes* (futuro), *leixedes* (subjuntivo), etc.

d) Nos perfeitos fortes encontram-se lado a lado, na terceira pessoa, *fizo* e *fez* (de *fazer*), *disso-dixo* e *disse* (de *dizer*), *poso* e *pôs* (de *pôr*), etc.

e) Os verbos da segunda conjugação (-er) formam geralmente o seu participio passado em *-udo*; ex.: *avudo* (*aver*), *creúdo* (*creer*), *conhoçudo* (*conhocer*), *perduto* (*perder*), *sabudo* (*saber*), *vençudo* (*vencer*), *apareçudo* (*aparecer*), etc.

f) O “tratamento” — As duas únicas maneiras de diri gir-se a um interlocutor (tratamento) são o tuteamento familiar (*tu*) e o voseamento deferente (*vós*). Desconhecem-se ainda as fórmulas de tratamento que levam o verbo à terceira pessoa.

O vocabulário

1 — *Empréstimos do francês e do provençal* — A influência da língua d’oïl e da língua d’oc é muito forte durante o período do galego-português, e explica-se por uma série de causas convergentes: presença da dinastia de Borgonha, implantação das Ordens de Cluny e de Cister, chegada a Portugal de numerosos franceses do Norte e do Sul, influência direta da literatura provençal, etc. Daí os numerosos empréstimos vocabulares, de que damos alguns exemplos:

a) Empréstimos do francês — *Dama* (< *dame*), *daian* (< francês antigo *deiien*, hoje “*doyen*”), *preste* (< francês antigo *prestre*), *sage*, *maison*, etc.

b) Empréstimos do provençal — *Assaz* (< *assatz*), *greu*, “difícil”, *alegre*, *manjar*, *rouxinol* (< *rossinhol*), *talan*, “vontade, desejo”, *freire* (< *fraire*), *cobra*, “*copla*, *estrofe*” (< *cobla*), *trobar*, *trobador*, etc.

2 — *Palavras eruditas e semi-eruditas* — Como vimos no capítulo anterior, o recurso a empréstimos feitos diretamente ao latim ascende a época muito remota, e nunca deixou de ser praticado. Entre as palavras “semi-eruditas”, isto é, aquelas de entrada mais antiga na língua, podemos incluir *mundo*, *virgem*, *clérigo* e a sua variante *crérigo*, *diaboo*, *escola*, *pensar* (cuja variante popular é *pesar*). Outras são mais recentes, por exemplo os adjetivos em *-ico* (cf. *plobico*, ou seja “*público*”, num documento de 1303)¹⁸. Para dar uma idéia da complexidade e da abundância destes empréstimos, assinalaremos alguns colhidos ao folhear o glossário das *Cantigas d’Escarnho e Mal Dizer* na edição de Rodrigues Lapa (Editora Galáxia, 1965). Encontram-se aí *alegoria* (no sentido de “ciência, arte”), *animalha* (animal irracional), *apóstata*, *arcebispo*, *arcediano* (hoje *arcediogo*), *bautizar* (*baptizar*), *beneficio*, *calendairo* (hoje *calendário*), *câncer*, *ciença* (“ciência”), *citolon* e *citolar*, derivados de *cítola* (de *cithara*), *confessar*, *confirmar defeso*, *defesa*, *defenson*, *eiceïçon* (“exceção”), *estrologia-astrologia*, *estrolomia* (“astronomia”), *físico* (*médico*), *natura*, *natural*, *ofício*, etc.

Capítulo 3

O português europeu (do século XIV aos nossos dias)

Por volta de 1350, no momento em que se extingue a escola literária galego-portuguesa, as conseqüências do deslocamento para o Sul do centro de gravidade do reino independente de Portugal vêm à tona. O português, já separado do galego por uma fronteira política, torna-se a língua de um país cuja capital — ou seja, a cidade onde geralmente reside o rei — é Lisboa. Embora o rei e a corte se desloquem freqüentemente, a sua “área de percurso” situa-se agora num território delimitado por Coimbra ao norte e Évora ao sul. É nesta parte do reino que estão implantadas as instituições que desempenham papel cultural mais importante, tais como os Mosteiros de Alco baça e o de Santa Cruz de Coimbra e a Universidade que, fundada em Lisboa em 1288 ou 1290, depois transferida para Coimbra e, em outras ocasiões, novamente para Lisboa, foi, por fim, definitivamente instalada em Coimbra em 1537. Residência privilegiada do rei, Lisboa é também a cidade mais povoada e o primeiro porto do país. E o eixo Lisboa-Coimbra passa a formar desde então o centro do domínio da língua portuguesa. É, pois, a partir dessa região, antes moçárabe, que o português moderno vai constituir-se, longe da Galícia e das províncias setentrionais em que deitava raízes. É daí que partirão as inovações destinadas a permanecer, é aí onde se situará a norma.

Problemas de periodicidade

É possível determinai; na história da língua portuguesa do século XIV até aos dias atuais, períodos que permitam esclarecer-lhe satisfatoriamente a evolução? Não é fácil a resposta. Alguns estudiosos distinguem na evolução do português dois grandes períodos: o “arcaico”, que vai até Camões (século XVI), e o “moderno”, que começa com ele. Outros baseiam a sua periodização nas divisões tradicionais da história — Idade Média, Renascimento, Tempos Modernos —, ou nas “escolas” literárias, ou simplesmente nos séculos... Trata-se, em verdade, de um problema muito complexo, que não será abordado aqui. Contentar-nos-emos em isolar, na evolução histórica, vários eixos que permitam ordenar, esclarecer e melhor compreender os fenômenos lingüísticos.

1 — Os Descobrimentos e a expansão ultramarina

No século XIV os portugueses descobrem os arquipélagos da Madeira e dos Açores, que começam a povoar em princípios do século seguinte. Em 1415, tomam Ceuta. descem pouco a pouco a costa da África. Em 1488, Bartolomeu Dias dobra o Cabo da Boa Esperança. Em 1498, Vasco da Gama chega à Índia. Em 1500, Pedro Álvares Cabral descobre o Brasil. Depois, os portugueses prosseguem até Malaca, às ilhas de Sonda, às Molucas, à China

e ao Japão. A língua portuguesa, transportada assim para o ultramar, vai-se expandir por vastos territórios. Política e administrativamente, nada resta hoje do antigo Império. O Brasil tomou-se independente em 1822, e a descolonização que se seguiu à revolução de 25 de abril de 1974 pôs termo à presença portuguesa na África. A língua, porém, essa permaneceu no Brasil e em diferentes países da África e da Ásia.

Examinaremos nos próximos capítulos as modalidades do português de além-mar.

2 — *História cultural e literária*

Remetemos sobre esse assunto às obras especializadas. No que se refere ao vocabulário e à sintaxe, a evolução do português reflete os grandes períodos que se podem distinguir na história cultural e literária: o desenvolvimento da prosa literária nos séculos XIV e XV, o Renascimento, o italianismo, o humanismo, a censura inquisitorial, a Contra-Reforma e o controle da educação pelos jesuítas, a reação neoclássica e a Arcádia, o liberalismo e o romantismo, o realismo e o naturalismo, etc.

3 — *As influências estrangeiras*

No particular, dois fatos importantes devem ser ressaltados:

a) *O bilingüismo luso-espanhol*

Entre meados do século XV e fins do século XVII o espanhol serviu como segunda língua para todos os portugueses cultos. Os casamentos de soberanos portugueses com princesas espanholas tiveram como efeito uma certa “castelhanização” da corte. Os sessenta anos de dominação espanhola (1580-1640), que se situam no período mais brilhante do “Século de Ouro”, acentuaram esta impregnação lingüística. É somente depois de 1640, com a Restauração e a subida ao trono de D. João IV, que se produz uma certa reação anti-espanhola. O bilingüismo, toda via, perdurará até o desaparecimento dos últimos representantes da geração formada antes de 1640. Assim, durante aproximadamente dois séculos e meio, o espanhol foi em Portugal uma segunda língua de cultura.

A maioria dos escritores portugueses escreve também em espanhol. É o caso, para só citar os mais importantes, de Gil Vicente, de Sá de Miranda, de Luís de Camões, de Francisco Manuel de Melo. Alguns, como Jorge de Montemor, o autor de *Diana* (1559-?), que hispaniza o seu nome em Montemayor, abandonam completamente a sua língua. Os partidários desse bilingüismo, frisemos, não vêem nisso nenhuma traição, nenhuma infidelidade para com o seu país. Somente um pequeno número de escritores penetrados de cultura humanista, como António Ferreira (1528-1569), manifesta uma certa forma de patriotismo lingüístico recusando-se a escrever em espanhol. Aliás, deve-se advertir que o espanhol dos nossos portugueses tinha características bem peculiares. Era pronunciado com

sotaque local e, além disso, a sua morfologia e a sua sintaxe afastavam-se freqüentemente da norma do país vizinho. Assim, o infinitivo flexionado do português era introduzido em castelhano: “Penitencia será harta/*pensares* en mi tormento”¹⁹, diz, por exemplo, uma personagem de Gil Vicente. Esses lusismos do “castelhano de Portugal” encontram-se também no vocabulário. Sem saber como exprimir em espanhol o sentimento que o português designa com o termo *saudade*, os nossos escritores bilíngües forjam a nova palavra *saludad*²⁰.

b) *A influência francesa*

A partir do século XVIII o espanhol deixa de desempenhar o papel de segunda língua de cultura, que passa então a ser exercido pelo francês. Não se trata propriamente de uma situação de bilingüismo, mas é nos livros franceses que os portugueses vão buscar boa parte de sua cultura, e é por intermédio do francês que entram a maior parte das vezes em contato com o mundo exterior. Ainda que rechaçado pelos puristas, o galicismo insinua-se de mil maneiras no vocabulário e na sintaxe.

4 — *Os gramáticos, lexicógrafos e filólogos*

A obra dos gramáticos, lexicógrafos e filólogos também interessa à história da língua.

A gramática nasce em Portugal da cultura humanista, cabendo o pioneirismo do seu ensino a Fernão de Oliveira, autor de uma *Grammatica da Lingoagem Portuguesa* (1536). A esta segue-se a *Grammatica da Lingua Portuguesa* (1539-1540), de João de Barros²¹. E desde então até ao século XIX vai aparecer um número considerável de gramáticas normativas e de tratados de ortografia, como os de Duarte Nunes de Leão (*Orthographia*, 1576; *Origem da Lingua Portuguesa*, 1606), de Bento Pereira (*Ars Grammaticae Pro Lingua Lusitana*, 1672), de D. Jerónimo Contador de Argote (*Regras da Lingua Portuguesa*, 1721), de João de Morais Madureira Feijó (*Orthographia*, 1734), de D. Luís Caetano de Lima (*Orthographia*, 1736), de Luís Monte Carmelo (*Compendio de Orthographia*, 1767). Ainda que bastante decepcionantes, de um modo geral, para o leitor de hoje, essas obras fornecem-nos de vez em quando informações preciosas sobre a história da língua. Quanto à lexicografia portuguesa, ela também é filha do humanismo. O primeiro lexicógrafo, Jerónimo Cardoso, redige diversos dicionários de português-latim e latim-português (1551, 1562, 1562-1563, 1569-1570)²².

Surgem mais tarde o dicionário de português-latim de Agostinho Barbosa (1611), os dicionários de Bento Pereira (latim-português em 1634, português-latim em 1647), o *Vocabulário Portuquez e Latino* de D. Rafael Bluteau (8 volumes, de 1712 a 1721, e 2 volumes de suplemento, de 1727-1728) e, finalmente, o *Dicionário da Língua Portuguesa* de António de Morais Silva (1789), várias vezes reeditado e aumentado (entre 1949-1959 foi publicada a 10ª edição, em 12 volumes), e que pode ser considerado o

antepassado de todos os dicionários modernos da língua. No que se refere à filologia científica, ela foi introduzida em Portugal na segunda metade do século XIX por Francisco Adolfo Coelho (1847-1909). Ilustram-na, entre outros, Aniceto dos Reis Gonçalves Viana (1840-1914), fundador da fonética portuguesa, Carolina Michaëlis de Vasconcelos (1851-1925) e José Leite de Vasconcelos (1858-1941).

Separação do galego

O galego começa a isolar-se do português desde o século XI com obras em prosa de que a *Cronica Troiana* é um dos melhores exemplos. Entre 1350 e 1450 houve na Galícia uma segunda floração lírica, da qual os portugueses não participaram. Mas a partir do século XVI o galego deixa de ser cultivado como língua literária e só sobrevive no uso oral. Sofre, além disso, uma série de evoluções fonéticas que vão afastá-lo cada vez mais do português: ensurdecimento das fricativas sonoras escritas *z*, *-s-* e *j* (ex.: *cozer*, *coser*, *já*), que se confundem com *ç*, *-ss-* e *x*; pronúncia interdental do antigo *ç*; transformação, em toda a parte ocidental da Galícia, de *g* oclusivo em uma fricativa velar surda idêntica ao *jota* do espanhol contemporâneo (trata-se do fenómeno chamado *geada*), etc. Ao mesmo tempo, acentuam-se no interior do galego algumas diferenças dialetais, e o vocabulário é invadido de hispanismos. Nos séculos XIX e XX vai haver um Renascimento galego, e escritores e filólogos esforçar-se-ão por elaborar uma língua unificada. Mas, pela sua fonética, pela sua morfologia, pelo seu vocabulário, pela sua sintaxe e mesmo pela sua ortografia, este galego moderno é já uma língua diferente do português — diferente, contudo suficientemente próxima para que, em condições favoráveis, a intercompreensão ainda seja possível.

É interessante, a este respeito, analisar a maneira como os falares galegos são percebidos e julgados pelos portugueses. Desde o século XVI o galego é sentido, ao mesmo tempo, como arcaico e provincial. A personagem do constitui até ao século XIX uma das figuras tradicionais do teatro popular: trata-se do galego de Lisboa, que exercia as profissões de carregador e de aguadeiro. Caracteriza-se pela linguagem, cujas particularidades acentuam, até à caricatura, alguns traços próprios dos falares portugueses do extremo norte. É assim que o galego, que nas origens da língua tanto contribuiu para definir a norma literária, veio a encontrar-se no pólo oposto desta mesma norma. A rusticidade da Galícia opõe-se, agora, à urbanidade de Lisboa.

O território do português europeu

Amputado do galego, o português chegou a ocupar um território que corresponde, aproximadamente, ao território nacional de Portugal continental — veja-se a este respeito o mapa 3, p. 58²³.

Os raros pontos onde a fronteira lingüística não recobre a fronteira política são os seguintes: ao norte, em Ermisende (província de Zamora), fala-se uma variedade de português. A leste do distrito de Bragança, do lado

português da fronteira, em Riodonor, Guadramil, Miranda e Sendim, fala-se uma variedade de leonês. Mais ao sul, do lado espanhol, o português é falado em Alamedilla, em Eljas, em Valverde del Fresno e em San Martín de Trevejo (dialecto oriundo do galego), em Herrera de Alcántara e em Olivença (localidade que foi portuguesa até 1657 e, depois, de 1668 a 1801). Trata-se aqui de sobrevivências dialetais que não impedem a difusão das duas línguas nacionais, o espanhol de um dos lados da fronteira e o português do outro. Também os arquipélagos da Madeira e dos Açores pertencem à área europeia da língua.

Como se vê, o português é uma língua nacional praticamente “perfeita”. Ocupa, além disso, uma área que se manteve estável desde a origem. Portugal é um país que ignora os problemas criados, em outras regiões, pela existência de minorias lingüísticas.

Evolução fonética do português europeu do século XIV aos nossos dias

1 — *Eliminação dos encontros vocálicos*

Vimos no capítulo anterior que o galego-português medieval possuía um grande número de palavras com duas vogais contíguas que formavam um hiato. Esses “encontros vocálicos” resultavam da queda de diversas consoantes, em particular do *-d-*, do *-l-* e do *-n-* intervocálicos. Ex.: *vĩ-o*, *bõ-o*, *irmã-a*, *le-er*, *se-er*, *tra-edor*, *ma-o*, *ma-a*, *co-or*, *co-orar*, *diabo-o*. Desde a época dos *Cancioneiros* começam, porém, as evoluções, que terão como consequência a eliminação de todos esses hiatos. O estudo das grafias, das rimas e da métrica, nos textos dos poetas de fins do século XV, mostra-nos que esta eliminação já estava então concluída (salvo casos particulares, que examinaremos a seguir), e que, por exemplo, as palavras citadas anteriormente haviam passado a *vinho*, *bom*, *irmã*, *ler*, *ser trêdor*, *mau*, *má*, *cor*, *càrar*, *diabo* (formas que as grafias arcaicas escondem freqüentemente). As principais soluções postas em prática para chegar à supressão dos hiatos são:

1) *Desenvolvimento de uma consoante entre duas vogais*

É o caso das seqüências *-ĩ-o* e *-ĩ-a*, que se tornam *-inho* e *-inha*; ex.: *vĩ-o* (< *vinu*) > *vinho*, *galĩ-a* (< *gallina*) > *galinha*. A consoante nasal [nh] surgida de [ĩ] em hiato, separa doravante as duas vogais, suprimindo a seqüência instável.

2) *Contração das duas vogais numa vogal única*

Quando uma das duas vogais é nasal, o resultado é uma vogal nasal; ex.: *lã-a* > *lã*, *bõ-o* > *bõ* (escrito *bom*), *tẽ-es* > *tens*, *caente* > *queente* > *quente*, *pa-ombo* > *pombo*, *fĩ-es* > *fins*, *tri-inta* > *trinta*. As vogais nasais resultantes das contrações desse tipo são [ĩ], [ẽ], [ã], [õ], [ũ] que já existiam na língua. O

sistema fonológico não é, pois, afetado. Não se dá o mesmo, porém, quando a contração se produz entre duas vogais orais. Embora o resultado seja sempre uma vogal oral, da contração podem originar-se fonemas novos, que provoquem uma modificação no sistema fonológico da língua. Para melhor compreendê-lo, convém levar em conta a posição das referidas vogais em relação ao acento tônico.

a) *Posição tônica*: têm-se como resultados da contração as 7 vogais orais [i], [e], [ɐ], [a], [ɔ], [ɔ̃], [u]. Ex.: Resultado [i]: vi-es (plural de vil) > vis, vi-ir > vi-ir > vir. Resultado [e]: le-er > ler; se-er > ser; me-esmo > mesmo. Resultado [ɐ]: pe-e > pé, ma-estre > meestre > mestre, sa-eta > seeta > seta. Resultado [a]: ma-a > má, pa-aço > paço. Resultado [ɔ]: co-obra > cobra, ma-or > moor > mor; mo-a > mó. Resultado [ɔ̃]: co-or > cor. Resultado [u]: nu-o > nuu > nu. Mas essas combinações não esgotam todos os casos possíveis. Temos, com efeito, *ga-anha* > *ganha* (verbo) e *ga-anho* > *ganho* (substantivo), nos quais o *a*, resultante da contração, conservou até hoje no português europeu um timbre aberto ([a]) apesar da presença da consoante nasal seguinte, que, nas palavras que contêm um *a* singelo etimológico, sempre fechou esta vogal em [ã]; ex.: *cama*, *cano*, *banho*. Desta maneira a contração *ga-anha* > *ganha* (com [a]) dá origem a uma oposição fonológica entre [a] e [ã] diante de consoante nasal. E, efetivamente, a língua vai utilizar esta oposição nos perfeitos da primeira conjugação, cuja desinência -ámos (com [a] aberto) da primeira pessoa do plural se opõe à desinência -amos (com [ã] fechado) do presente do indicativo. Assim, o sistema das vogais orais tônicas passa a compreender oito fonemas: ressaltando-se que a oposição entre /a/ e /ã/ é de fraco rendimento.

/i/	/u/
/e/	/ɔ/
	/ã/
/ɐ/	/ɔ̃/
	/a/

b) *Posição postônica*: aqui nenhuma mudança se opera no sistema. Os grupos átonos -oo e -aa situados em fim de palavras contraem-se em -o e -a; ex.: *diábo-o* > *diabo*, *orágo-o* > *orago*, *Brága-a* > *Braga*. O -o e o -a resultantes de -oo e -aa confundem-se, pois, com -o e -a etimológicos, ex.: *amigo*, *porta*.

c) *Posição pretônica*: aqui as contrações das vogais em hiato vão produzir três fonemas vocálicos novos que, no português contemporâneo, sempre se distinguem das vogais simples na mesma posição. Esses três fonemas vocálicos são hoje [e], [a] e [ɔ] abertos. Tem-se, por exemplo, [e] aberto pretônico em *esca-ecer* > *esquecer* > *esquècer*, *pre-egar* > *prègar* (“predicar”); tem-se [a] aberto em *ca-aveira* > *càveira*, *pa-adeiro* > *pàdeiro*, *a-a casa* > *à casa*; finalmente, tem-se [ɔ] aberto em *co-orar* > *còrar*. No século XV, quando a das vogais em hiato se completaram, essas vogais deviam ser *longas* e *abertas*, em oposição às pretônicas simples [e], [ã] e [ɔ̃], que eram

breves e fechadas; ex.: *pregar* (“fixar com pregos”), *cadeira*, *morar*. Os três fonemas novos serão reforçados pelos alongamentos compensatórios resultantes da queda de algumas consoantes na pronúncia das palavras eruditas; ex.: *director* com [ɛ] aberto e *c* “mudo”, *acção* com [a] aberto e *c* “mudo”, *adopção* com [ɔ] aberto e *p* “mudo”. É assim que, por volta de 1500, o sistema das vogais orais em posição pretônica se toma exatamente o mesmo que em posição tônica:

/i/	/u/
/ɛ/	/ɔ/
/ã/	
/ɛ/	/ɔ/
/a/	

Ex.: /i/ em *livrar*, /ɛ/ em *pregar*, /ɛ/ em *prègar*, /ã/ em *cadeira*, /a/ em *padeira*, /ɔ/ em *còrar*, /ɔ/ em *morar*, /u/ em *burlar*.

3) Contração de duas vogais orais num ditongo oral

A pronúncia monossilábica de certos grupos de vogais em hiato produz ditongos. Assim *a-e* dará *ae*, que se confundirá com *ai*; ex.: *sina-es* (plural de *sinal*) > *sinaes* > *sinais*. Da mesma maneira *a-o* dará *ao*, que se confundirá com *au*; ex.: *ma-o* > *mao* > *mau*. Mas em três tipos de seqüências vocálicas o produto da contração será um ditongo inteiramente novo, que não existia na língua. Essas três seqüências são *ɔ-e* (com [ɔ] como primeira vogal), *ɛ-e* (com [ɛ]) e *ɛ-o* (com [ɛ]) que darão, respectivamente, *oe* (escrito hoje *ói*), *ee* (escrito hoje *éi*) e *eo* (escrito hoje *éu*). Temos, pois, *so-es* (plural de *sol*) > *soes*, hoje *sóis*; *crue-es* (plural de *cruel*) > *cruees*, hoje *cruéis*; *ce-o* > *ceo*, hoje *céu*. E, assim, o quadro dos ditongos orais, enriquecido de três unidades — *éi* ([ɛy]) *ói* ([ɔy]) e *éu* ([ɛw]) —, passou a ser:

Timbre final -i:		Timbre final -u:	
	ui		iu
ɛi	oi	ɛu	ou
ɛi	oi	ɛu	
	ai		au

Ex.: *primeiro*, *cruéis*, *mais*, *sóis*, *sois*, *fui*, *partiu*, *vendeu*, *céu*, *mau*, *cousa*.

4) Contração de uma vogal nasal e de uma vogal oral em ditongo nasal

As seqüências atingidas por essa contração são três: *ã-o*, *ã-e* e *õ-e*. Elas vão produzir ditongos nasais *ão*, *õe*, *õe*, pronunciados respectivamente [ãw], [ãy] e [õy] — ex.: *mã-o* > *mão*, *cã-es* (plural de *can*) > *cães*, *leõ-es* (plural de *leon*) > *leões*. Esta a origem dos ditongos nasais, tão característicos da língua portuguesa.

5) *Encontros vocálicos provindos da queda de -d- nas desinências verbais* (2ª pessoa do plural)

Enquanto tais evoluções vocálicas se desenvolviam, uma nova série de encontros vocálicos foi produzida pela queda, ocorrida na primeira metade do século XV, do *-d-* intervocálico da desinência da segunda pessoa do plural dos verbos. Tivemos assim: *estades* > *esta-es* > *estaes* e, finalmente, *estais*; *vendedes* > *vende-es* > *vendees* e, finalmente, *vendeis*; *sentides* > *senti-es* > *sentis*; *sodes* > *so-es* > *sois*.

Estudamos até aqui o curso normal dessas reduções de encontros vocálicos. Examinadas nas suas minúcias, tais evoluções fonéticas apresentam por vezes complexidade bem maior do que é lícito concluir das nossas análises. Algumas das vogais resultantes dessas reduções foram suprimidas por ações analógicas. Assim, *seerei*, *teerei* reduzem-se a *serei*, *terei*, com [e] pretônico (em vez de [e] esperado). Por outro lado, as grafias não seguem as evoluções fonéticas. Continuam a ser escritas as vogais duplas em hiato (ex.: *seer*, *coorar*, *moon*) muito tempo depois de se haverem contraído. Obstina-se em conservar as letras que figuravam nas formas etimológicas dos novos ditongos (ex.: *sinaes*, *mao*, *ceo*), ou nas das vogais nasais (ex.: *irmãa*, *lãa*). Ainda mais: escrevem-se vogais duplas em palavras que nunca as haviam tido, como forma de indicar a sílaba tônica (ex.: *estaa*, *poobre*, *antiigo*). Comprovam-se aí as conseqüências habituais do atraso da grafia em relação à pronúncia.

As evoluções que acabamos de descrever produziram-se nos séculos XIV e XV. Estavam concluídas por volta de 1500. Permanecerão ainda na língua algumas seqüências de vogais em hiato que serão eliminadas posteriormente: *ũa* (escrito em geral *hũa*) feminino de *um*, passará a *uma*, forma que se generaliza nas grafias do século XVIII; os hiatos *e-o*, *e-a* serão suprimidos pelo aparecimento de um *iode*, donde *-eio*, *-eia*; ex.: *che-o* > *cheio*, *cre-o* > *creio*, *cande-a* > *candeia* (formas que aparecem esporadicamente desde o século XVI, mas que só vão predominar definitivamente na língua escrita no século XIX). Acrescente-se, por fim, que alguns encontros vocálicos sobrevivem na língua contemporânea; ex.: *lua* (< *lũa*), *boa* (feminino de *bom*).

Uma conclusão geral se pode tirar do que foi dito. Os hiatos produzidos pela queda de numerosas consoantes desencadearam um processo de revisão que provocou o enriquecimento do sistema fonológico das vogais no decorrer dos séculos XIV e XV. Este sistema é doravante constituído por oito vogais orais: /i/, /e/, /e/, /a/, /ã/, /o/, /o/ e /u/, tanto em posição pretônica quanto em posição tônica. Reduz-se a três vogais em posição final: /E/, /A/ e /O/. As combinações de ditongos orais,

aumentadas de três, passam a ser onze: *ei, éi, ai, ói, oi, ui, iu, eu, éu, ai, ou*. Enfim, as nasais compreendem agora três ditongos.

Esse, em síntese, o sistema vocálico do português por volta do ano 1500.

2 — Unificação dos substantivos singulares anteriormente em *-ã-o*, *-an* e *-on*

Como vimos no capítulo anterior, o galego-português possuía três categorias de substantivos como mostram os exemplos seguintes:

<i>Singular</i>	<i>Plural</i>
mã-o	mã-os
can	cã-es
leon	leõ-es

Após a redução dos hiatos nas condições que acabamos de descrever, o sistema passa a:

<i>Singular</i>	<i>Plural</i>
mao	maos
can, cam	cães
leon, leom	leões

Processou-se, a seguir, uma unificação das formas do singular, enquanto os plurais permaneciam como antes. E, assim, por volta de 1500, chegamos ao seguinte sistema, que é o mesmo da língua moderna:

<i>Singular</i>	<i>Plural</i>
mão	mãos
cão	cães
leão	leões

Todas as palavras da língua que possuíam primitivamente *-an* (*-am*) e *-on* (*-om*) convergiram desta maneira para uma só terminação em *-ão*. É o caso das formas verbais tônicas; ex.: *dan* > *dão*, *cantarán* > *cantarão* (futuro), *son* > *são*; e as formas verbais átonas; ex.: *cantáran* (mais-que-perfeito) >

cantárão, escrito hoje *cantaram*; *cantáron* (perfeito), forma que veio a identificar-se com a do mais-que-perfeito na pronúncia e na grafia. Da mesma maneira o advérbio *entón* e a negação *non* (primeiramente apenas sob a forma tônica) passam a *então* e *não*.

Não há um consenso entre os historiadores da língua sobre as causas dessa mutação. Para uns, trata-se de uma evolução puramente fonética e, para outros, do resultado de ações analógicas complexas²⁴. Inclina-mo-nos a pensar que as duas explicações são igualmente verdadeiras, e que se completam. Em todo o caso, uma afirmação pode ser feita com segurança: o estado da língua moderna nesse ponto já estava definido por volta de 1500.

Ainda que as grafias distingam sempre as palavras provindas de *-an* e *-on*, que têm a forma *-am* (ex.: *cam*, *leam*, *fizeram*), das palavras em que *-ão* é etimológico (ex.: *mão*, *são* (adjetivo), *cristão*), o estudo das rimas mostra que, na realidade, *-ão* já era geral.

Notemos, por fim, que essa evolução se deu no português do Sul, do Centro e só numa parte no português do Norte. Não foi seguida no extremo norte, e em particular no Minho. Nesta região, as antigas palavras em *-on* não passam a *-ão* mas a *-[õu]* (ex.: *[trubõu]* “*trouvão*”, *[ferrõu]* “*ferrão*”) e esta categoria chegou mesmo a absorver as antigas palavras em *-an* (ex.: *[kõu]* de *can*).

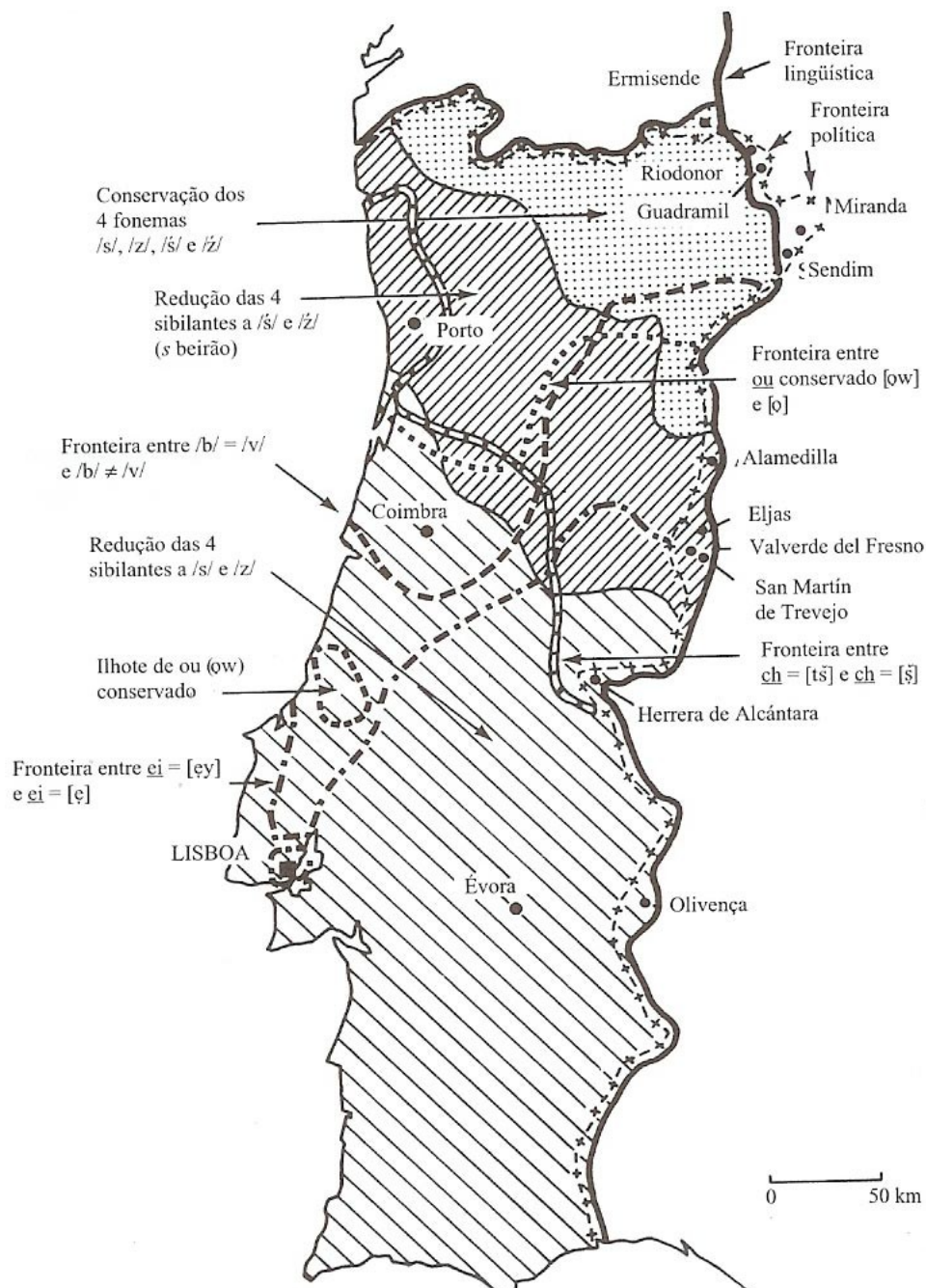
Assim, uma inovação nascida no Centro-Sul estende-se à maior parte do país, torna-se a norma da língua comum, mas poupa o extremo norte. Este primeiro exemplo ilustra bem o deslocamento do centro de gravidade do português moderno. É, de agora em diante, o Centro-Sul que faz a lei, marginalizando os falares do Norte, donde saía, anteriormente, a norma.

3 — Permanência da distinção entre /b/ e /v/ no português comum

Em galego-português, como vimos no capítulo anterior, /b/ e /v/ eram fonemas distintos, e continuam sendo no português comum de hoje: *bala* e *vala* não se confundem, da mesma forma que *cabo* e *cavo*. O fonema /b/ é realizado como uma *bilabial* e /v/ como uma *labiodental*. Tal é a pronúncia de Lisboa e de toda a parte central e meridional do país. Numa larga zona do Centro e do Norte há hoje, porém, um fonema único, como em espanhol. Sempre bilabial, esse fonema é realizado, conforme as posições, como oclusiva [b] ou como fricativa [ɸ] confundir-se-ão, assim, *cem balas* e *cem valas* com [b] e confundir-se-ão também *cabo* e *cavo* com [ɸ]. Esse traço de pronúncia, chamado “a troca do *b* pelo *v*”, é um dos que deixam imediatamente reconhecer a origem provincial de tal ou tal locutor. As pesquisas dialetológicas modernas permitiram traçar-lhe, com precisão, os limites (ver mapa 3): a zona de distinção entre /b/ e /v/ termina hoje a oeste, um pouco ao sul de Coimbra, mas ela sobe a leste até Trás-os-Montes, penetrando como uma cunha na zona de confusão que abrange o português do Norte, o galego e o espanhol. Em que data esta fronteira lingüística, que corta Portugal em dois, foi estabelecida? Cita-se freqüentemente, a esse respeito, um jogo de palavras entre o nome de pessoa *Bimarder* e a frase *vi-m*

'arder, que aparece na *Menina e Moça*, o célebre romance de Bernardim Ribeiro, cuja composição remonta talvez à década de 1530-1540. Mas o autor cita estas palavras como sendo galegas e não portuguesas²⁵. Tem de se esperar pela segunda metade do século XVI para aparecer um testemunho explícito: Duarte Nunes de Leão, na sua *Orthographia* (1576), menciona a confusão do *b* e do *v*, e precisa que ela aparece “nos galegos e em alguns portugueses dentre Douro e Minho”²⁶. Desde então, os gramáticos e ortógrafos portugueses não deixam de apontar esse “erro”, pelo qual os portugueses do Norte se vinculam aos galegos e, de um modo mais geral, aos espanhóis.

3



Mapa
As

modalidades exatas deste fenómeno, que interessa a um tempo Espanha e

Portugal, são complexas, e os historiadores das línguas peninsulares não têm a este respeito uma opinião concordante. Para a maior parte deles, toda a Península teria conhecido primeiro a distinção entre um /b/, que era uma oclusiva bilabial, e um /v/, que era uma fricativa labiodental (como, por exemplo, em francês contemporâneo); depois a confusão ter-se-ia generalizado e atingido todas as regiões, com exceção precisamente do G e do Sul de Portugal. Contudo, para outros, a distinção primitiva não teria sido entre uma bilabial e uma labiodental, mas entre duas bilabiais, das quais uma seria a oclusiva /b/ e a outra a fricativa /β/; a oposição fonológica já existiria, mas ela repousaria sobre um traço extremamente frágil; na maior parte da Península este traço acabaria por desaparecer, donde a confusão; mas no Centro e no Sul de Portugal a oposição estabilizar-se-ia graças à passagem de /b/ bilabial a /v/ Lábio-dental²⁷. Seja qual for a explicação do fenómeno, o certo é que ele teve por efeito marginalizar mais uma vez os falares do Norte em relação aos do Centro e do Sul.

4 — Evolução do sistema das “sibilantes”

O galego-português medieval possuía, como vimos, os quatro fonemas /ts/ (ex.: *cen*), /s/ (ex.: *sen*), /dz/ (ex.: *cozer*) e /z/ (ex.: *coser*)²⁸. Por volta de 1500, as duas africadas /ts/ e /dz/ tinham perdido o seu elemento oclusivo inicial, mas a oposição entre os dois pares de fonemas continuava a manter-se, porque o seu ponto de articulação não era o mesmo. Tínhamos, assim, em posição intervocálica:

	Pré-dorsodentais	Ápico-alveolares
Surdas	/s/ escrito ç, e c antes de e e i ex.: paço	/ś/ escrito s- e ss- ex.: passo
Sonoras	/z/ escrito z ex.: cozer	/ž/ escrito -s- ex.: coser

As duas pré-dorsodentais eram pronunciadas com a ponta da língua virada para baixo, e a parte anterior do seu dorso próxima dos dentes de cima (como o /s/ e o /z/ das palavras francesas *casser* e *caser*). As duas ápico-alveolares eram pronunciadas com a ponta da língua próxima dos alvéolos. Essas realizações são desconhecidas do francês, mas a ápico-alveolar ainda existe na pronúncia das palavras espanholas *paso* e *casa*, tal como é praticada em Castela. Um ouvido francês percebe nela um começo de “chiamiento”, como se se tratasse de um fonema intermediário entre o [s] de *casser* e o [š] de *cocher*. O português comum dos anos 1500 possuía dois fonemas com este ponto de articulação, um surdo e um sonoro.

A existência dessas quatro unidades distintivas no português do início do século XVI não sofre dúvida. As grafias são sempre muito coerentes: encontram-se somente *ç* ou *c* em *paço*, *moça*, *parecer*; só *z* em *cozer*, *rezão*, *vezes*, *vazio*; somente *-ss-* em *passo*, *disse*, *nosso*, *passar*; somente *-s-* em *coser*, *quiseste*, *casar*, *rosa*. Nos textos aljamiados escritos no Marrocos em 1517 a transposição das palavras portuguesas em grafia árabe não deixa transparecer nenhuma confusão entre as duas séries²⁹. Enfim, a *Grammatica* de Fernão de Oliveira (1536) contém uma descrição bastante precisa dos quatro fone mas e permite identificá-los³⁰.

Mas, por volta de 1550, confusões começam a aparecer nos textos entre cada uma das pré-dorsodentais e a ápico-alveolar que lhe corresponde: encontra-se *ç* em vez de *-ss-*, *-ss-* em vez de *ç*, *z* em vez de *-s-* e *-s-* em vez de *-z-*. Os gramáticos (por exemplo, Pêro de Magalhães de Gandavo na sua *Orthographia*, 1574) partem em guerra contra estas confusões³¹. Mas nada conseguem mudar. Em fins do século XVI o português comum reduziu a dois os quatro fonemas, e essa redução fez-se em favor das pré-dorsodentais, idênticas às do francês. Tem-se doravante os dois fonemas seguintes:

- Uma pré-dorsodental *surda* /s/; ex.: *paço* e *passo* confundidos.
- Uma pré-dorsodental *sonora* /z/; ex.: *cozer* e *coser* confundidos.

A língua escrita esforça-se em manter a ortografia antiga, sem, no entanto, conseguir evitar inconseqüências do tipo *socegar* e *Brazil* em vez de *sossegar* e *Brasil*. A reforma ortográfica do século XX irá eliminar muitas dessas estranhezas.

Mas a transformação que acabamos de descrever refere-se ao português comum, isto é, à língua oficial cuja norma é o uso do Centro e do Sul do país. A situação dos falares do Norte, tal como as pesquisas dialetológicas permitem reconstituí-la, é bem diferente:

— Numa zona que atravessa o país do noroeste ao centro-leste (ver mapa 3), os quatro fonemas primitivos reduzem-se a dois, como em português comum, mas esses dois fonemas são as ápico-alveolares /*š*/ e /*ž*/: *paço* e *passo* são confundidos em Lisboa, mas com /*š*/ da mesma maneira *cozer* e *coser* são confundidos, mas com /*ž*/. Este traço de pronúncia é conhecido em Portugal com o nome de “s beirão”.

— Além dessa zona, numa região que inclui uma parte do Minho, Trás-os-Montes e uma parte da Beira Alta — em suma, todo o ângulo nordeste do país —, os quatro fonemas conservam-se e as suas realizações permanecem as mesmas do início do século XVI, descritas por nós há pouco.

Há então em Portugal de hoje três áreas:

a) *Centro-Sul* (português comum): confusão das pré-dorsodentais e das ápico-alveolares em favor das pré-dorsodentais;

b) *Zona intermédia do Noroeste-Centro-Leste*: a mesma confusão, mas em favor das ápico-alveolares (“s beirão”);

c) *Zona arcaica do Nordeste*: conservação dos quatro fonemas primitivos.

Mais uma vez se comprova que o português comum tomou como norma o uso da região central e meridional, que é a antiga zona moçárabe e inclui a cidade de Lisboa. Pode-se até supor que nessa parte do país a confusão das duas ordens de fonemas em favor das pré-dorsodentais tem raízes antiqüíssimas.

Notamos, com efeito, em documentos provindos de Lisboa e do Sul, grafias características: *syngy* (em vez de *cinque*, forma antiga de *cinco*), em Lisboa desde 1296: *caza, presente, pouzar* (em vez de *casa, presente, pousar*), no Algarve em 1450³². É, pois, uma tendência de origem meridional que se generalizou no século XVI na *língua padrão*.

Esses fatos adquirem o seu sentido pleno quando os recolocamos no conjunto da Península Ibérica. O português comum de hoje pratica, em resumo, o que em Espanha se chama *seseo*. Mais ao norte, na zona intermediária do “s beirão”, aparece a pronúncia que o castelhano guardou na surda *casa* e *paso*. Enfim, na zona arcaica do Nordeste sob a situação antiga de quatro fonemas que o castelhano também conhecera no final da Idade Média. O português comum, como em parte o andaluz e o espanhol da América, é, por conseguinte, uma língua com “*seseo*”.

5 — Monotongação de *ou* em [o]

O ditongo *ou*, isto é, [ow] passou a [o] no atual português comum; ex.: *cousa, pouco, amou, doutor*. Esta monotongação começou provavelmente a manifestar-se no século XVII. Invadiu todo o Sul e a maior parte do Centro de Portugal, mas no resto do país, ou seja, uma vez mais, no Norte, o antigo ditongo *ou* [ow] continua vivo. O limite do fenómeno (ver mapa 3) parte do oeste da região de Aveiro e forma uma espécie de S que alcança a fronteira espanhola na região onde o Douro penetra em Portugal. No interior da zona de monotongação sobrevive, no distrito de Leiria, uma pequena área em que o *ou* se conservou. Verificamos mais uma vez que, com essa monotongação, uma inovação vinda do Sul se impôs ao português comum e rechaçou em direção do Norte o antigo uso, marginalizando-o.

Todas as palavras que possuíam um *ou* foram atingidas por esse fenómeno. Mas em algumas delas *ou* foi substituído por *oi*, do que resultaram hoje os pares *ou-oi*; ex.: *touro, toiro; ouro, oiro; cousa, coisa*. O surgimento desta variante *oi* está, evidentemente, ligado à monotongação. É porque em *ou* os elementos, inicial e final, se aproximavam que a língua os fez distanciar. Assim, o ditongo evitava a monotongação, mas ao preço de uma mutação que o fazia confundir-se com *oi* ([ou]), ditongo que já existia na língua (ex.: *noite, oito*). Haveria muitas observações a fazer sobre essa alternância *ou-oi*. Certas palavras não são, sistematicamente, atingidas pelo fenómeno: diz-se, por exemplo, *pouco*, e jamais *poico*; igualmente, a desinência dos perfeitos da primeira conjugação, na terceira pessoa do singular, é sempre em *ou*; ex.: *amou*. Por outro lado, certos exemplos de *oi* por *ou* aparecem já em data antiga. Acrescentemos que, no século XVI, antes

de generalizar-se o fenômeno na *língua padrão*, os judeus que aparecem no teatro de Gil Vicente³³ empregam, sistematicamente, *oi* em lugar de *ou*, não apenas nas palavras do tipo *coisa* (cousa), em que o fenômeno é de regra na língua de hoje, mas até nas palavras que o desconhecem por completo; ex.: *poico* (pouco).

6 — Passagem de [tʃ] a [ʃ]; ex.: *chamar*

Como vimos no capítulo anterior, o galego-português possuía uma africada palatal [tʃ] escrita *ch*; ex.: *chamar chaga, chave, ancho, macho*. Esta africada não se confundia a constrictiva simples [ʃ] escrita *x*; ex.: *deixar*. A partir do século XVII, porém, vai ocorrer o desaparecimento de [tʃ] que perde o seu elemento inicial e se confunde, assim, com [ʃ]. Trata-se, ainda uma vez mais, de um fenômeno vindo do Sul e que se torna a norma da língua comum. Mas, como nos casos precedentes, a antiga pronúncia sobrevive em grande parte das províncias do Norte. A linha que separa hoje a região onde [tʃ] se confundiu com [ʃ] da região em que eles permanecem distintos começa ao sul de Viana do Castelo, segue paralela ao litoral, deixando a oeste a cidade do Porto, reaproxima-se do litoral ao norte de Aveiro, atravessa depois todo o país, seguindo uma linha sinuosa que encontra a fronteira espanhola ao norte do distrito de Portalegre. Pequenas ilhas de [tʃ] subsistem no interior da zona do [ʃ] o que ocorre, por exemplo, perto de Figueira da Foz (foz do Mondego).

É possível, no presente caso, seguir passo a passo a progressão do fenômeno, graças às grafias dos textos e aos comentários de gramáticos e ortógrafos. Em 1576, na sua *Orthographia*, Duarte Nunes de Leão descreve sem pre o *ch* como uma africada, que compara à consoante italiana escrita *c* nos grupos *ci* e *ce*³⁴. Mas, nos textos manuscritos e impressos do século XVII, começam a surgir confusões características entre *ch* e *x*; ex.: *xão* por *chão*, *roxa* por *rocha*, *axar* por *achar*. João Franco Barreto (*Orthographia*, 1671) condena os que pronunciam e escrevem *xave, xapeo, xafariz, fexadura* por *chave, chapeo, chafariz e fechadura*³⁵. João de Morais Madureira Feijó (*Orthographia*, 1734) assinala que a pronúncia de *chave, chaminé, China, chove, chuva* como *xave, xaminé, Xina, xove, xuva*, é característica das pessoas naturais de Lisboa³⁶. D. Luís Caetano de Lima (*Orthographia*, 1736) tenta defender a norma antiga: as palavras portuguesas *chave, chapeo, chamar*, etc., contêm, diz ele, a mesma consoante que *cena, certo, dicevo, ricebo* em italiano, e esta consoante deve ser distinguida da que se escreve *x* em *xadrez, enxerto, frouxo, roxo*, etc³⁷. Dez anos mais tarde, Luís António Verney (*Verdadeiro Método de Estudar*, 1746) esclarece que, na região da Estremadura, o *ch* é articulado como *x*, e não apenas na Estremadura, mas também em várias outras províncias. Ora, em matéria de pronúncia, “sempre se devem preferir os que são mais cultos e falam bem na Estremadura”³⁸. Evidencia-se, pois, que naquela época a situação era a mesma de hoje. Vários gramáticos tentarão, depois, defender a antiga pronúncia africada de *ch*, mas a causa já estava perdida.

Assim, uma vez mais, a inovação vinda do Sul torna-se a norma da *língua padrão*. A ortografia, porém, continuará, naturalmente, a fazer a

distinção entre *ch* e *x*, fato que ocasionará um número infinito de erros em todos os alunos de Portugal.

7 — Pronúncia chiente de *se* e *z* implosivos

No português europeu normal de hoje, todos os *s* e todos os *z* implosivos — ou seja, em posição final de sílaba — são pronunciados como chientes ([ʃ] ou [ʒ]). A realização surda ([ʃ̥]) ou sonora ([ʒ̃]) da chiente é automaticamente determinada pela posição desta consoante, o que significa que se trata de duas realizações fonéticas de um único fonema. A regra de repartição é a seguinte: a surda [ʃ̥] em final absoluta (ex.: *atrás, uma vez*) ou diante de uma consoante surda (ex.: *vista, faz frio*); a sonora [ʒ̃] diante de uma consoante sonora (ex.: *mesmo, atrás dele*). Trata-se de chientes sem arredondamento dos lábios, o que as torna bastante diferentes das chientes francesas *chien* e *jeune*, por exemplo.

O primeiro testemunho que possuímos sobre essa pronúncia é o de Luís António Verney (*Verdadeiro Método de Estudar*, 1746), o qual declara que “todo o -s final pronunciam como *x*”; e acrescenta: “Não só o *s* final pronunciam como *x*, mas também o *z* final, o que V R pode ver em *diz, Luiz fiz*.”³⁹. Depois de Verney, um dos testemunhos mais explícitos é o do francês anônimo autor da gramática intitulada *Maître Portugais*, publicada em Paris em 1799. Trata-se da tradução francesa da *New Portuguese Grammar* de António Vieira Transtagano (Londres, 1768). Nos acréscimos e correções que o tradutor fez ao original, lê-se: “os final pronuncia-se quase como *ous*, ou, melhor, aproxima-se sensivelmente de *ouch*”; e exemplifica com “*otrous*, ou melhor *otrouch*, que se escreve *outros*”. Mais adiante, acrescenta:

[...] disse acima que se dá freqüentemente o som do *ch* francês à letra *s*, quando em posição final. Está sujeita à mesma metamorfose quando antecede outra consoante, aproximando-se muito da pronúncia alemã, sem, no entanto, adotar toda a rigidez, em palavras semelhantes a *estado* e *esposa*, que se pronunciam mais ou menos como *echstado echsposa*⁴⁰.

Podemos emitir várias hipóteses sobre a maneira como se operou este chimento geral dos -s e -z implosivos no português europeu. Num primeiro momento seríamos tentados a ligar o fenômeno à transformação que o sistema das “sibilantes” sofreu no decorrer do século XVI: enquanto as antigas áptico-alveolares se transformavam em pré-dorsodentais em início de sílaba, elas se teriam palatalizado em final de sílaba, tornando-se assim chientes. Mas se esta pronúncia chiente se havia produzido desde o século XVI, compreende-se mal que o português do Brasil, na sua forma mais comum, e particularmente em Minas Gerais, região densamente povoada no século XVIII, não pratique o chimento e pronuncie os -s e -z implosivos como sibilantes puras. Uma segunda hipótese se afigura, então, mais provável: os -s e -z implosivos teriam sido inicialmente sibilantes, e, em época mais tardia, compreendida entre o século XVI e a data do primeiro testemunho (Verney, 1746), é que se teria produzido o chimento.

Este som caracteriza hoje o português na sua forma normal. Mas nos falares do Norte há uma situação complexa. Na zona intermediária do “s beirão”, onde, em posição intervocálica, as áptico-alveolares absorveram as antigas pré-dorsodentais (ver pp. 42 e 43), os -s e -z implosivos são comumente percebidos como áptico-alveolares (ver as transcrições do *Atlas Lingüístico da Península Ibérica*). Na zona arcaica do Nordeste ocorre ainda uma diferença, em vários outros casos, entre o antigo -s, pronunciado como um [ś] áptico-alveolar, e o antigo -z, pronunciado como um [s] pré-dorsodental. Uma vez mais a inovação veio do Sul e os falares do Norte apresentam-se como arcaicos e marginais.

8 — “Redução” das vogais átonas [ɐ] e [o]

Trataremos agora de um dos pontos mais importantes, mas também dos mais obscuros, da história do português⁴¹. Vimos que, depois da eliminação de vários “encontros vocálicos” do galego-português, a língua falada, por volta de 1500, chegou (ver p. 37) a um sistema de vogais orais que, em posição tônica, compreendia oito fonemas e se reduzia a três fonemas em posição átona final:

Posição tônica

/i/ ex.: amigo

/u/ ex.: muda

/ɐ/ ex.: verde

/o/ ex.: moça

/ä/ ex.: banho

/ɛ/ ex.: perde

/ɔ/ ex.: porta

/a/ ex.: ganho; amado

Posição pretônica (sistema idêntico)

/i/ ex.: dizer

/u/ ex.: durar

/ɐ/ ex.: meter; pregar
(fixar com pregos)

/o/ ex.: morar

/ä/ ex.: cadeira

/ɛ/ ex.: prègar (predicar)

/ɔ/ ex.: còrar

/a/ ex.: pàdeira

Posição átona final

/E/

realizado como /e/

ex.: passe

/O/

realizado como /o/

ex.: passo

/A/

realizado como /ã/

ex.: passa

Por volta de 1800 este sistema já havia sofrido uma modificação importante no que se refere às vogais realizadas como [e] e [o] em posição átona, tanto pretônica (meter, morar) como final (passe, passo). Em lugar de [e] ter-se-á uma vogal central fechada que transcrevemos por [ẽ]; ex.: [mẽter], [pásẽ] e, em vez de [o] ter-se-á [u]; ex.: [murár], [pásu]. É esta transformação que chamaremos “redução”.

Tal redução, que se reveste de extrema importância na história da língua, jamais vem transcrita na ortografia oficial, que continua a escrever *e* e *o* as vogais que se pronunciam hoje [ẽ] e [u]. Advirta-se ainda que ela ocorre em Portugal, mas não no Brasil: o português do Brasil, como veremos no próximo capítulo, vai evoluir de maneira diferente. Como se chegou a essa situação no português europeu? Para tentar compreendê-lo, é conveniente distinguir bem a posição *final átona* da posição *pretônica*.

1) *Posição final átona*

Não há, nos séculos XVI e XVII, nenhum testemunho de gramático ou ortógrafo que indique para as vogais escritas *-e* e *-o* outra realização fonética que não [e] e [o]. Só no século XVIII é que aparecem as primeiras indicações a atestarem que naquela época *-e* se pronunciava [i] e que *-o* era pronunciado [u]. O primeiro documento é constituído pela *Grammatica Italiana* de D. Luís Caetano de Lima (1734). O autor recomenda não pronunciar da maneira portuguesa o *-e* final italiano:

Note-se que as palavras que acabam em *-e* se devem pronunciar com um som escuro, mas não tão escuro como fazem os portugueses, os quais mudam quase o *-e* final em *-i*, e em lugar de pronunciarem *anche*, *pure*, *rumore*, *parlare*, *setire*, pronunciam *anchi*, *puri*, *rumori*, *parlari*, etc.⁴²

E, pouco mais adiante, a propósito do *-o* final italiano, escreve:

Note-se que a vogal *o* geralmente no fim das palavras tem som aberto, e não fechado ou escuro, como lhe dão ordinariamente os portugueses, equivocando-o com *u*⁴³.

Ainda que estas observações não se refiram ao português, mas ao italiano falado pelos portugueses, são importantes por revelar-nos que a pronúncia [i] e [u] das finais escritas *e* e *o* era para os portugueses um hábito articulatório instintivo. Alguns anos mais tarde, em 1746, sob a pena de Luís António Verney, encontramos uma descrição fonética muito clara:

Finalmente devo advertir a V. P. que estes seus nacionais, ainda falando, pronunciam mal muitas letras no meio, mas principalmente nos fins das dicções. Vg. e final, pronunciam como *i*, como em *dê-me*, *pôs-me*, etc. Todo o *o* final acaba em *u*, v.g. em *tempo*, *como*, *buxo*, etc., cujos nomes quem quer pronunciar à portuguesa deve acabar em *u*⁴⁴.

Verney, que nascera em Lisboa em 1713, de pais franceses, escrevia essas palavras em Roma, onde morava desde 1736.

Para que se compreenda a seqüência da evolução, convém fazer uma distinção entre o caso de *-o* final e do *-e*. A passagem de *-o* final a [u] atestada como se viu já na primeira metade do século XVIII, é desde então um fato consumado. A realização [u] para tudo o que se escreve *-o* final (átono) é de regra no conjunto do território português da Europa, e também no Brasil. Encontra-se na base de todos os crioulos portugueses. Diversos testemunhos de gramáticos atestam-na a partir da segunda metade do século XVIII. Em 1788, por exemplo, Francisco Nunes Cardozo (*Arte ou Novo Método de Ensinar a Ler a Língua Portuguesa*) afirma que *côncavo* se pronuncia *côncavu*⁴⁵. O autor francês anônimo do *Maître Portugais* (1799) é ainda mais preciso:

O, principalmente quando final ou derivado de *o* final, pronuncia-se geralmente como *ou* em francês; assim os final se pronuncia *ous*, ou, melhor, aproxima-se muito sensivelmente de *ouch*⁴⁶.

O destino da vogal átona final escrita *e* é mais complexo. Vimos que ela era pronunciada [i] na primeira metade do século XVIII. O português atual de Portugal transformou este [i] numa vogal central muito fechada e muito breve que transcrevemos por [ẽ]. Semelhante à vogal átona das palavras inglesas *merry* e *finish*, este [ẽ] hoje tão breve na pronúncia corrente que se torna praticamente inaudível: *passe* e *ponte* são percebidos como *pass'* e *pont'*. Tal [ẽ] não veio, com toda a evidência, diretamente do antigo [e] realização primitiva do *-e* final átono, mas sim do [i] atestado na primeira metade do século XVIII, tendo-se processado a evolução de acordo com o seguinte esquema: [e] > [i] > [ẽ]. Há, de resto, vários pontos do território europeu da língua em que este [i] intermediário sobreviveu nos falares contemporâneos (Minho, Beira Baixa, Algarve, Madeira, Açores). Esses bolsões de [i] são os testemunhos de uma situação que foi geral numa certa época. No Brasil, como veremos, [i] por *-e* átono final é hoje a norma.

Saliente-se, por fim, que esta realização fonética está na base de todos os crioulos.

Foi, pois, esse [i] geral que se reduziu a [ẽ] no português europeu, e só nele. Em que data esta segunda evolução se efetuou? Numa peça cômica impressa em Lisboa em 1769, o *Entremez do Barbeiro Pobre*⁴⁷, aparece um marujo, que se diz originário do Alentejo, cuja língua possui traços muito particulares. Ele repete, com insistência, a palavra *mestri* (por *mestre*) e diz *antis* por *antes*. Logo, a realização de *e* átono final como [i] aparecia na Lisboa 1769 como marcada, ou seja, particular e anormal, e, mais precisamente, como característica do Alentejo. Se assim acontecia, é que naquela data, na língua comum de Lisboa, este fonema já não era um [i] ou, pelo menos, já estava em vias de transformar-se em [ẽ]. Os gramáticos, infelizmente, durante longo período não se pronunciam sobre essa questão, e temos de esperar pelo *Maître Portugais* de 1799, já aqui várias vezes citado, para encontrarmos as seguintes observações: “A letra *e* [...] é, mas muito raramente, quase muda no final das palavras, como em *futilidade, amaste* [...].”⁴⁸ E mais adiante: “freqüentemente, sobretudo quando ela é final, toma o som da vogal *i*: é, particularmente, a conjunção *e* que se pronuncia dessa maneira”⁴⁹. É bem possível que essas explicações, confusas, provenham do fato de que o ouvido francês do redator tinha dificuldades em identificar o novo fonema [ẽ], hesitando entre [i] e uma vogal tão fechada e tão breve que se torna “quase muda”. Seja como for, não há dúvidas quanto à existência definitiva deste [ẽ] depois de 1800, e os testemunhos a este respeito tornam-se abundantes.

Para certos historiadores da língua, a pronúncia do -o e -e como [u] e [i] em posição átona final, cujos testemunhos mais antigos datam da primeira metade do século XVIII, deve ser recuada para uma época bem anterior, pelo menos até o século XVI. Alguns vão mesmo além dessa data e lembram a existência de certa grafia em -u no galego-português medieval (ver pp. 22-24). Pensamos, como foi dito mais atrás, que no português do século XVI a realização dessas vogais era [ɔ] e [ɐ], como ainda hoje permanece em galego. Tratava-se de um [ɔ] e de um [ɐ] muito fechados, que a deriva da língua ia levando para um grau de fechamento e brevidade cada vez maior. Como existiam, nessa posição, apenas três fonemas e como não havia, conseqüentemente, nenhum meio de opor [ɔ] a [u] e /ɐ/ a /i/, os falantes lusófonos, durante largo tempo, não tiveram consciência dessa deriva, e foi necessário esperar pela primeira metade do século XVIII para que certos observadores notassem que se pronunciavam [u] e [i]. Daí em diante, a realização [u] para a vogal escrita -o é definitiva. Mas a realização [i] para a que se escreve -e será em Portugal, na língua comum, uma simples etapa intermediária para o [ẽ] contemporâneo, que deve ter aparecido na segunda metade do século XVIII.

2) Posição pretônica

Em posição pretônica, o português do século XVI possuía, conforme se disse anteriormente, os oito fonemas seguintes: /i/, /e/, /ɛ/, /ä/, /a/, /ɔ/, /o/, /u/. Em início absoluto de palavra, observa-se já muito cedo uma tendência a fazer passar /e/ a /i/, principalmente nos grupos *en* + consoante (ex.: *entrar* pronunciado *intra*) e *est-* (ex.: *estar* pronunciado como *istar*). A mutação que nos interessa agora é, no entanto, muito mais importante: ela incide sobre as pretônicas em geral. Tomando-se, por exemplo, palavras como *pegar* e *morar*, verifica-se que nelas as duas vogais pretônicas sofreram, em Portugal, a mesma mutação que em posição átona final, tendo passado na língua contemporânea, respectivamente, a [ẽ] e [u]. Como se chegou a este ponto?

Cumpra não confundir essa evolução com determina das interversões entre *e* e *i* de um lado, e entre *o* e *u* de outro, que aparecem, desde época muito remota, em posição pretônica. As interversões a que nos referimos classificam-se em três categorias principais: a) *Dissimilações e dilações*: a seqüência *-i-i* passa a *-e-i* e a seqüência *-u-u* passa a *-o-u* (dissimilação); ex.: *dizia* > *dezia*, *futuro* > *foturo*; inversamente, a seqüência *-e-i* passa a *-i-i* e a seqüência *-o-u* passa a *-u-u* (dilação); ex.: *menino* > *minino*, *fremosura* > *fremusura*; b) *Hesitações morfológicas nos paradigmas verbais*: encontram-se *fogir-fugir* e *dormirei-durmirei* em razão das alternâncias vocálicas regulares *fujo-foge* e *durmo-dorme*; encontram-se *poseste-puseste* e *fezera-fizera*, por causa das alternâncias *pôs-pus* e *fez-fiz*; c) *Palavras particulares*: certas palavras apresentam um *o* ou um *e* pre-tônico que passa, respectivamente, a *u* e a *i*; ex.: *mulher* > *mulher*, *logar* > *lugar*, *melhor* > *milhor* (que em seguida, por reação erudita, retorna a *melhor*). Todas essas variações vocálicas são fenômenos antigos. Ocorrem, com muita freqüência nos textos do século XVI. Não se deve, porém, concluir; em nenhum caso, que elas caracterizam uma evolução do sistema e, em particular, uma passagem de [e] a [i] e de [ɔ] a [u].

Na verdade, tudo nos leva a pensar que o que chamamos “redução” de *e* e *o* pretônicos aconteceu no decorrer do século XVIII, ou, mais precisamente, na segunda metade desse século. Para justificá-lo, examinaremos separadamente essas duas vogais, começando pelo caso mais simples, que é a redução de [ɔ] a [u].

a) [ɔ] > [u] — Até ao século XVII, inclusive, o *o* de *morar*, *cortar*, *coração*, etc., era um [ɔ]. Numa pequena *Grammaire Portugaise* manuscrita⁵⁰ conservada na Biblioteca Nacional de Paris. (Fonds français n° 25400) e datada de 1682, lê-se: “O se prononce ouvert comme en français; ex.: *cortar* (couper), et quelquefois comme ou, comme s’il y avoit *courtar*.” A observação mostra que, para um ouvido francês, o [ɔ] de *cortar* era já em 1682 tão fechado que se podia confundir com [u], embora não fosse ainda propriamente um [u]. Em toda a metade do século XVIII essa situação continua. Mas em 1767 o *Compendio de Orthographia* de Luís do Monte Carmelo⁵¹ traz listas de “erros” onde aparecem formas tais como *cutovelo* (*cotovelo*), *murar* (*morar*), *purtagem* (*portagem*), *tucar* (*tocar*), *xuver* (*chover*), etc. A nova pronúncia estava, pois, em vias de generalização. Um estudo atento dos textos da mesma época, tanto impressos como manuscritos,

deixa perceber numerosas grafias que comprovam o que afirmamos. Por volta de 1800, a transformação do antigo [ɔ] em [u] está consumada. As descrições do alemão Lindau na sua *Portugiesische Sprachlehre* (Leipzig, 1813) são bastante esclarecedoras e o exemplo que dá (*Donato* pronunciado *Dunatu*), extremamente claro.

b) [ɐ] > [ẽ] — O caso de *e* pretônico é mais complexo. Na língua contemporânea, a pronúncia desta vogal é [ẽ]. Como nunca houve em português um meio de transcrever esse som, interrogar as grafias é tarefa vã. Além disso, pode perguntar-se qual foi o caminho percorrido por [ɐ] para chegar a [ẽ]. Ter-se-ia de supor, como para a posição final átona, uma fase intermediária [i]? Nos textos do século XVIII há exemplos de grafia *i* em lugar de *e* pretônico. Mas essas variantes parecem caracterizar tipos de língua bem particulares: são, como diríamos hoje, *marcadas*. Em primeiro lugar, é um traço próprio dos falares meridionais, os do Algarve e do Alentejo. Contador de Argote (*Regras da Lingua Portuguesa*, 1721) observa que no Algarve se diz *pidaço* por *pedaço* e, inversamente, *dezer* por *dizer*⁵². O marujo do *Entremez do Barbeiro Pobre* (1789), já citado, que se declara originário do Alentejo, diz *arrinigado* por *arrenegado*, *vilhaco* por *velhaco* e, inversamente, *primor* por *primor*. Alguns anos mais tarde, num *Entremez para o Natal*⁵³ (1772), uma personagem popular de Lisboa, que usa uma linguagem muito particular, acumula os exemplos: *diclaro* (*declaro*), *pissoa* (*pessoa*), *arribentar* (*arrebentar*), *privero* (*perverso*), *rizão* (*rezão*). Parece-nos, todavia, arriscado, no estado atual dos nossos conhecimentos, tirar conclusões desses exemplos. Seja derivado diretamente de [ɐ] ou tenha passado por uma fase intermediária [i] como em posição final átona, uma coisa pelo menos parece segura: o [ẽ] pretônico, tão característico da língua contemporânea de Portugal, surgiu no século XVIII, provavelmente depois de 1750.

Em decorrência das transformações transcritas, o sistema das vogais orais em português europeu passou a ser o seguinte no início do século XIX:

Posição tônica		Posição pretônica		Posição átona final
/i/	/u/	/i/	/u/	/u/
			/ẽ/	/ẽ/
/ɐ/	/ɔ/		/ɔ/	
	/ã/		/ã/	/ã/
/ɐ/	/ɔ/	/ɐ/	/ɔ/	
	/a/		/a/	

É já a situação da língua contemporânea. Note-se, a propósito, que o número de unidades distintivas continua a ser o que era no século XVI, mas com nova redistribuição. Em posição pretônica o /ɐ/ deslizou para /ẽ/, mas os fonemas continuam distintos: *pesar* opõe-se sempre a *pisar*. Em

contrapartida, na série posterior, todos os antigos /o/ fundem-se com os antigos /u/: *bocal* será doravante idêntico a *bucal*. Mas o “espaço vazio” vai ser ocupado por /o/, resultante da monotongação do antigo ditongo *ou*: quando *adorar* se confunde com a *durar*, o seu espaço fica disponível para *adourar*.

9 — Monotongação ou manutenção de *ei*

A monotongação de *ou* em /o/ é simétrica, a partir de uma data difícil de determinar, à monotongação de *ei* em /e/. Mas este fenômeno, ao contrário do primeiro, não foi admitido na língua comum. A razão é fácil de compreender quando se estuda o limite que separa a zona onde a monotongação ocorreu (Sul) daquela em que o ditongo foi mantido (Norte). Esse limite (ver mapa 3) é uma linha que parte da costa atlântica, na altura de Óbidos, segue em direção ao sul passando por Lisboa, toma a direção nordeste deixando ao sul o vale do Tejo, acompanha o Zêzere até a fronteira espanhola, a nordeste de Castelo Branco. Há, pois, uma vez mais, um Sul (zona inovadora) e um Norte (zona conservadora). Mas a grande diferença em relação aos limites dialetais precedentes é que, desta feita, Lisboa está incluída na zona do Norte.

Essa aparentemente a causa de não se ter incorpora do à norma do português contemporâneo a redução de *ei* a [e], ainda que seja praticada por grande número de falantes de origem meridional. Bem ao contrário, houve na língua moderna um fenômeno de diferenciação que, acentuando o contraste entre a parte inicial e a parte final do ditongo, fê-lo passar a [-äy], evolução que estudaremos a seguir.

Difícil é precisar quando se produziu, no Sul de Portugal, a monotongação de *ei*. No teatro da segunda metade do século XVIII, e por *ei* caracteriza o falar das personagens populares do Alentejo (ex.: sardenhero por sardinheiro)⁵⁴. A monotongação era, pois, um fato consumado naquela data. É de crer, no entanto, que as suas primeiras manifestações fossem mais antigas.

10 — Inovações fonéticas do século XIX

As mais importantes são as seguintes:

1) [e] > [ä] antes de *iode* ou *consoante palatal*

Esta evolução afeta várias categorias de combinações fonéticas⁵⁵.

a) *ei* ([ey]) > [äy]. Trata-se, sem dúvida, de um fenômeno de diferenciação, tendente a acentuar a oposição entre o elemento inicial e o elemento final do ditongo.

Sabemos que foi em Lisboa que se deu o primeiro aparecimento desse [äy] que, naturalmente, é desconhecido na zona meridional de

monotongação. Mas, mesmo na zona setentrional, a evolução não parece estar totalmente concluída. Esta pronúncia é, em todo o caso, admitida hoje como normal na *língua padrão*.

b) *-em* ([ẽ̃y]) [ã̃y] — É a evolução precedente, acrescida da nasalidade. Trata-se do ditongo nasal que aparece em posição final nas palavras em *-em* ou *-ens* (ex.: *bem, tem, correm, tens, homens*), absolutamente idêntico, hoje, ao que existe em *mãe* e *alemães*. Até inícios do século XIX, os gramáticos descrevem-no como [ẽ̃y]. A nova pronúncia [ã̃y] foi primeiramente sentida como vulgar e como típica de Lisboa. Adquiriu o direito de cidade no decorrer do século XIX, e os poetas não tiveram mais dúvida em rimar, por exemplo, *tem* e *mãe*.

c) [ɐ] *tônico* > [ä] *diante de consoante palatal* — Tal fenômeno ocorreu diante das quatro consoantes palatais [nh], [lh], [ž] (escrito *j* ou *g*) e [š] (escrito *ch* ou *x*); ex.: *venho* ([vã̃hu]), *espelho* ([ispã̃hu]), *vejo* ([vã̃zu]), *fecho* substantivo ([fã̃šu]). Trata-se, ainda aqui, de uma particularidade fonética exclusiva de Lisboa e que, ademais, era na origem sentida como extremamente vulgar.

José Inácio Roquete, que nasceu em Cascais no ano de 1801 e emigrou para Paris em 1834, via nela um “de feito de pronúnciação” (*Código do Bom Tom*, Paris, 1845), e comentava: “É muito freqüente entre a gente ordinária de Lisboa mudar o *e* em *a* nalgumas palavras: dizem *panha, lanha* por *penha, lenha*.”⁵⁶ Esta inovação, porém, iria predominar na capital. Em 1883, Gonçalves Viana (fundador da fonética científica em Portugal) observa que toda a gente em Lisboa diz assim, e que só “algum caturra velho” conserva a pronúncia antiga⁵⁷. Hoje essa maneira de falar está incorporada à língua padrão, mas ela continua a ser sentida como tipicamente lisboeta e está longe de ser geral no país.

2) Pronúncia uvular do /r/ forte

O português sempre possuiu, como o espanhol, uma oposição fonológica entre um /r/ brando (uma vibração) e um /r̄/ forte (várias vibrações) em posição intervocálica; ex.: *caro* e *carro*. Nas outras posições existe na língua apenas um fonema, realizado como [r] (ex.: *três, parte*) ou como [r̄] (ex.: *ramo, melro, tenro, Israel*). Até uma data recente o ponto de articulação era, nos dois casos, apical: a ponta da língua batia uma vez para [r] e várias para o [r̄]. É a pronúncia atual do espanhol. No decorrer do século XIX, porém, surge uma articulação uvular do [r̄] forte, bastante semelhante à do francês, embora mais apoiada. Alguns falantes chegam a realizar esta consoante como constritiva velar surda, muito próxima do *jota* espanhol. O [r] simples, ou brando, mantém a sua articulação apical. Em 1883, Gonçalves Viana assinala em Lisboa a nova articulação do [r̄] considera-a, no entanto, variante individual⁵⁸. Em 1903, o mesmo foneticista observa que ela “se espalha progressivamente pelas cidades”, mas acrescenta: “E vista ainda como viciosa?”⁵⁹ Ora, nos dias que correm, tal pronúncia é geral em Lisboa e larga mente adotada no resto do país, sem que tenha, apesar disso, suplantado a antiga articulação apical.

11 — Tendências atuais da evolução

O português vem sendo trabalhado desde séculos pela tendência ao enfraquecimento das vogais átonas. Vimos a maneira como as vogais átonas escritas *a*, *e* e *o* passaram hoje a [ä], [ê] e [ü] em todas as posições (reserva feita para certas exceções que não puderam ser aqui estudadas). Quanto ao [u] percebe-se que ele é freqüente mente surdo entre consoantes surdas. A situação do [ê] ainda mais grave, pois a “redução” atingiu um ponto tal que a sua própria existência corre perigo. Ouve-se hoje *p’ssoa* (*pessoa*), *diss’* (*disse*), *pass’* (*passe*), *fort’s* (*fortes*), *trez vez’s* (*treze vezes*), *pess’gu* (*pêssego*), etc. Uma transformação do sistema fonológico está, pois, ocorrendo, e entre as suas conseqüências ressalta a de distanciar o português europeu do português falado no Brasil.

Morfologia, sintaxe e vocabulário

No nível das unidades distintivas (os fonemas), a evolução do português, tal como acabamos de descrevê-la, seguiu um ritmo próprio que parece totalmente independente das divisões cronológicas da história política ou da história literária. Digno de particular realce é o fato de não ter sido a fonética portuguesa em nada influenciada pelos dois séculos e meio de bilingüismo luso-espanhol. No momento em que a língua espanhola passava por uma verdadeira “revolução fonética” (séculos XVI e XVII), o português seguia a sua própria deriva, que o conduziria numa direção completamente diferente. Mas o mesmo não aconteceu no nível das unidades significativas, que constituem o domínio da morfologia, da sintaxe e do léxico. Aí, a história da língua vai refletir as grandes linhas de força da história sem adjetivos.

1 — A formação do português clássico (até ao fim do século XVI)

Na leitura de um texto de fins do século XVI, a penosa impressão de arcaísmo dos textos antigos cede lugar a um agradável sentimento de modernidade. Se necessidade houvesse de fixar uma data ou um acontecimento para marcar essa mudança, uma e outro coincidiriam com a publicação, em 1572, de *Os Lusíadas*, de Luís de Camões. A língua de Camões e de outros escritores, como ele marcados pelo Renascimento humanista e italianizante, constitui, verdadeiramente, o português “clássico”.

Para chegar a essa fase, o português sofreu, do século XIV ao XVI, uma série de transformações que tiveram como efeito fixar a morfologia e a sintaxe de tal maneira que, daí por diante, pouco variarão. A morfologia do nome e do adjetivo absorve as conseqüências das evoluções fonéticas: os plurais dos nomes em *ão* são fixados (tipo *mãos*, *cães* e *leões*), assim como o feminino dos adjetivos em *ão*; ex.: *são*, feminino *sã*. Ainda que uma ortografia arcaica por vezes as mascare, desde 1500 já têm plena vitalidade as formas da língua moderna. É o que se dá, por exemplo, com os plurais dos substantivos e adjetivos em *-l*; ex.: *sol*, plural *sóis* (escrito então *soes*);

cruel, plural *cruéis* (escrito *cruees* ou *crueis*). Acrescentem-se ainda outros fatos. São eliminadas as formas átonas dos possessivos femininos (*ma*, *ta*, *sa*). Os anafóricos *em* e (h)*i* desaparecem como palavras independentes. O sistema-dos- dêiticos atinge, em fins do século XVI, a forma que irá conservar até os nossos dias:

Demonstrativos	{	este	esse	aquele
	{	aqui	aí	ali
Advérbios de lugar	{		cá	lá

O emprego do *homem*, com o sentido do “on” francês, desaparece durante o mesmo período, assim como o partitivo; ex.: quero *do* pão. As duas preposições *per* e *por* reduzem-se a uma única, *por*, mas em combinação com o artigo definido é *pelo* que suplanta *polo*.

Na morfologia do verbo, os paradigmas simplificam-se sob o efeito da analogia. As primeiras pessoas do tipo *senço*, *menço* *arço* são substituídas por *sinto*, *minto*, *ardo*. Os participios passados em *udo* da segunda conjugação cedem lugar a *ido*; ex.: *perdudo* > *perdido*. Certas alternâncias vocálicas são regularizadas: assim, nos perfeitos fortes as vogais radicais das formas arrizotônicas tendem a conformar-se com a da primeira pessoa do singular; por exemplo: *fezemos* é pouco a pouco substituído por *fizemos* (segundo *fiz*) e *posemos* por *pusemos* (segundo *pus*). A conjugação de *ser*, que resulta da fusão em um paradigma único dos paradigmas de dois verbos, um dos quais representa o latim *sum* e o outro o latim *sedeo*, está praticamente fixada na segunda metade do século XVI. Quanto à segunda pessoa do plural, ela perdeu o seu -*d*- intervocálico desde o século XV e as formas que daí resultaram fixaram-se em -*ais*, -*eis* e -*is*; ex.: *amais* (escrito freqüentemente *amaes*), *dizeis* (escrito freqüentemente *dizees*), *partis*.

A obra do dramaturgo Gil Vicente, representada de 1502 a 1536 nas cortes de D. Manuel e de D. João III, é um documento importante para compreender a maneira como se constituiu a língua “clássica”. Uma série de formas e giros que a língua normal do tempo já havia eliminado aparece nas suas peças como arcaísmos característicos de certos tipos de personagens, particularmente de camponeses e de mulheres do povo. É o caso de *homem* no sentido de “on” francês, o partitivo, os possessivos femininos átonos do tipo *ta*, *sa*, as formas verbais arcaicas tais como *sejo*, as desinências -*des* das segundas pessoas do plural, etc.⁶⁰ É a prova de que todos esses traços eram então *marcados*, o que vale dizer anormais para o público da Corte diante do qual essas peças eram representadas. Mesmo para as formas não marcadas, ou seja, as que pertenciam à *língua padrão*, a obra de Gil Vicente constitui uma baliza preciosa, pois caracteriza a língua de uma sociedade

que ainda não havia incorporado de todo as inovações do Renascimento humanista e italianizante.

2 — A volta ao latim

Vimos no capítulo II que formas eruditas e semi-eruditas, calcadas no latim, penetraram na língua desde as suas origens. Este processo de enriquecimento do vocabulário jamais cessou. Tornou-se, porém, particularmente intenso no século XV, com a prosa didática e histórica, e no século XVI, em consequência das tendências gerais do Renascimento humanista. No século XV os latinismos alimentam a prosa de D. Pedro (*Virtuosa Benfeitoria*) e a de D. Duarte, o autor do *Leal Conselheiro*. O infante D. Pedro desculpa-se com os seus leitores pelas palavras alatinadas e pelos termos obscuros que deve empregar. D. Duarte, por seu turno, observa: “Da ira, seu próprio nome em nossa linguagem é *sanha*.” Eis uma lista de certas palavras eruditas e alatinadas colhidas na sua obra⁶¹: *abstinência, abranger, apropriar, circostância, circospecto, encorrer, eficácia, entrepretar, evidente, fugitivo, infinito, infruência, insensibilidade, intelectual, letradura, lograr, malícia, meritório, notar, obstinação, perseverar, pertinaz, reduzir, reputar, restituição, satisfaçam, sobrepujar, solícito, soturno, subsídio, torpe, vicioso*.

Com o Renascimento humanista e o prestígio dos estudos latinos, este fenómeno só irá amplificar-se. O latinismo vai consistir muitas vezes em adotar uma ortografia etimológica para tornar a forma escrita das palavras mais próxima do latim; ex.: *doctor* por *doutor*. Entre os humanistas eruditos como Damião de Góis (1502-1574) e André de Resende (1500-1573), cujas obras são escritas sobretudo em latim, esse processo atinge limites extremos e chega a desfigurar os termos mais usuais. Damião de Góis, por exemplo, escreve *epse* por *esse*, por causa do latim *ipse*. André de Resende⁶² grafa *nocte* (*noite*), *septe* (*sete*), *olhos* (*olhos*), *cognescer* (*conhecer*), *nunqua* (*nunca*), etc., por causa de *noctem*, *septem*, *oculos*, *cognoscere*, *nunquam*. É fácil de imaginar as extravagâncias a que este sistema poderá conduzir. Não raro há de acontecer que o étimo, com base no qual se vai regularizar a grafia, seja falso. André de Resende, por exemplo, escreve *hacte* em vez de *até*, por imaginar que tal palavra provenha do latim *hac tenus*, quando, na verdade, é de origem árabe. Em outros casos, o latinismo consistirá em dar preferência, entre as variantes de uma mesma palavra, à que parece mais semelhante à forma etimológica: assim *infamar* sobrepujará *enfamar*. Mas ainda aqui há uma possibilidade de engano: João de Barros (1496-1570) escreve sistematicamente *té* por *até* (as duas variantes existiam na época) porque, também ignorando ser a palavra um arabismo, ele a faz derivar do latim *tenus*. É possível ver, pelos exemplos citados, que, se alguns desses latinismos são puramente gráficos, outros dizem respeito à forma fonética da palavra. Se considerarmos apenas esta segunda categoria, verificaremos que alguns deles não foram adotados pela língua: *lettera* (lat. *littera*) ao invés de *letra*, que aparece em João de Barros, não sobreviveu. Outros latinismos, porém, conseguiram expulsar as formas antigas. Assim, *digno* (com *g* pronunciado) impôs-se a *dino*, *ocupar* a *acupar*, *elefante* a *alifante*, *crónica* a *corónica*, *espírito* a *esprito*, etc.

Uma sondagem interessante pode ser feita, a propósito de *Os Lusíadas*, de Camões (1572), graças ao *Índice Analítico do Vocabulário de Os Lusíadas* (Rio, 1966)⁶³. Se levantarmos todas as palavras eruditas que figuram na letra A, e se pesquisarmos a sua existência na obra de Gil Vicente (primeira metade do século XVI)⁶⁴, veremos que:

a) várias destas palavras aparecem igualmente em *Os Lusíadas* e em Gil Vicente (é o caso de *absoluto*, *abstinência*, *acidente*, *admiração*, *adoração*, *adorar*, *angélico*, *animal*, *ânimo*, *animar*, *antecessor*, *antepassado*, *áspero*, *atento*);

b) outras, atestadas embora em Gil Vicente e em *Os Lusíadas*, vêm com uma forma mais próxima do latim neste último texto: Gil Vicente usa *avondança*, *avondar*, *avondoso* ao lado de *abundar*, *abundoso*; em *Os Lusíadas* ocorrem apenas *abundança*, *abundante*, *abundar*, *abundoso*, salvo uma vez *abondança*; Gil Vicente emprega *aquirir* e *aquerir*, em *Os Lusíadas* só se documentam as formas alatinadas *adquirir* e *adquerir* (com *d*); *adversairo* (Gil Vicente) passa a *adversário* (*Os Lusíadas*) por latinização da sua terminação (*adversarius*); enquanto Gil Vicente hesita entre *avesso*, *averso* e *adverso*, *Os Lusíadas* conhecem somente *adverso*;

c) finalmente, um elevado número de palavras eruditas de origem latina ou grega (o grego sendo veiculado, naturalmente, pelo latim) existente em *Os Lusíadas* são completamente desconhecidas de Gil Vicente; ex.: *acumular*, *adamantino*, *adjacente*, *admitido*, *adornar*, *adulação*, *adultério*, *adúltero*, *aéreo*, *agreste*, *alabastro*, *altíssimo*, *alumno* ou *aluno*, *ambição*, *ambicioso*, *ameno*, *antártico*, *antídoto*, *aplauso*, *apto*, *aquático*, *aquoso*, *ara*, *archétipo* (*arquétipo*), *árduo*, *arguto*, *árido*, *arrogante*, *artífice*, *artefício*, *artificial*, *astrolábio*, *astúcia*, *astuto*, *astutamente*, *atônito*, *atroz* *audaz*, *aura*, *áureo*, *aurífero*, *auspício*, *austero*, *austral* etc.

A maior parte dessas palavras continua a fazer parte da língua. Outras, por sua vez, pertencentes à mesma série, não conseguiram implantar-se; por exemplo, *architector* (lat. *architector*) ou *armígero* (lat. *armigerus*). É claro que uma palavra pode não constar da obra de Gil Vicente e, no entanto, ter pertencido à língua do tempo. Mas, estatisticamente e de uma maneira geral, o nosso levantamento pode ser considerado significativo. Um número importante de palavras eruditas, ou de formas alatinadas, introduziu-se, assim, no século XVI e, desde então, integra o vocabulário da língua.

O latinismo insinua-se, igualmente, na sintaxe. Numerosos exemplos se encontram na prosa do século XV

D. Duarte, por exemplo, pelo modelo latino, emprega depois do verbo *crer* uma oração infinitiva: “Fé e virtude per a qual o fiel crê aquele *seer* verdade que nom sente nem entende.”⁶⁵ Nas subordinadas, o verbo é, com frequência, colocado no final da frase. A imitação da sintaxe latina alimentou o gosto das frases longas, sobrecarrega das de subordinadas, mas deu à língua clássica uma complexidade e uma maleabilidade toda nova.

3 — Conseqüências dos Descobrimentos na língua

Foi no vocabulário que as conseqüências se revelaram maiores. O português europeu recebeu da África e da Ásia, e depois do Brasil, um certo número de palavras exóticas, algumas das quais passarão, por seu intermédio, a outras línguas européias. Houve, então, uma nova injeção de palavras árabes, vindas da África do Norte, da África do Leste ou do Oceano Índico; ex.: *cáfila*, *almadia*, *moução-monção*. Todas as principais línguas do Sudoeste da Ásia trazem a sua contribuição: as da Índia (principalmente na zona dravídica do Sul), o malaio, o chinês, etc. Um levantamento muito completo dessas palavras foi feito por Mons. Sebastião Rodolfo Dalgado no *Glossário Luso-Asiático* (Coimbra, 1919-1921)⁶⁶. Do dravídico vem *pagode*; do malaio, *amouco*, *bada*, *champana*, *çumbaia* (*zumbaia*), *jangada*, *varela*; do chinês, *junco*. Alguns desses vocábulos resultam de cruzamentos complexos, como, por exemplo, *mandarim*, palavra malaia vinda ela mesma do sânscrito e contaminada pelos portugueses *mandar*. Outras foram a fonte de uma derivação propriamente portuguesa: assim, de *veniaga* (palavra malaia) foi tirado *veniagar* (“traficar”), e de *chatim* (palavra dravídica, que significa “mau comerciante”) saiu *chatinar*, *chatinador*, *chatinagem*, *chatinaria*.

4 — Conseqüências do bilingüismo luso-espanhol

É impossível que os dois séculos e meio de bilingüismo luso-espanhol (da metade do século XV ao fim do século XVII) não tenham tido efeitos na língua. Difícil é, porém, precisar esses efeitos. O bilingüismo luso-espanhol tem sido pouco estudado, tanto em Portugal quanto na Espanha⁶⁷. O que até hoje mais chamou a atenção dos filólogos foi a contaminação do espanhol pelo português falado ou escrito por portugueses bilingües. Havia um “castelhano de Portugal”, no qual o lusismo se insinuava de mil maneiras. Em contrapartida, a influência que o espanhol pode ter tido no português na época do bilingüismo é quase desconhecida.

Há, entretanto, fatos indubitáveis. O emprego muito difundido do “*a pessoal*” em português clássico (“*a funda de David derrubou ao gigante*”, Antônio Vieira, século XVII)⁶⁸ é, sem dúvida, um efeito da impregnação espalvário: por exemplo, a velha palavra portuguesa *castelão* foi substituída por *castelhano* (espanhol *castellano*); paralelamente a *cavaleiro*, o português tem hoje *cavalheiro*, tomado ao espanhol (*cavallero*, hoje *caballero*) no sentido de “senhor”, “*homem fino, de boa educação*”; mais tardiamente, *fronete* será substituído por *frente*; a cidade de *Badalhouce* tornou-se, muito cedo, *Badajoz*, à espanhola; *barruntar*, *bobo*, *congosa*, *gana*, *granizo*, introduzidos na mesma época, estão mais ou menos enraizados na língua.

5 — O tratamento

O tratamento é a maneira pela qual o sujeito falante se dirige ao seu interlocutor. Até por volta de 1500, o português conhecia, como o francês, apenas o *tuteamento* familiar ou o *voseamento* respeitoso. Mas, a partir dessa

data, surgem fórmulas do tipo “vossa graça”, “vossa excelência”, seguidas da terceira pessoa. A mais freqüente é *vossa mercê*, que, ao mesmo tempo que passava a *você* por erosão fonética (*vossa mercê* > *voacê* > *você*), perdia, por erosão semântica, o seu valor de tratamento respeitoso, para assumir o de tratamento familiar. O *você* familiar aparece desde o século XVII. Conserva-se ao mesmo tempo *vossa mercê*, de que existe outra variante, *vossemecê*, logo sentida como popular.

Aparecem várias outras maneiras de tratar um interlocutor: *vossa excelência* (forma abreviada: *vocência*); o *senhor* seguido do título (ex.: *o senhor doutor*), o *senhor* apenas, o título seguido do nome, o nome só, etc., sem contar o emprego puro e simples da terceira pessoa sem sujeito expresso. Na língua dos séculos XVII e XVIII essas fórmulas correspondem a um código social rígido.

Desde o século XIX a segunda pessoa do plural sai completamente do uso falado normal. Finalmente, assiste-se nos dias atuais, a uma certa simplificação do código de tratamento, que, ainda assim, em condições normais da comunicação lingüística, é para o estrangeiro fonte de amedrontadoras dificuldades.

6 — O português contemporâneo

Para a morfologia, a sintaxe e o vocabulário o fim do século XVIII e o início do século XIX parecem ter sido uma época de transição entre o português clássico e o que se pode chamar o português moderno e contemporâneo. Vejamos alguns exemplos: o emprego do artigo com o possessivo é cada vez mais usado (*o meu livro* em vez de *meu livro*); *si* funciona como substituto de fórmulas de tratamento da terceira pessoa (*isto é para si*); a colocação do pronome átono é fixada de maneira mais rígida (*João sentou-se*, quando, num enunciado desse tipo, a língua clássica empregava igualmente *João se sentou*). Mas foi sobretudo na morfologia e na sintaxe dos verbos que a língua contemporânea evoluiu, principalmente na sua forma falada. A segunda pessoa do plural, como dissemos, cai em desuso; o emprego da mesóclise no futuro e condicional fica reservada a certos registros da língua escrita; o próprio futuro, bem presente no sentido modal (*será ele?*), é cada vez menos empregado no sentido temporal; o condicional conhece restrições de empregos aná logos; o mais-que-perfeito simples (*cantara, tivera*) confina-se na língua escrita, e somente com o seu sentido temporal. Em compensação, o perfeito, o imperfeito e o futuro do subjuntivo permanecem tão atuais quanto em português clássico, e as regras da concordância dos tempos são respeitadas, mesmo na conversa familiar.

O vocabulário do português enriqueceu-se, como o de todas as línguas européias, com um número considerável de termos que designam conceitos e objetos relativos à civilização científica e técnica. Foi-se, por vezes, buscar no léxico existente a palavra própria para denotar o objeto novo (ex.: *comboio*), mas, na maior parte dos casos, recorreu-se, como nas outras línguas românicas — e sobre o seu modelo — às raízes greco-latinas; ex.: *automóvel*,

autocarro, televisão. A língua continua, assim, a criar termos eruditos como sempre fez, desde as suas origens. Resulta daí um considerável número de formas divergentes derivadas da mesma raiz, portadoras de sentidos próximos ou, ao contrário, muito diferentes; ex.: *artigo* (forma semi-erudita), *artículo* (forma erudita), *artelho* (forma do patrimônio hereditário), *lídimo*, *legítimo* e *lindo*, ou ainda as variantes *malha-mancha-mácula-mágoa*. As formas eruditas não raro suplantaram as formas populares que as precederam, de maneira que o português latiniza mais hoje do que o fazia outrora; assim *fremoso* foi substituído por *formoso*; *espírito* ou *esp(e)rito*, por *espírito*; os ordinais do tipo *onzeno*, *dozeno*, *trezeno* cedem lugar a *décimo primeiro* ou *undécimo*, etc.; os superlativos em *-íssimo* penetraram na língua falada, etc.

Os empréstimos às línguas européias foram e continuam a ser numerosos. São principalmente de origem francesa; ex.: *chefe*, *boné*, *blusa*, *rouge*, *blindar*, *camuflagem*, *vitrina*, *chique*. A caça aos galicismos é um dos temas preferidos dos puristas. O galicismo, porém, penetra em todas as áreas: se *petiz* (em lugar de *miúdo*) é pura e simples transposição do francês, *constatar* (em vez de *verificar*) é já mais insidioso; e com *contestação*, no sentido de “oposição crítica”, o galicismo é apenas semântico. Os giros *Praça Camões* (em vez de *Praça de Camões*), *Tipografia Rodrigues* explicam-se pelo francês, assim como *lenços em seda* (*de seda*), *aumentar de um metro* (*aumentar um metro*), *de maneira a* (*de maneira que*). Em síntese, quase toda a fraseologia do português contemporâneo sofreu influência do francês.

Mas outras línguas também contribuíram com seu contingente vocabular. É o caso do italiano (*arpejo*, *piano*, *sonata*) e, sobretudo, do inglês, cuja influência se tornou particularmente forte depois da última guerra.

Capítulo 4

O português do Brasil

Com o seu enorme território (mais de oito milhões e meio de quilômetros quadrados) e a sua população de 120 milhões de habitantes, o Brasil não está em proporção com Portugal (92.000 km² e 9 milhões de habitantes). A língua desse imenso país é no entanto o português. Essa massa de lusófonos brasileiros contribui de uma forma decisiva, na altura do século XX em que vivemos, para fazer do português uma língua de importância internacional.

Os fatos históricos

A 22 de abril de 1500 Pedro Álvares Cabral chega às costas do Brasil, de que toma posse em nome do rei D. Manuel de Portugal. A colonização portuguesa, porém, só começa em 1532, com a atribuição de quinze capitanias hereditárias⁶⁹.

1 — O período colonial até à chegada de D. João VI (1808)

Quando os portugueses se instalaram no Brasil, o país era povoado de índios. Importaram, depois, da África grande número de escravos. O português europeu, o índio e o negro constituem, durante o período colonial, as três bases da população brasileira. Mas, no que se refere à cultura, a contribuição do português foi de longe a mais importante.

De início só o litoral é colonizado. m a fundação de São Paulo, porem, abre-se uma porta de entrada para o interior. No século XVIII, a exploração do ouro determina a ocupação do território do atual estado de Minas Gerais. Mas em todo o período de colônia o Brasil permanece um país essencialmente rural. As duas capitais sucessivas — Salvador, depois, a partir de 1763, Rio de Janeiro — e algumas vilas de importância média com que conta a colônia preenchem apenas funções políticas, administrativas e religiosas: o seu papel intelectual e cultural é dos mais limitados. O Brasil não possui nenhuma universidade (os jovens brasileiros vão formar-se em Coimbra) nem tipografia. Esta é uma diferença funda mental que distingue a América portuguesa da América espanhola.

No período de que estamos tratando a situação lingüística do Brasil pode ser assim resumida. Os “colonos” de origem portuguesa falam o português europeu, mas evidentemente com traços específicos que se acentuam no decorrer do tempo. As populações de origem indígena, africana ou mestiça aprendem o português, mas manejam-no de uma forma imperfeita. Ao lado do português existe a *língua geral*, que é o tupi, principal língua indígena das regiões costeiras, mas um tupi simplificado, gramaticalizado pelos jesuítas e, destarte, tornado uma língua comum.

Enfim, muitos povos indígenas conservam os seus idiomas particulares, que se denominam *línguas travadas*.

Durante muito tempo o português e o tupi viveram lado a lado como línguas de comunicação. Era o tupi que utilizavam os bandeirantes nas suas expedições. Em 1694, dizia o P.^e Antônio Vieira que “as famílias dos portugueses em São Paulo estão tão ligadas hoje umas com as outras, que as mulheres e os filhos se criam mística e domesticam e a língua que nas ditas famílias se fala é a dos índios, e a portuguesa a vão os meninos aprender à escola”⁷⁰. Na segunda metade do século XVIII, porém, a língua geral entra em decadência. Varias razões contribuem para isso, entre as quais a chegada de numerosos imigrantes portugueses seduzidos pela descoberta das minas de ouro e diamantes e o Diretório criado pelo marquês Pombal em 3 de maio de 1757, cujas decisões, aplicadas primeiro ao Pará e ao Maranhão, se estenderam, em 17 de agosto de 1758, a todo o Brasil. Por elas proibia-se o uso da língua geral e obrigava-se oficialmente o da língua portuguesa⁷¹. A expulsão dos jesuítas, em 1759, afastava da colônia os principais protetores da língua geral. Cinquenta anos mais tarde o português eliminaria definitivamente esta última como língua comum, restando dela apenas um certo número de palavras integradas no *vd* português local e muitos topônimos.

É também no decorrer do século XVIII que se documentam as primeiras alusões aos traços específicos que caracterizam o português falado no Brasil. D. Jerônimo Contador de Argote fala dos dialetos ultramarinos “como Índia, Brasil, etc.”, que, segundo ele, se particularizam pelo uso de um certo vocabulário exótico ou arcaico⁷². Em 1767, Frei Luís do Monte Carmelo (*Compendio de Orthographia*) assinala pela primeira vez um traço fonético dos brasileiros, que é o de não fazerem distinção entre as pretônicas abertas (ex.: *pãdeiro*, *prègar*, *còrar*) e as fechadas (ex.: *cadeira*, *pregar*, *morar*)⁷³. Jerônimo Soares Barbosa (*Grammatica Philosophica*, 1822)⁷⁴ salienta o mesmo fato e acrescenta que os brasileiros dizem *minino* (por *menino*), *mi deu* (por *me deu*); que não chamam os -s implosivos (*mistério*, *fasto*, *livros novos*)⁷⁵. É interessante, a esse propósito, estudar a maneira como é apresentada a personagem do brasileiro no teatro português da segunda metade do século XVIII e dos primeiros anos do século XIX. Trata-se do brasileiro rico, de origem européia, chamado quase sempre “mineiro”. A primeira alusão à maneira de falar desse tipo de personagem aparece numa peça de 1788 (*O Miserável Enganado*)⁷⁶. É necessário, no entanto, esperar *O Periquito ao Ar* ou *O Velho Usurário*, de Manuel Rodrigues Maia (comédia transmitida por um manuscrito da Biblioteca Nacional de Paris copiado em 1818, mas que reproduz um texto anterior), para encontrar uma série de pormenores caracterizadores da língua da personagem: *mi diga* (*diga-me*), *di lá* (*de lá*), *sinhorinho*, emprego generalizado de *você*, etc.⁷⁷

2 — Da chegada de D. João VI (1808) à Independência (1822)

As invasões francesas obrigam o príncipe regente, que, em 1816, se tornará o rei D. João VI, a refugiar-se no Brasil. Faz do Rio de Janeiro a capital da monarquia de Bragança, abre o Brasil ao mundo exterior e toma

inicia tivas que irão acelerar o seu progresso material e cultural. Os 15.000 portugueses que chegam com a Corte contribuem para “relusitanizar” o Rio de Janeiro. Quando D. João VI regressa a Portugal, em 1821, a colônia já está pronta para a independência.

3 — O Brasil independente (desde 1822)

Independente em 1822, o Brasil vai, naturalmente, valorizar tudo o que o distingue da antiga metrópole, particularmente as suas raízes índias. Deixar-se-á influenciar pela cultura da França e acolherá também imigrantes europeus de nacionalidade diversa da portuguesa. Alemães e italianos chegam em grande número, principalmente italianos. Como o tráfico dos negros africanos cessou por volta de 1850, e como os índios se diluíram na grande mestiçagem brasileira, essas vindas maciças de imigrantes europeus (sobretudo durante o período de 1870-1950) têm contribuído para “branquear” o Brasil contemporâneo. Em duas gerações, os novos habitantes aculturam-se e fundem-se na sociedade brasileira. Ao mesmo tempo, o pólo de desenvolvimento desloca-se para o Centro-Sul. Finalmente, a urbanização e a industrialização transformam inteiramente a aparência do país. Com a explosão demográfica e o crescimento econômico, o antigo Brasil rural transformou-se, nos nossos dias, num “subcontinente”, onde zonas desenvolvidas de civilização urbana coexistem com regiões subdesenvolvidas. É nas vastas megalópoles de São Paulo (7 milhões de habitantes) e do Rio de Janeiro (5 milhões), assim como nas outras cinco cidades de mais de um milhão de habitantes (Porto Alegre, Belo Horizonte, Salvador, Recife e Fortaleza), que se elabora, nos dias de hoje, a forma particular de português que é a língua do Brasil.

Principais características do português do Brasil

1 — *Diversidade geográfica e diversidade cultural*

Como explicar as particularidades do português do Brasil? Pela região de origem dos primeiros colonos? De tal argumento se têm servido alguns estudiosos que justificam a maior semelhança do “brasileiro” com o português meridional por uma predominância entre esses colonos de elementos originários do Sul de Portugal.

Pesquisas mais profundas, porém, vieram mostrar que o povoamento europeu se fez a partir de todas as regiões de Portugal. O que sucedeu, de fato, foi que os portugueses do Brasil elaboraram uma *koiné* por eliminação de todos os traços *marcados* dos falares portugueses do Norte e por generalização das maneiras *não marcadas* do Centro-Sul⁷⁸.

Há, hoje, na língua do Brasil urna certa diversidade geográfica. Os lingüistas vêm tentando elaborar o mapa dos “dialetos” brasileiros⁷⁹, à semelhança do que se tem feito para as línguas européias. Distinguem um Norte e um Sul, cuja fronteira se identificaria, *grosso modo*, com uma linha que, partindo da costa, seguisse da foz do rio Mucuri (extremo sul do Estado

da Bahia) até à cidade de Mato-Grosso, no Estado do mesmo nome, próximo à fronteira boliviana. A realidade, porém, é as divisões “dialetais” no Brasil são menos gráfica que socioculturais. As diferenças na maneira de falar são maiores, num determinado lugar, entre um homem culto e o vizinho analfabeto que entre dois brasileiros do mesmo nível cultural originários de duas regiões distantes uma da outra. A dialetologia brasileira será, assim, menos *horizontal* que *vertical*.

Há, desse ponto de vista, uma série de níveis no “brasileiro”: no ápice, a língua das pessoas cultas (com gradações entre um registro oficial estrito e um registro familiar livre); depois, a língua vulgar das camadas urbanas gradativamente menos instruídas, e, finalmente, os falares regionais e rurais.

Os estudos científicos a respeito desses diversos níveis de língua são ainda insuficientes. Além disso, as mutações rápidas ligadas à urbanização e à industrialização tornam a realidade atual particularmente instável. Mas é sem dúvida nas grandes cidades que se elabora hoje, nas camadas socioculturais superiores, uma *norma* brasileira.

O conhecimento dessa norma é o objetivo do ambicioso “Projeto de Estudo Coordenado da Norma Lingüística Culta” (“Projeto NURC”), que se realiza desde 1969 em cinco grandes cidades (Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador e Recife) e se integra num projeto maior que abarca várias capitais da América de língua espanhola e quatro cidades da Península Ibérica. Antes que a nova realidade seja definida, os nossos conhecimentos da situação lingüística brasileira revestir-se-ão de certo caráter vago e impreciso. Convém ter presente essa reserva para ler o estudo que segue.

2 — Fonética e fonologia

O português instalou-se no Brasil em meados do século XVI, ou seja, numa data em que as primeiras evoluções estudadas no capítulo precedente já se haviam realizado: eliminação de numerosos encontros vocálicos (pp. 35-36), unificação do singular das palavras do tipo *mão*, *cão*, *leão* (pp. 37-39), manutenção da distinção entre /b/ e /v/ (p. 40), simplificação dos sistemas das sibilantes (pp. 42-44). Em todos esses pontos a *koiné* brasileira generalizou a norma portuguesa do Centro-Sul, tendo eliminado as particularidades marcadas do Norte. E, durante parte do período colonial, ele continuou a evoluir segundo a deriva do português europeu: monotongou *ou* em [õ] (pp. 44-45) e simplificou [tʃ] em [ʃ] em palavras do tipo *chamar* (pp. 45-46), seguindo nisto o uso do Centro-Sul de Portugal. As semelhanças, porém, cessam aí. A partir do ponto nº 7 do nosso estudo (pronúncia chiente de s e z implosivos), o português do Brasil não mais seguiu, ou seguiu apenas parcialmente, as inovações européias. Parecerá, assim, *conservador*. Mas, ao mesmo tempo, irá realizar transformações fonéticas desconhecidas do português europeu, e nisso será *inovador*.

1) Aspectos conservadores da fonética brasileira

a) Pronúncia de -s e do -z implosivos (ver capítulo precedente, nf 7):

Na maior parte do Brasil, os -s e os -z implosivos são sibilantes, realizados como [s] em final absoluto (*atrás, uma vez*) ou diante de consoante surda (*vista, faz frio*), e como [z] diante de consoante sonora (*mesmo, atrás dele*). Mas no Rio de Janeiro e em toda a zona dita carioca, assim como em diversos pontos do litoral, encontram-se [š] e [ž] chiados, nas mesmas condições que em Portugal. O chiar carioca é, talvez, um efeito da “relusitanização” do Rio de Janeiro, quando D. João VI aí instalou a sua capital em 1808. Há, pois, atualmente, duas pronúncias de -s e -z implosivos no Brasil: a pronúncia sibilante, largamente majoritária, e a pronúncia chiante, característica principalmente do Rio de Janeiro, e que goza do prestígio sociocultural da antiga capital federal.

b) Pronúncia das vogais átonas (ver capítulo precedente, nf 8):

Em posição átona final o falante brasileiro (excetuando-se os do extremo sul) pronuncia [u] o -o gráfico, tal como o português de hoje, mas diz [i] por -e, ignorando completamente a realização [ẽ]; ex.: *passo* pronunciado [pás^U], *passo* pronunciado [pás^I]. Conservou-se, logo, no “brasileiro” a situação que era a do português europeu da primeira metade do século XVIII, a que Verney descrevia em 1746. Acrescente-se que o -a átono final, embora mais breve que em posição tônica, permanece muito aberto; ex.: *passa* pronunciado [pás^A] e não [pás^Ā] como em Portugal. Em posição pretônica, o “brasileiro” conservou o antigo timbre de e e o, dizendo *pegar* com [ɐ] e *morar* com [ɔ]. A realização dessas pretônicas, fechada no Centro-Sul, é aberta no Norte e no Nordeste. A pronúncia brasileira nesse ponto perpetua mais uma vez a pronúncia de Portugal antes das grandes mutações fonéticas do século XVIII. Ainda mais, o “brasileiro” pratica algumas das transformações excepcionais das pretônicas que a língua antiga conhecia; por exemplo: *entrar* e *estar* como *intrar* e *istar*, ou *menino* e *costume* pronunciados como *minin^U* e *custum^I*. No caso, a alternativa é entre [ɐ] e [i]: o “brasileiro” ignora totalmente, em qualquer posição, a vogal central [ẽ], tão característica do português europeu. Acrescente-se, por fim, que o a pretônico é também realizado com “a” aberto; ex.: *cadeira*. O conservadorismo do português do Brasil, no que se refere às vogais átonas, é, pois, um dos pontos que mais o distinguem hoje do português europeu.

c) Inovações fonéticas do século XIX realizadas em Portugal (ver capítulo precedente, nº 10):

Conserva-se no Brasil a pronúncia [ɐy] para o ditongo que aparece em formas como *lei* e *primeiro* (quando interno, o ditongo por vezes monotonga-se: *primero*), e ignora-se totalmente a pronúncia [äy]; paralelamente, pronuncia-se [ẽy] e não [äy] o ditongo ocorrente em *bem, tem, correm*, etc. Também é geral a conservação de [ɐ] antes de consoantes palatais; ex.: *venho, espelho, vejo, fecho* (substantivo). Em compensação, o [r̄] forte uvular está largamente difundido no Brasil, principalmente entre as pessoas cultas.

d) Certas *reações ortográficas* praticadas em Portugal são desconhecidas no Brasil. Assim, *descer, piscina* são pronunciados como

descer, picina, enquanto o português europeu emite esses *s* implosivos como chiantes.

Por vezes, a grafia segue a pronúncia: escreve-se e pronuncia-se *fato* no Brasil e *facto* com [k] em Portugal.

2) Aspectos inovadores da fonética brasileira

a) Na pronúncia mais corrente (há, no entanto, exceções) não existe no português do Brasil a oposição entre os timbres abertos e fechados das vogais tônicas *a*, *e* e *o* seguidas de uma consoante nasal: ocorre, nesse caso, apenas o timbre fechado. Diz-se *cantamos* com [ã] no perfeito como no presente; pronuncia-se *pena* com [ɐ̃] como em Portugal, e assim também *vênia*, ao passo que no português europeu se diz *vénia* com [ɐ̃] da mesma maneira, se temos *sono* com [ɔ̃] como em Portugal, o timbre fechado da vogal estende-se a *Antônio*, quando no português europeu se diz Antônio com [ɔ̃]. Em síntese: as oposições fonológicas que existem em Portugal, para essas três vogais, entre o timbre aberto e o timbre fechado, neutralizam-se no Brasil diante de consoante nasal.

b) Em *sílaba pretônica*, o Brasil ignora, para as vogais escritas *a*, *e* e *o*, a oposição do timbre aberto e fechado. Enquanto Portugal opõe o [ã] de *cadeira* ao /a/ de *padeira*, o [ɛ̃] *pregar* ao /ɛ/ de *prègar*, o /u/ de *morar* ao /ɔ̃/ de *côrar*, o Brasil conhece apenas /A/, /E/ e /O/, realizados, respectivamente, como [a], [ɐ̃] e [ɔ̃] no Centro-Sul. Esta simplificação do sistema fonológico tem consequências importantes: o artigo feminino *a* não mais se distingue do mesmo artigo precedido da preposição *a* (*a mesa* é foneticamente idêntico a *à mesa*). As palavras de origem erudita, nas quais, diante de uma consoante não pronunciada, existe em Portugal uma vogal aberta por alongamento compensatório (ex.: *director* pronunciado [diɛrtɔ̃r]) são escritas no Brasil sem essa “consoante muda” (ex.: *diretor*), pois o *e*, no caso, só pode apresentar uma realização. Pela mesma razão, escrever-se-á *adoção* e *batizar* no Brasil e *adopção* e *baptizar* em Portugal.

c) *Proclíticos* e *enclíticos* em *-e* — São pronunciados com [i] no Brasil; ex.: *me, te, se, lhe, que, de*, etc.

d) *Vocalização* de [ɫ] velar — Na pronúncia mais comum o [ɫ] velar, que é, em Portugal, a realização de todos os *l* em final de sílaba, vocaliza-se em [w]. Escreve-se *animal, Brasil, amável, sol* e pronuncia-se [animaw], [brasiw], [amávew], [sɔw]. A distinção entre *mal* (advérbio) e *mau* (adjetivo) desaparece. Somente o extremo sul do país mantém regularmente a antiga distinção. Em registros muito vulgares dá-se até o desaparecimento puro e simples do antigo *l* em posição final absoluta: ex.: *generá* (*general*), *coroné* (*coronel*). Quando fecha sílabas internas, documenta-se, nos mesmos registros, a sua passagem a *r*; ex.: *arto* (*alto*), *vorta* (*volta*).

e) A pronúncia chiente de *-s* e *-z* em final de palavras provoca, não raro, o aparecimento de um iode; ex.: *atrás, luz, pés* pronunciados como [atrays̃], [luyš̃], [pɛys̃].

f) Os grupos consonantais que ocorrem em certas palavras de origem erudita (ex.: *admirar, advogado, observar, psicologia, ritmo*) são eliminados pelo aparecimento de um *i*, mais raramente de um *e*: *adimirar, adivogado ou adevogado, obisservar, pissicologia, ritmo*.

g) Nos grupos *ti* e *di*, as oclusivas [t] e [d] são geralmente palatalizadas; ex.: *tio, mentiu, sentir, pentear, te vejo, dito, pediu, diferença, de lá*. Ouve-se [ty] e [dy] e mesmo [tš] e [dž] em certos locutores. Note-se que o extremo sul do país não conhece esta palatalização.

h) *Pronúncia de r em final de sílaba*. — Em certos registros familiares e vulgares, o português do Brasil tende a suprimir o *r* no final das palavras; ex.: *doutô (doutor), pegá (pegar), fazê (fazer)*.

Por uma reação, o *r*, que permanece nos registros mais formais, é pronunciado nessa posição como [r̄] (*r* forte de carro), quando em Portugal, nesse caso, o que se encontra é [r] (*r* brando de caro). O mesmo sucede em final de sílaba no interior da palavra; ex.: *parte, certeza, têm* [r̄] no Brasil, mas [r] em Portugal.

3) Conclusões sobre afonética e a fonologia do português do Brasil

É principalmente na pronúncia das vogais que o português do Brasil se distancia, tanto pelo seu conservadorismo como pelas suas inovações, do português europeu. O sistema fonológico das vogais brasileiras é hoje o seguinte:

Posição tônica		Posição pretônica		Posição átona final	
/i/	/u/	/i/	/u/	/i/	/u/
/e/	/o/	/E/	/O/		
/e/	/o/				
/A/		/a/		/a/	

Ex.: *Posição tônica* — /i/: amigo; /e/ verde; /e/: perde; /A/ realizado como [ã] diante de consoante nasal (*amo, cano, banho*), e como [a] nas outras posições (*levado, passo*); /o/ porta; /o/: moça; /u/: muda. *Posição pretônica* — /i/: livrar; /E/ realizado como [e] no Centro-Sul e como [e] no Nordeste: *pegar, esquecer*; /a/: cadeira, padeira; /O/ realizado como [o] no Centro-Sul e como [o] no Nordeste: *morar, corar*; /u/: durar. *Posição átona final* — /i/: passe; /a/: passa; /u/: passo.

Esse sistema é simétrico e equilibrado. As átonas finais são realizadas de forma mais nítida que no português europeu.

Para as consoantes, o não chiamento do -s e do -z implosivos não põe em causa o sistema. É pela vocalização do /l/ velar e pela palatalização de *t* e *d* antes de *i* que se iniciam as mutações.

3 — Morfologia e sintaxe

Como no domínio da fonética e da fonologia, também no da morfologia e da sintaxe poder-se-iam opor os aspectos conservadores e os aspectos inovadores do português do Brasil. Mas como a identificação dos arcaísmos pode aqui, por vezes, dar margem a controvérsia, contentar-nos-emos com enumerar certas particularidades, classificando-as em duas categorias: as que pertencem à língua normal e são vistas, hoje, como brasileiras mas “corretas”, e as que pertencem a registros nitidamente vulgares e são consideradas “incorretas”.

1) *Brasileirismos pertencentes à língua normal*

O giro *estar + gerúndio*, que em Portugal cada vez mais se acantona na língua escrita (salvo em certas regiões), e que nos registros mais frequentes da língua fala da vem substituído por *estar a + infinitivo*, é, no Brasil, geral em todos os registros; ex.: *está escrevendo*. O Brasil conserva a possibilidade de empregar os possessivos sem artigo em casos em que Portugal já não o faz; ex.: *meu carro*. Continua a construir com o pronome átono em próclise enunciados do tipo *João se levantou*, normais no português clássico, mas não no português europeu atual. Esses exemplos são casos evidentes de conservadorismo.

Os seguintes brasileirismos são igualmente normais: *conosco* por *connosco*, *quatorze* ao lado de *catorze*, *dezesesseis* por *dezasseis*, *dezessete* por *dezassete*, *menor* paralelamente a *mais pequeno*, a ausência do artigo em frases do tipo *todo homem é mortal*, emprego da locução *todo o mundo* ao lado de *toda a gente*, o emprego de *em* em expressões como *está na janela (à janela)*, *na frente de (à frente de)*, *já chegou no Brasil (ao Brasil)*, *vou na cidade (à cidade)*. Pertencem ao mesmo nível de língua o emprego impessoal do verbo *ter* no sentido de *haver*, ou da locução *pois não* com valor afirmativo (— *Pode me dar uma informação?* — *Pois não.*)

Mas é principalmente no que diz respeito à colocação dos pronomes pessoais átonos que o “brasileiro” se distancia, com frequência, da atual norma portuguesa. Já mencionamos um exemplo que revela a conservação de um giro antigo (*João se levantou*). Em outros casos, porém, o uso atual do Brasil representa uma inovação. Sem entrar aqui em pormenores, para os quais remetemos ao nosso *Manuel de Langue Portugaise*, §§ 49.1 a 49.6, notaremos que o português brasileiro aceita naturalmente o pronome átono em início absoluto de frase (*Me parece que; me diga uma coisa*) e que, quando o pronome é complemento de um infinitivo, de um gerúndio ou de um participio, vem sistematicamente ligado a eles; ex.: *Pode me dizer?* e não *pode-me dizer?*, *ia pouco a pouco se afastando* e não *ia-se pouco a pouco afastando*, *não tinha ainda se afastado* em lugar de *não se tinha ainda afastado*.

2) *Brasileirismo pertencentes a registros sentidos como vulgares*

Existe uma zona em que a vulgaridade ainda é normalmente aceitável e que podemos considerar como um grau avançado na familiaridade. Assim, as frases negativas do tipo *não sei não*, ou mesmo *sei não*; ou as orações infinitivas que têm por sujeito *mim* e não *eu* (ex.: *é p'ra mim comer*, em lugar de *é para eu comer*); ou ainda *feito* no sentido de *como* (ex.: *o pobre homem chorava feito uma criança*).

Outros brasileirismos são nitidamente mais marcados e, por isso, sentidos como “incorretos”. É o caso do emprego das formas tônicas *ele(s)* e *ela(s)* como objeto direto em vez das formas átonas *o(s)* e *a(s)*, infensas à língua popular; ex.: *vi ele (vi-o)*, *não conheço ela (não a conheço)*. Outro traço popular, ainda mais incorreto, consiste em suprimir o -s, marca do plural, nos nomes e adjetivos, e conservá-los apenas nos determinantes (artigos, demonstrativos, possessivos, etc.); ex.: *as casa*, *estes boi*, *meus amigo*, *mil cruzeiro*. Quanto à flexão verbal, ela pode ser muito simplificada: não emprego do futuro, do condicional e do infinitivo flexionado; redução ao extremo do paradigma dos tempos (*eu devo*, *ele deve*, *nós deve*, *eles deve*). Mas, insistimos, esses brasileirismos são sentidos como incorretos.

4 — *O tratamento no Brasil*

O português do Brasil simplificou, igualmente, o código do tratamento. Como em Portugal, o *vós* desapareceu, mas o *tu* sobrevive apenas no extremo sul e em áreas não suficientemente delimitadas do Norte. Em circunstâncias normais, existem apenas duas fórmulas: o tratamento por *você*, que é familiar, e o tratamento por *o senhor*, *a senhora*, que é mais reverente. Ademais, essas fórmulas só excepcionalmente admitem os substitutos que, em Portugal, complicam a sintaxe do tratamento. Diz-se *queria falar com você* ou *com o senhor* (em Portugal: *queria falar consigo*, construção mais rara no Brasil, onde tem sido invariavelmente condenada pelos gramáticos).

5 — *O vocabulário*

O português do Brasil possui um vocabulário que, em parte, se distancia do de Portugal. A forma escrita de certas palavras é diferente nos dois países; ex.: *diretor*, *ação*, *ótimo* no Brasil — *director*, *acção*, *ótimo* em Portugal. Mas há também palavras particulares ao Brasil. Alguns desses brasileirismos pertencem à língua corrente. São muito numerosos em determinados campos semânticos. É o caso, por exemplo, das designações de objetos e noções peculiares ao mundo moderno em seus aspectos científicos, técnicos ou sociais: o *comboio* em Portugal é o *trem* no Brasil, o *autocarro* em Lisboa é *ônibus* no Rio de Janeiro; também *bonde* (Brasil) corresponde a *eléctrico* (Portugal); a *aeromoça* (Brasil) à *hospedera* (Portugal); a *caneta-tinteiro* (Brasil) à *caneta de tinta permanente* (Portugal); a *espátula* (Brasil) à *faca de cortar papel* ou *corta-papel* (Portugal); o *terno* (Brasil) ao *fato* (Portugal); o *metrô* do Rio ao *metro* de Lisboa. Há, igualmente, neologismos

brasileiros mais ou menos marcados de familiaridade: *meia* (abreviação de *meia dúzia*) por *seis*, *virar* por *tornar-se* (“Jubiabá *virava* lobisomem” — Jorge Amado)⁸⁰; *cadê* (< *que é de*) em interrogações do tipo “cadê o chapéu?”, etc. Às vezes o brasileirismo é apenas semântico: assim, *salvar* é empregado na língua popular com o sentido de *saudar*, o que representa um arcaísmo português.

Compreende-se que os brasileirismos de vocabulário sejam mais numerosos à medida que se penetra nos registros mais familiares e mais vulgares. A *gíria* do Rio e de São Paulo, fortemente influenciada pelo *lunfardo* de Buenos Aires, distancia-se do *calão* de Lisboa. Mas é sobre tudo quando se trata de identificar objetos e noções próprios à realidade brasileira, ao clima, à flora, à fauna, às tradições locais, aos costumes, à cultura popular, à vida social que o “brasileiro” manifesta a sua criatividade vocabular e fraseológica. E, para isso, tem recorrido freqüentemente às duas fontes postas à sua disposição pelas duas populações com as quais os portugueses se misturaram no solo brasileiro: as línguas dos indígenas (em primeiro lugar, o tupi) e as línguas dos escravos negros. Citemos alguns exemplos.

1) Vocabulário de origem tupi

É do tupi que provêm as palavras *capim*, *cupim*, *mingau*, *guri*, *caatinga*, *curumim* ou *culumim*, *cunhã*, *moqueca*. O vocabulário da flora brasileira de origem tupi é considerável. Ex.: *abacaxi*, *buriti*, *carnaúba*, *mandacaru*, *mandioca*, *sapé*, *taquara*, uma série de nomes de árvores como *peroba*, *canjarana*, *caroba*, *imbuia*, *jacarandá*, *araticum*, *ipê*, *cipó*, e nomes de frutas como *pitanga*, *maracujá*, *jaboticaba*, *caju*. A mesma riqueza vocabular nota-se com relação à fauna do país; ex.: *capivara*, *quati*, *tatu*, *sagüi*; a maioria das serpentes, desde a inocente *caninana* até à terrível *sucuri*; a maior parte dos peixes, desde o *acará* até à carnívora *piranha*; a maior parte dos pássaros, da *araponga* ao sinistro *urubu*, passando pelo *curiango* e o *curió*, sem esquecer o harmonioso *sabiá*. O tupi legou ainda ao Brasil essas personagens espectrais e inquietantes chamadas *saci* e *caipora*. Palavras de origem tupi entram em locuções familiares; ex.: *andar na pindaíba*, *estar de tocaia*, *cair na arataca*. É por todo esse vocabulário tipicamente brasileiro, assim como pela toponímia (ex.: *Aracaju*, *Guanabara*, *Carioca*, *Tijuca*), que a velha língua geral como que sobrevive.

2) Vocabulário de origem africana

O vocabulário brasileiro de origem africana levanta problemas complexos. Certas palavras passaram direta mente da África a Portugal, sem transitar pelo Brasil, e foram, posteriormente, introduzidas no país pelos portugueses. É o caso de *inhame*, palavra africana que se encontra sob a forma espanhola *ñame* no *Diário de Cristóvão Colombo* (1492) e sob a forma portuguesa na carta em que Pêro Vaz de Caminha, em 1500, dá notícia do descobrimento do Brasil ao rei D. Manuel. Se nos ativermos ao vocabulário indubitavelmente introduzido pelos escravos transportados ao Brasil, verificaremos que ele é de origem diversa. Com efeito, os escravos pertenciam às mais variadas etnias. Entretanto, duas línguas africanas

tiveram um papel particularmente importante no Brasil: o *ioruba* (falado atualmente na Nigéria) e o *quimbundo* (falado em Angola). O ioruba está na base de um vocabulário próprio à Bahia, relativo às cerimônias do *candomblé* (por ex.: *orixá*) ou à cozinha afro-brasileira (ex.: *vatapá*, *abará*, *acará*, *acarajé*). O quimbundo legou ao Brasil um vocabulário mais geral, quase sempre integrado à língua comum (ex.: *caçula*, *cafunê*, *molambo moleque*). Muitas vezes esse vocabulário evoca o universo das plantações de cana-de-açúcar (ex.: *banguê*), com os escravos, seu modo de vida e suas danças (ex.: *senzala*, *mocambo*, *maxixe*, *samba*).

Finalmente, o vocabulário específico do português do Brasil é considerável. Ele encontra-se registrado e explicado em certos dicionários, e em particular no *Novo Dicionário da Língua Portuguesa* de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira (Rio de Janeiro, 1975).

A questão da língua no Brasil

A questão da língua não é, no Brasil, apenas uma controvérsia de gramáticos: é um problema nacional da mais alta importância. Após a Independência, muitos brasileiros pensavam ser impossível haver uma nação original, com sua cultura e com literatura própria, sem língua original. Era uma atitude que se encontrava então mais ou menos espalhada pelas novas nações americanas. Esta questão, como seria de esperar, iria preocupar particularmente os escritores e os filólogos.

1 — A questão da língua entre os escritores brasileiros

É com o Romantismo — que se estendeu no Brasil até depois de 1870 — que a questão da língua realmente se coloca para os escritores. O romancista José de Alencar (1829-1877), quando da publicação de *Iracema* em 1865, foi alvo de críticas do escritor português Pinheiro Chagas e de outros censores dos dois países, que o acusaram de escrever numa língua incorreta⁸¹. O famoso problema da colocação dos pronomes átonos irritava sobremaneira esses rigoristas acerbos. A defesa de Alencar ficou célebre. Sem jamais pretender escrever numa língua diferente do português europeu, ele reivindica o direito a uma certa originalidade. O que recusa é o purismo mesquinho e estéril; o que procura é uma expressão nova, autêntica e viva.

Depois dessa querela, a questão da língua num período de acalmia. Os contistas regionalistas de fins do século XIX e começos do século XX imitam, com freqüência, a língua rude do povo, e as suas obras estão repletas de brasileirismos. Mas os grandes escritores do tempo, tanto em poesia como em prosa, são puristas em matéria de língua. É o caso de Machado de Assis (1839-1908), que domina nessa época. É o caso do estadista Rui Barbosa (1849-1923), que, em polémica célebre sobre a redação do Código Civil Brasileiro (*A Réplica*, 1903), vai buscar os seus modelos aos grandes escritores portugueses do passado, numa atitude de exigente tradicionalismo.

É com o Modernismo que a questão da língua vai retornar com um novo vigor. O modernismo representa para o Brasil uma mutação cultural e artística fundamental. O movimento teve origem na Semana de Arte Moderna de São Paulo, que se realizou em fevereiro de 1922. O Modernismo alia a recusa da tradição e dos preconceitos, recusa proclamada no estilo das vanguardas européias, a um esforço tenaz para definir uma originalidade propriamente brasileira. É a um tempo revolucionário e nacionalista. E desta dupla exigência sairá a renovação da cultura brasileira contemporânea, em todas as áreas, desde o romance do Nordeste até à pintura, à música e ao cinema. Pode dizer-se, em suma, que, após a conquista da independência política em 1822, o Brasil esperou um século — até 1922 — para reivindicar a independência cultural. É evidente que essa ruptura com o passado e essa busca da autenticidade brasileira encontravam na questão da língua um aplicação particularmente rico.

E efetivamente todos os modernistas da primeira vaga, a que aflui de 1922 a 1930 aproximadamente, rebelam-se contra a gramática tradicional e o purismo lusitano. Querem escrever numa língua que se aproxime da fala brasileira. Mário de Andrade (1893-1945) projetara escrever uma *Gramatiquinha da Fala Brasileira*. Se acabou por renunciar ao projeto, permanece o fato de que a língua em que ele se expressava caracteriza perfeitamente o que se pode chamar o “brasileiro liberado”. O autor segue o uso brasileiro sem complexos nem reticências. É o fim dos tabus em matéria lingüística.

A abertura assim realizada será definitiva, e uma página terá sido virada para sempre. Cabem aqui, porém, algumas observações. Preliminarmente, deve acentuar-se que os escritores modernistas não produziram nenhuma obra importante em matéria filológica e lingüística. Foi mais pela prática do que pela teoria que deixaram as suas marcas na língua. Além disso, se todos os escritores brasileiros se consideram libertos da norma gramatical tradicional, o nível que atingem nesta libertação é muito variável, condicionado que está a problemas de temperamento individual, de opção estética ou de origem regional. Ademais, trata-se de artistas, que emprestam à língua uma elaboração literária. Entre os grandes escritores que começaram a produzir depois de 1930, alguns praticam o que se pode chamar “estilo brasileiro moderado”, e a sua linguagem permanece, afinal, bastante clássica: é o caso de Graciliano Ramos no Nordeste e de Érico Veríssimo no Rio Grande do Sul. Outros, como José Lins do Rego, aproximam-se da linguagem oral. Outros ainda, como Guimarães Rosa (*Grande Sertão: Veredas*, 1956), elaboram uma língua perfeitamente original. Carlos Drummond de Andrade (nascido em 1902) pratica registros diversos e realiza, no total, um certo equilíbrio.

A inovações lingüísticas dos escritores oriundos do Modernismo exigiram estudos fundados em pesquisas minuciosas; o que não se fez até os dias atuais. Os observadores foram sensíveis sobretudo aos aspectos mais salientes e, quase sempre, mais superficiais dessas inovações, como, por exemplo, a adoção de um certo vocabulário, os usos brasileiros em matéria de colocação de pronomes, o emprego de *ter* impessoal, casos particulares de

regência e de concordância, etc.⁸² Alguns dentre eles não possuíam mesmo a preparação científica indispensável.

É, pois, difícil de emitir um juízo de conjunto sobre os resultados da verdadeira mutação lingüística provocada pelo Modernismo. Algumas inovações por ele introduzidas foram definitivamente acolhidas pela língua: elas constituem o que podemos chamar a *norma brasileira mínima* (por exemplo: a liberdade de colocar os pronomes átonos à moda brasileira). No resto, serão encontradas todas as transições entre esta norma mínima e um *estilo brasileiro acentuado*. E é assim que hoje se impõe a idéia de que há uma variante brasileira do português suficientemente diversa do português europeu para constituir uma norma específica. Entretanto, essa norma é objeto de consenso apenas para uma parte da língua. Para o restante, há uma grande variedade de usos, não tendo a língua encontrado ainda norma universalmente aceite.

2 — A questão da língua entre os filólogos e os lingüistas

Os filólogos e os lingüistas entraram no debate bem mais tarde que os escritores, fato justificável pelo aparecimento relativamente recente de uma filologia e de uma lingüística científica no Brasil. Entre os precursores, deve reter-se o nome de Júlio Ribeiro (1845-1890). Vem, a seguir, a geração dos pioneiros com José Ribeiro (1860-1934), Manuel Said Ali (1861-1953), Mário Barreto (1871-1931), Sousa da Silveira (1883-1967), Antenor Nascentes (1886-1972), Augusto Magne (1887-1966). Finalmente, com o desenvolvimento do ensino universitário, as condições tornam-se mais favoráveis e aparecem mestres como Joaquim Mattoso Câmara Júnior (1904- 1970), Theodoro Henrique Maurer Júnior, Serafim da Silva Neto (1917-1960), Sílvio Elia, Gladstone Chaves de Melo, Celso Cunha, Wilton Cardoso, Nelson Rossi e muitos outros. A adoção dos métodos científicos levou alguns filólogos a procederem a uma revisão crítica de certos juízos prematuros emitidos sobre a história do português do Brasil, revisão que não podia deixar de ter consequências na “questão da língua”.

Durante largo tempo muitas das particularidades do português do Brasil foram explicadas como o resultado de influências ameríndias ou africanas. Do lado ameríndio, a fonte era essencialmente o tupi. Não contentes de identificar as raízes tupi da toponímia e do vocabulário, alguns queriam ver influência tupi em tudo, e explicavam pelo substrato tupi certos traços específicos da fonética, da morfologia e da sintaxe do português brasileiro. Espécie de resíduo filológico do indianismo romântico, a mania do tupi levou a exageros evidentes, a erros, a generalizações apressadas. Depois do tupi, foi a vez das línguas africanas. Como se os autênticos africanismos do vocabulário brasileiro não bastassem, passou-se a sentir a presença africana em toda a parte, particularmente na fonética. Em verdade, não é impossível que os escravos africanos tenham contribuído para dar ao português americano uma certa languidez crioula. Mas aqui trata-se de coisa muito diversa de substrato. As dificuldades que os aloglotas têm de articular uma nova língua fazem precipitar certas transformações provocadas pela deriva dessa língua. Os filólogos portugueses davam,

geralmente, o seu aval a esta visão das coisas: para Gonçalves Viana, por exemplo, os “erros” brasileiros sobre a colocação dos pronomes átonos são crioulismos, como também o são a maioria das particularidades fonéticas do português brasileiro⁸³.

Os filólogos brasileiros aplicaram-se em reagir contra esses exageros. Sem negar a influência do tupi e das línguas africanas, mostram que muitos dos exemplos alegados são inconsistentes. Clóvis Monteiro, por exemplo, não encontra muita dificuldade para provar que *tem* por *há*, ou *eu vi ele* por *eu vi-o* nada têm a ver com o tupi⁸⁴. Mas foi principalmente Serafim da Silva Neto quem procedeu a uma desmistificação “em regra” das “fontes” ameríndias e africanas do português do Brasil⁸⁵. Um exemplo particularmente curioso é o de *minhoca*, que já se pretendeu provar ser de origem quimbundo, quando a palavra vem atestada em português em época demasiadamente recuada para que possa ter vindo da África⁸⁶. Sem negar a importância dessas fontes, Serafim da Silva Neto acha que ela tem sido muito exagerada no desejo de valorizar tudo o que é extra-europeu nas raízes do Brasil.

De uma maneira geral, porém, os filólogos da escola brasileira adotaram sobre a “questão da língua” posições moderadas. Reconhecem, a um tempo, a originalidade lingüística do Brasil e a superior unidade da língua portuguesa. Uma especificidade brasileira no interior do português, eis, em suma, o que reivindicam.

Capítulo 5

O português na África e na Ásia

Se a língua portuguesa sobreviveu à descolonização do século XX no que diz respeito à África, a sua presença na Ásia parece estar seriamente comprometida. Mesmo na África, nos países ditos lusófonos, a situação do português é muito diferente da do Brasil.

O português na Ásia

No início do século XX, a presença política de Portugal na Ásia limitava-se aos territórios de Goa, Diu e Damão, na Índia, a uma parte da ilha de Timor, na Indonésia, e à pequena zona de Macau, nas costas da China. Mas os portugueses tinham controlado outrora regiões bem mais extensas, particularmente em Ceilão (hoje Sri Lanka) e em Malaca. Além disso, dos séculos XVI ao XVIII, o português serviu de *língua franca* nos portos da Índia e nos do Sudeste da Ásia.

Hoje, afora o minúsculo território de Macau, a soberania portuguesa desapareceu no Oriente. A “Índia portuguesa” foi recuperada pela União Indiana em 1961, e Ti-mor anexado pela Indonésia em 1974.

As sobrevivências lingüísticas são de dois tipos.

1 — Os crioulos

No início do século XX falavam-se ainda crioulos de origem portuguesa em Goa, Damão e Diu, bem como em certos pontos do território da Índia do Sul então controlados pela Inglaterra, em Ceilão, Java, Malaca e Macau. Estudos recentes vieram mostrar que alguns desses crioulos continuam a ter vitalidade, particularmente em Ceilão e em Malaca.

2 — O português oficial

O único ponto onde o português, na sua forma oficial, poderia esperar conhecer uma certa sobrevivência como língua veicular, ou como língua estrangeira estudada em estabelecimentos de ensino, seria o território de Goa, hoje incorporado à União Indiana. Mas o português vem sendo aí progressivamente suplantado pelo inglês.

O português na África

Na África a situação é bem diferente. A descolonização que se seguiu à revolução de 25 de abril de 1974 levou à constituição de cinco repúblicas independentes: 1 — Cabo Verde; 2 — Guiné-Bissau; 3 — São Tomé e

Príncipe; 4 — Angola; 5 — Moçambique (ver mapa 4). Estas cinco repúblicas não são comparáveis nem pelas dimensões dos seus territórios nem pela importância das suas populações.

	<i>Superfície</i>	<i>População</i> ⁸⁷
São Tomé e Príncipe	964 km ²	67.000
Ilhas de Cabo Verde	4.033 km ²	285.000
Guiné-Bissau	36.125 km ²	570.000
Moçambique	783.763 km ²	8.715.000
Angola	1.246.700 km ²	5.840.000

Nestes cinco territórios, o português é a língua oficial, a que é utilizada na administração, no ensino, na imprensa, assim como nas relações com o mundo exterior.



Mapa 4 — A África lusófona

Mas, em todas as áreas deste conjunto, o português sobrepõe-se às línguas locais — chamadas na terminologia oficial “línguas nacionais” —, que servem de instrumento de comunicação nas múltiplas situações correntes da vida. Essas línguas são ou crioulos, ou falares africanos. As ilhas de Cabo Verde conhecem apenas o crioulo.

A Guiné-Bissau possui o seu próprio crioulo (falado também na província senegalesa de Casamança), bem como numerosas línguas africanas. Há crioulos igualmente em São Tomé e Príncipe. Em Angola e Moçambique, o português coexiste com as línguas locais, algumas, como o quimbundo, faladas por milhões de indivíduos.

1 — Os crioulos

Os crioulos africanos de origem portuguesa estão, por sua origem, como os crioulos franceses, ligados à escravatura dos negros. São o resultado da simplificação e da reestruturação de uma língua europeia, feitas por populações alófonas que a adotavam por necessidade. Os crioulos portugueses começaram a formar-se desde os primeiros contatos entre portugueses e africanos, provavelmente no século XV. É mesmo possível ter existido, em épocas passadas, um tipo de *língua franca* portuguesa que os escravos utilizavam na costa da África. Os crioulos portugueses da África, bastante diferentes entre si, resultam da completa reestruturação do português do qual se formaram. Essa reestruturação é, aliás, menos forte nas ilhas de Cabo Verde do que na Guiné e em São Tomé. Tais crioulos são, hoje, portugueses apenas pela sua base lexical. A organização gramatical é muito diferente da do português. Ainda que a sua descrição e análise sejam do mais alto interesse (e, com efeito, os lingüistas atualmente dedicam-lhes uma grande atenção), os crioulos portugueses tornaram-se línguas diferentes do português donde saíram. Por essa razão, vamos deixá-los fora do nosso campo de estudo.

2 — O português da África

Trata-se do português falado e escrito por parte dos habitantes dos novos Estados africanos independentes. Possui o estatuto de *língua oficial*, por oposição às *línguas nacionais*. Os responsáveis africanos proclamam a sua utilidade e declaram que, no momento, desejam conservá-lo. Mas afirmam, ao mesmo tempo, que o seu fim último é o de promover as línguas nacionais, pelo menos algumas dentre elas.

Qualquer que seja o seu futuro remoto, a África “lusófona” constituirá ainda durante longo tempo para a língua portuguesa uma importante área de expansão. Oficialmente, esse “português da África” segue a norma europeia. Mas, no uso oral, dela se distancia cada vez mais. E não deixa de ser curioso que por certas particularidades ele se aproxime do “brasileiro”.

Uma literatura de língua portuguesa desenvolveu-se nesses países, e alguns dos escritores mais representativos esforçam-se por elaborar um

instrumento lingüístico original, que leve também em conta a linguagem falada.

O estudo desse “português da África” está ainda nos seus começos. Numa tese recente, Michel Laban⁸⁸ submeteu a uma análise sistemática a língua do angolano (de origem européia) Luandino Vieira, um dos escritores atuais mais característicos da África lusófona. Encontram-se na sua obra estruturas tomadas ao português fala do, tal como o pratica a população humilde de Luanda. Uma das mais originais é a forma passiva expressa por uma frase como “O João, lhe bateram na mãe dele”, em que “João” é o paciente e a “mãe” o agente. O vocabulário compreende centenas de empréstimos do quimbundo; ex.: *musseque* (terreno arenoso, favela), *quinda* (cesta), *quissanga* (tipo de cerveja). Acontece com muita frequência que uma palavra angolana se encontra no português do Brasil, seja com a mesma forma e o mesmo sentido, seja com variações morfológicas ou semânticas. Ex.: *cochilar*, *caçula*, *moleque cubata*, *cafuso* (mestiço em geral, no Brasil mestiço de negro e índio), *cazumbi* (no Brasil *zumbi*). É difícil saber em que medida essas coincidências se explicam por uma origem comum, ou pelo retorno do Brasil para a África de algumas dessas palavras. Se às semelhanças de vocabulário acrescentarmos as identidades sintáticas, como uma grande liberdade na colocação dos pronomes átonos ou o emprego da construção *eu vi ele* por *eu vi-o*, não podemos deixar de surpreender-nos pelas analogias que existem entre o português de Angola e o do Brasil.

Transcrição fonética ---

[ã]: *a* fechado; ex.: *banho*.

[b]: *b* construtivo bilabial; ex.: espanhol *cabo*.

[e]: *e* aberto; ex.: *sé*

[ɐ] : *e* fechado; ex.: *sê*.

[ɐ̃] : vogal átona central; ex.: *partes*, na pronúncia de Portugal.

[l] : *l* velar; ex.: *mal*.

[lh]: *l* palatal, ex.: *filho*.

[nh]: *n* palatal; ex.: *vinho*.

[o]: *o* aberto; ex.: *avó*.

[ɔ] : *o* fechado; ex.: *avô*.

[r̃]: *r* forte; ex.: *ferro*.

[s̃]: *s* ápico-alveolar; ex.: espanhol *paso*.

[z̃]: *z* ápico-alveolar, forma sonora da consoante precedente.

[ʃ̃]: constritiva palatal surda (“chiante”); ex.: *deixar*.

[ʒ̃]: forma sonora da consoante precedente; ex.: *já*.

Notas

1. Trata-se da quantidade da sílaba e não da vogal. Uma vogal breve, seguida de uma consoante implosiva, forma uma sílaba longa, como se pode ver em *captilum* (corte silábico *ca-pĩl-lum*).

Note-se que em latim imperial um *ĩ* ou um *ẽ* em hiato não podem ser acentuados: o acento é transferido para a vogal seguinte; ex.: *mulière*m > português *mulher*.

2. Representamos por *ɛ* e *ɔ* as vogais “e fechado” e “o fechado” e por *e* e *o* as vogais “e aberto” e “o aberto”. Veja-se na p. 80 o quadro das transcrições fonéticas.

3. Encontra-se um grande número de textos desta natureza nos *Portugaliae Monumenta Historica*, publicados por Alexandre Herculano a partir de 1856.

4. A não-palatalização dos grupos iniciais *pl-*, *cl-* e *fl-* na zona moçárabe está bem estudada no que se refere ao Centro e ao Leste da Península. No Oeste, que é o que nos interessa aqui, as condições exatas deste fenómeno, e sobretudo os seus limites geográficos, são muito menos conhecidas. Ver sobre o assunto Rafael Lapesa, *Historia de la Lengua Española*, 8ª ed., Gredos, Madrid, pp. 183-184, assim como o mapa entre as pp. 184 e 185.

5. A conservação do *-l-* e do *-n-* na zona moçárabe é um fato bem conhecido. Foi assinalado por Leite de Vasconcelos, “Romanço mozarabico”, in *Revista Lusitana*, XI, 1908, p. 354. Ver em particular José G. Herculano de Carvalho, “Moçarabismo linguístico ao sul do Mondego”, in *Revista Portuguesa de História*, VIII, 1959, pp. 277-284, e L. F. Lindley Cintra, “Áreas lexicais no território português”, in *Boletim de Filologia*, XX, 1961, especialmente pp. 285-289.

6. Ver a nota precedente.

7. Sobre os topônimos de origem germânica na Galícia e em Portugal, ver particularmente Joseph M. Piel, “Os nomes germânicos na toponímia portuguesa”, separata do *Boletim de Filologia*, t. II, 1933 e seguintes.

8. Edição da *Revista de Portugal*, série A: *Língua Portuguesa*, 2 vols. Lisboa, 1958-1961.

9. Acreditou-se muito tempo que dois documentos provenientes do Mosteiro de Vairão — o *Auto de Partilhas* e o *Testamento de Elvira Sánchez*, datados respectivamente de 1192 e 1193 — constituíssem os mais antigos textos escritos em galego-português. Mas, a partir de 1957, começaram a surgir dúvidas a esse respeito, emitidas primeiramente pelo P.º Avelino de Jesus da Costa e, a seguir, pelo Prof. Luís Filipe Lindley Cintra numa comunicação apresentada ao Colloque International sur Les Anciens Textes Romans non Littéraires, realizado na Universidade de Strasbourg em 1961, sob o título “Les anciens textes portugais non littéraires” (ver *Revue de*

Linguistique Romane, XXVII, 1963, pp. 40-77). A questão foi recentemente reexaminada pelo P.^e Avelino de Jesus da Costa no artigo “Os mais antigos documentos escritos em português; revisão de um problema histórico lingüístico”, in *Revista de História*, XVII, 1979, pp. 263-340. Segundo o autor, o texto primitivo destes dois documentos, redigidos respectivamente em 1192 e 1193, era em latim e as versões galego-portuguesas que nos chegaram são traduções efetuadas uma centena de anos mais tarde, no fim do século XIII. Eliminados, assim, estes dois documentos, os mais antigos textos escritos em galego-português passam a ser, dentro do estado atual dos nossos conhecimentos, a *Notícia de Torto* (1214-1216), proveniente do mesmo Mosteiro de Vairão, e o *Testamento de D. Afonso II*, datado com segurança de 1214. A propósito, ver o artigo já citado do P.^e Avelino de Jesus da Costa. Sobre a *Notícia de Torto*, ver também Luís Filipe Lindley Cintra: “Observations sur le plus ancien texte portugais non littéraire: la ‘Notícia de Torto’”, in *Actele celui de al XII-lea Congres Internațional de Lingvistică, și Filologie Romanică*, II, Bucureste, 1971, pp. 161-174. Depois destes documentos, só no ano de 1255 voltamos a ter novos textos em “língua vulgar” no território português.

10. Ver a nota precedente.

11. Ver Luís Filipe Lindley Cintra, *A linguagem dos foros de Castelo Rodrigo; seu confronto com a dos foros de Alfaiates, Castelo Bom, Castelo Melhor, Coria, Cáceres e Usagre*, Centro de Estudos Filológicos, Lisboa, 1959.

12. *Crónica Geral de Espanha de 1344*, edição crítica do texto português por Luís Filipe Lindley Cintra, 3 vols., Academia portuguesa da História, Lisboa, 1951, 1954, 1961. O 4.^o volume está em curso de impressão.

13. O [l] dental e o [ɫ] velar eram, como hoje, as duas realizações fonéticas de um mesmo fonema /l/. No início de sílaba tínhamos [ex.: *leer*, e no fim de sílaba, [ɫ] ex.: *mal*.

14. Ver Paul Teyssier, “Le système des déictiques spatiaux en portugais aux XIV^e, XV^e et XVI^e siècles”, in *Cahiers de Linguistique Hispanique Médiévale*, Université de Paris-XIII, n.^o 6, 1981, pp. 5-39.

15. *Cantigas d’Amigo dos Trovadores Galego-Portugueses*, edição crítica por José Joaquim Nunes, vol. II, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1926, p. 158 (cantiga CLXXV).

16. *Cantigas d’Escarnho e de Mal Dizer dos Cancioneiros Medievais Galego-Portugueses*, edição crítica pelo Prof. M. Rodrigues Lapa, Ed. Galaxia, Vigo, 1965; 2.^a ed., Ed. Galaxia, Vigo, 1970, p. 115(cantigan

17. *Ibid.*, p. 66 (cantiga n.^o 35).

18. Citado por Joseph Huber, *Altportugiesisches Elementarbuch*, Cari Winter, Heidelberg, 1933, § 285, p. 133.

19. *Floresta d’Enganos*, vv. 301-302.

20. Sobre *saludad*, ver Paul Teyssier, *La Langue de Gil Vicente*, Klincksieck, Paris, 1959, pp. 400-402.

21. Ver quanto ao assunto a tese de Maria Leonor Buescu sobre os gramáticos portugueses do século XVI (ainda inédita no momento em que redigimos a presente nota). As obras gramaticais de Fernão de Oliveira, João de Barros e Duarte Nunes de Leão foram objeto de recentes reedições.

22. Ver Paul Teyssier, “Jerónimo Cardoso et les origines de la lexicographie portugaise”, in *Bulletin des Études Portugaises et Brésiliennes*, vol. 41, Lisboa, 1980, pp. 7-32.

23. Damos a seguir, uma vez por todas, as indicações essenciais sobre as fontes utilizadas no presente capítulo para tudo o que se refere à geografia lingüística e à dialetologia portuguesa. O iniciador destes estudos foi José Leite de Vasconcelos, com a sua tese intitulada *Esquisse d’une dialectologie portugaise*, Aillaud, Paris-Lisboa, 1901 (2ª ed. por Maria Adelaide Valie Cintra, Centro de Estudos Filológicos, Lisboa, 1970). Numerosos artigos e monografias foram publicados principalmente na *Revista Lusitana* (38 volumes de 1887 a 1943), na *Revista Portuguesa de Filologia* (Coimbra, desde 1947, sob a direção do Prof. Manuel de Paiva Boião) e no *Boletim de Filologia* (Lisboa, desde 1932, publicado pelo Centro de Lingüística da Universidade de Lisboa, sob a direção atual do Prof. Luís Filipe Lindley Cintra). Um levantamento completo até 1976 pode ver-se na *Bibliografia dialectal galego-portuguesa* (Publicações do Atlas Lingüístico-Etnográfico de Portugal e da Galícia, nf 3, Lisboa, 1976). Em 1942 o Prof. Manuel de Paiva Boião organizou um inquérito dialetológico por correspondência que permitiu levantar com muito maior precisão certos mapas dialetológicos (ver Manuel de Paiva Boléo, “Dialectologia e história da língua. Isoglossas portuguesas”, in *Boletim de Filologia*, XII, 1950, pp. 1-44; e Manuel de Paiva Boléo e Maria Helena Santos Silva, “O mapa dos dialectos e falares de Portugal continental”, in *Boletim de Filologia*, XX, 1961, pp. 85-112). O primeiro inquérito de conjunto efetuado sobre o terreno foi feito por Luís Filipe Lindley Cintra e Aníbal Otero, a partir de 1953, com vista à elaboração do *Atlas Lingüístico da Península Ibérica*, cujo 1º volume (único publicado) apareceu em Madrid em 1962. Os numerosos elementos recolhidos foram utilizados por Luís Filipe Lindley Cintra, em particular na “Nova proposta de classificação dos dialectos portugueses”, in *Boletim de Filologia*, XXII, 1964-1971, pp. 81-116 (com mapas). O mapa 3 que publicamos foi levantado com base neste último artigo. Na sua elaboração, acrescentamos elementos colhidos no *Atlas Lingüístico da Península Ibérica* e levamos em conta as observações orais que L. F. Lindley Cintra teve a gentileza de nos fazer, pelas quais agradecemos vivamente. Assinalemos, por fim, que um novo projeto de investigação dialetológica está sendo executado desde 1970: o do *Atlas Lingüístico-Etnográfico de Portugal e da Galiza*.

24. Uma exposição das teorias que justificam esta mutação como uma evolução fonética espontânea, e das objeções que lhes têm sido feitas, pode ver-se em José Inês Louro, “Origem e flexão dalguns nomes portugueses em -ão”, in *Boletim de Filologia*, XIII, 1952, pp. 37-65. A explicação por analogia encontra-se, por exemplo, em Gunnar Tilander, “Porque -am, -om se

tomaram -ão em português?”, in *Revista de Portugal*, série A: *Língua Portuguesa*, vol. 24, 1959, pp. 292-303.

25. “Respondendo-lhe o mateiro queimado, *falando-lhe galego*, estas soos palavras: *Bimarder*. Olhou o cavaleiro pelo barbarismo das letras mudadas na pronunciaçam do *b* por *v* e pareceo-lhe misterio” (o grifo é nosso), *Menina e Moça*, ed. de D. E. Grokenberger, Studium, Lisboa, 1947, p. 51.

26. “O que muito mais se vee nos galiegos e em alguns portugueses dentre Douro e Minho, que por *vós* e *vosso* dizem *bos* e *bosso*, e por *vida* dizem *bida*, e quase todos os nomes em que ha *v* consoante mudão em *b*, e como se o fizessem às vessas, o que nós pronunciamos per *b* pronunção elles per *v*.” Duarte Nunes de Leão, *Orthographia da Lingoa Portuguesa*, João Barreira, Lis boa, 1576, fol. 4 r.

27. Ver sobre este assunto, por um lado, Amado Alonso, *De la Pronunciación Medieval a la Moderna en Español*, Gredos, Madrid, 2 vols., 1955 e 1969, e, por outro, Alvaro Galmés de Fuentes, “El arcaísmo fonológico de los dialectos del norte portugués y su importancia para la lingüística románica en general”, comunicação apresentada ao IX Congresso Intemacional de Lingüística e Filologia Românicas, Lisboa, 1959, in *Boletim de Filologia*, XX, 1961, fasc. 1-2, pp. 19-30.

28. Consulte-se a respeito o quadro da p. 24.

29. Ver Paul Teyssier, “Les textes en ‘aljamia’ portugaise; ce qu’ils nous apprennent sur la prononciation du portugais au début du XVI^e siècle”, comunicação apresentada ao XIV Congresso Internacional de Lingüística e Filologia Românicas, Nápoles, 1974 (a sair nas *Actas* do Congresso).

30. “O s singelo”, diz Quintiliano, “é letra mimosa, e, quando a pronunciamos, alevantamos a ponta da língua para o céu da boca e o espírito assobia pelas ilhargas da língua. O ss dobrado pronuncia-se como o outro, pregando mais a língua no céu da boca. [...] A pronunção do *z* zine entre os dentes cerrados, com a língua chegada a eles e os beijos apartados um do outro. E é nossa própria letra. Esta letra *c* com outro *c* debaixo de si virado para trás, nesta forma *ç*, tem a mesma pronunção que *z*, senão que aperta mais a língua nos dentes.” Fernão de Oliveira, *Gramatica da Lingoagem Portuguesa*, 1536. Citamos pela edição de Maria Leonor Buescu, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 1975, pp. 55-56.

31. “As letras que se costumão muitas vezes trocar hũas por outras, e em que se cometem mais vicios nesta nossa linguagem, são estas que se seguem, convém a saber: *c*, *s*, *z*, e isto nace de não saberem muitos a diferença que há de hũas às outras na pronunção.” Segue-se uma longa análise, onde o autor explica que é preciso distinguir *passos* de *paços*, *coser* de *cozer* e *servo* de *cervo*. E, para terminar, oferece-nos uma descrição fonética em que estabelece a diferença entre *c* e *s*: “E pera saber como se há de fazer esta diferença, entendam que quando pronunciarem qualquer dição com *c*, hão de fazer força com a língua nos dentes debaixo, de maneira que fique algum tanto a ponta dobrada para dentro, e quando for com *s* porão a língua mais folgadamente pera cima, que fique soando a pronunção à

maneira de assovio de cobra...” Pêro de Magalhão Gândavo, *Regras que Ensinam a Maneira de Escrever a Orthographia da Língua Portuguesa*, 2ª ed., 1590; a 1ª ed. é de 1574. Note-se que Gândavo era originário de Braga, logo de uma região em que a antiga distinção se tinha conservado.

32. Estes exemplos foram colhidos em Huber, *Altportugiesisches Elementarbuch*, § 73, 203 e 222.

33. Ver Paul Teyssier, *La Langue de Gil Vicente*, pp. 209-214.

34. “Outro officio teem o c emprestado, quando depois delles se segue h, e lhe damos differente pronunciação do c aspirado dos gregos, como nestas dições *chamar; cheirar; chiar; chupar*. A qual pronunciação tam propria he da lingua hespanhol que nem os gregos nem os latinos, hebreus ou arabes a tiverão, posto que os italianos a imitar na pronunciação do seu *ce, ci*.” Duarte Nunes de Leão, *Orthographia da Lingoa Portuguesa*, fol. 5 r-v.

35. “Outros [vocábulos], que se devem pronunciar, e escrever per *ch*, como *chave, chapeo, chafariz, fechadura*, etc., escrevem e pronunciam *xave, xapeo, xafariz, fexadura*.” João Franco Barreto, *Ortografia da Língua Portuguesa*, Officina de João da Costa, Lisboa, 1671, p. 172.

36. “*Chave, chaminé, China, chove, chuva*, cuja pronunciação não tem similhança com outras letras, e só os oriundos de Lisboa a equivocão tanto com o X que a cada palavra trocam huma por outra, porque não só pronunciam mas também escrevem *xave, xaminé, Xina, xove, xuva*.” João de Moraes Madureyra Feyjó, *Orthographia ou Arte de Escrever, e Pronunciar com Acerto a Língua Portuguesa*, Officina de Miguel Rodrigues, Lisboa, 1734. Citamosmos pela 2ª ed., 1739, p. 43.

37. “Antes das vogais *e, i* tem [a letra *c* em italiano] hum som muito fechado, que imita o tom das letras *tch*: *cena, certo, dicevo, ricevo*, como se estivesse escrito *tchena, tcherto, ditchevo, ritchevo*. Não deixa de haver na língua portuguesa alguma pronúncia que se assemelha à do *c* italiano, qual he a do *ch* nas palavras *chave, chapeo, chamar, chegar, China, chiste, choro, chuva*, onde o dito *ch* se aperta muito, e se differença totalmente das palavras que levão *x*, como *xadrez, enxerto, froxo, roxo, cartuxo, debuxo*.” D. Luiz Caetano de Lima, *Grammatica Italiana*, Lisboa, 1734 (cita-se pela edição de Lisboa, 1756, p. 40). Na *Orthographia*, escreve: “*Ch* requiere tanta força na língua portugueza como na ingleza, v.g. em *cheeks*, ‘faces’, e *church*, ‘igreja’; e muito mais que em francez. Nesta forma erraráõ os francezes que pro nunciarem *chapeo* em portuguez tão brandamente como eles dizem *chapeau*. Com esta força se faz soar o *ch* no principio das palavras *chave, chefe, China, choque, chuva*; no meyo em *machado, rochedo, machinho, cachorro, machuco*; no fim em *penacho, esmicho, esguicho, garrocha, capucha*. Finalmente o *ch* se deve differençar muito da letra *x*, dando-lhe dobrada força.” D. Luiz Caetano de Lima, *Orthographia da Lingua Portuguesa*, Officina de António Isidoro da Fonseca, Lisboa, 1736, pp. 92-93.

38. “Nesta letra (trata-se do *c*) é digno de atenção o demasiado escrúpulo de alguns, que magistralmente decidem que o *x* tem diferente pronúncia do *ch*, antes de *e* ou *i*, e que é erro dizer *xapeo*; mas que se deve pronunciar *chapeo*, carregando muito no *ch*, para distinguir do *x*; e advertem

que é erro da pronúncia da Estremadura pronunciar o *ch* como *x*. Mas, sem fazer caso da decisão destes Senhores, julgo que devemos continuar na pronúncia da Estremadura. Não digo que na escritura convertamos o *ch* em *x*; deixo as coisas como se acham; só digo que na pronúncia não há diferença entre uma e outra letra. Em matéria de pronúncia, sempre se devem preferir os que são mais cultos e falam bem na Estremadura, que todos os das outras Províncias juntas. Ora é certo que os ditos pronunciam docemente como um *x*; e nem só eles, mas muitíssimos de outras Províncias têm a mesma pronúncia. Somente alguma diversidade achei nos Beirenses, que batem mais o dito *c*, encostando-se à pronúncia romana do *c*.” Luís António Vemey, *Verdadeiro Método de Estudar*, Oficina de Antonio Baile, Valensa, 1746. Citamos pela edição de António Salgado Júnior, *Clássicos Sá da Costa*, vol. I, Lisboa, 1949, pp. 78-79.

39. *Op. cit.*, pp. 77-78.

40. *Maître portugais, ou Nouvelle grammaire portugaise et françoise, composée d'après les meilleures grammaires, et particulièrement sur la portugaise et angloise d'Antoine Vieyra Transtagano, maître des Langues portugaise et italienne, et arrangée de manière à pouvoir servir aux François qui désirent apprendre le portugais*, Lisbonne, 1799. Os passos citados estão a pp. 9, 10 e 13.

41. Sobre a história das vogais átonas em português nos séculos XVI, XVII e XVIII, ver: Thomas R. Hart Jr., “Notes on Sixteenth-Century Portuguese Pronunciation”, in *Word*, vol. II, n.º 3, dezembro de 1955, pp. 404-415; id., “The Overseas Dialects as Sources for the History of Portuguese Pronunciation”, comunicação apresentada ao III Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, Lisboa, 1957, in *Actas*, vol. I, 1959, Lisboa, pp. 261-272; I. S. Révah, “Comment et jusqu’ à quel point les parlers brésiliens permettent-ils de reconstituer le système phonétique des parlers portugais des XVI siècles?”, comunicação apresentada ao mesmo Colóquio, in *Actas*, vol. I, 1959, pp. 273-291; id., “L’évolution de la prononciation au Portugal et au Brésil du XVI^e siècle à nos jours”, in *Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Língua Falada no Teatro*, Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, e Universidade Federal da Bahia, 1958, pp. 387-399; José G. Herculano “Nota sobre o vocalismo antigo português: valor dos grafemas E e O em sílaba átona”, in *Revista Portuguesa de Filologia*, XII, 1962-1963, pp. 17-39; Paul Teyssier, “La prononciation des voyelles portugaises au XVI^e siècle d’après le système orthographique de João de Barros”, in *Annali dell’Istituto Universitario Orientale*, Sezione Romanza, Nápoles, vol. VIII, 1966, pp. 127-198; Anthony J. Naro, “On the History of e and o in Portuguese”, in *Language*, vol. 47, 1971, pp. 615-645, artigo reproduzido em tradução portuguesa sob o título “A história do e e do o em português; um estudo de deriva lingüística”, in *Estudos Diacrônicos*, Vozes, Petrópolis, 1973, pp. 9-51 (coleção Perspectivas Lingüísticas, 9).

42. D. Luiz Caetano de Lima, *Grammatica Italiana*, Lisboa, 1734, pp. 9-10.

43. *Op. cit.*, p. 15.

44. Luís António Vemey, *Verdadeiro Método de Estudar*, ed. cit., vol. I, p. 105.

45. “A nosa vós quando acaba de pronunciar a última syllaba, muitas vezes a conserva, como em dama; outras vezes nos parece que a muda para *u*, como concavo, parecendo-nos concavu.” Francisco Nunes Cardoso, *Arte ou Novo Methodo de Ensinar a Ler a Língua Portuguesa por meyo da Estampa, a que se Prepoim hum Novo Systema da sua Orthographia*, Lisboa, 1788, p. 51.

46. Op. cit., p.10.

47. Estudamos o *Entremez do Barbeiro Pobre* no folheto publicado em Lisboa, “na Officina de Francisco Borges de Sousa”, em 1769. A peça foi reeditada em 1792, 1814, 1853 e 1879.

48. Op. cit., p. 10.

49. Op. cit., p. 10.

50. Trata-se de um pequeno manuscrito do formato de uma caderneta de bolso, sem nome do autor; contém uma *Grammaire Portugaise* de 158 páginas e notas diversas, das quais uma traz a data “en may 1682”. As palavras que citamos estão na p. 4.

51. Fr. Luis do Monte Carmelo, *Compendio de Orthographia com Sufficientes Catalogos e Novas Regras para que em todas as Províncias e Domínios de Portugal Possam os Curiosos Compreender Facilmente a Orthologia e Prosodia, isto he, a Recta Pronunciaçam e Accentos Proprios da Lingua Portuguesa*, Lisboa, 1767.

52. “Differe na pronúncia [o dialeto do Algarve] porque ao *e* fechado pronúnciação como *i*, assim como *pedaço* dizem *pidaço*, e ao *i* pronúnciação como *e* fechado, assim como *dizer* pronúnciação *dezer*.” D. Jerónimo Contador de Argote, *Regras da Lingua Portuguesa, Espelho da Lingua Latina*, 2ª ed., Officina da Musica, Lisboa, 1725, p. 295. A 1ª edição foi publicada em 1721 sob o pseudônimo de P. Caetano Maldonado da Gama.

53. *Entremez para o Natal Duas Regateiras, Dous Alfamistas*, folheto publicado em Lisboa, “na Officina de Francisco Sabino dos Santos”, em 1772.

54. Por exemplo, o marujo do *Entremez do Barbeiro Pobre* (1769) diz três vezes *sardenhero* e uma vez *sardinheiro*.

55. Jerónimo Soares Barbosa, *Grammatica Philosophica da Lingua Portuguesa* (1822, edição póstuma, pois o autor, nascido em 1737, morreu em 1816), transcreve *-em* como *-êe*, e *ę* (fechado) diante de consoante palatal como conservando o seu timbre; João Crisóstomo de Couto e Meio, *Nôvo Método de Ensinár a Apredêr a Pronunciação e Lêitura da Linguágêe Portuguêza pâra Úso das Escólas Particulâres do Exército* (Lisboa, 1817), transcreve regularmente *ei* por *êi* (ex.: *ordenêi, mêio*), *-em* por *-êe* (ex.: *bêe, “bem”*), *ę* diante de *nh, lh* e *ch* por *ê* (ex.: *tênh*), e *ę* diante de *j* por *êi* (ex.: *sêija, “seja”*). Mas em 1883 A. R. Gonçalves Viana, no seu “Essai de phonétique et de phonologie de la langue portugaise, d’après le dialecte

actuel de Lisbonne” (in *Romania*, XII, 1883, pp. 29-98; 2ª ed., in *Boletim de Filologia*, VII, 1940, pp. 161-243; 3ª ed., in A. R. Gonçalves Viana, *Estudos de Fonética Portuguesa*, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 1973, pp. 83-152), descreve *ei* como [äy], *-em* como [ãy] e o antigo *ę* diante de consoante palatal como [ä], acentuando que estas pronúncias são típicas de Lisboa.

56. José Inácio Roquete, *Código do Bom Tom, ou Regras de Civilidade e de Bem Viver no XIX Século*, em casa de J. P. Aillaud, Paris, 1845, p. 249.

57. Cf. uma carta de Gonçalves Viana a Leite de Vasconcelos, por este publicada no *Boletim da Segunda Classe da Academia das Ciências de Lisboa*, X, nº 3, 1916, p. 617.

58. “Elle [l’ancipite centrale vibrante *rr*] est prononcée un peu plus en arrière que *r* simple, et est généralement linguale. On trouvera individuellement des *r* vibrantes uvulaires, même parmi les gens qui prononcent *r* simple comme une linguale.” A. R. Gonçalves Viana, *Essai*, cit., p. 102. (Cita-se pela 3ª edição, fac-similar da 1ª, com emendas do próprio Gonçalves Viana, Lisboa, 1973.)

59. “La prononciation uvulaire de *rr*, mais non pas de *-r-*, [...] se répand de plus en plus dans les villes. Cependant, on la regarde encore comme vicieuse, le *rr* apical étant toujours préférable au grassement de [ʀ] qui individuellement est plus profond qu’en français ou en allemand.” A. R. Gonçalves Viana, *Portugais: phonétique et phonologie, morphologie textes*, Teubner, Leipzig, 1903, p. 19.

60. Ver Paul Teyssier, *La Langue de Gil Vicente*, Klincksieck, Paris, 1959, *passim*.

61. Remetemos à excelente edição crítica do *Leal Conselheiro*, organizada por Joseph M. Piel, Bertrand, Lisboa, 1942.

62. Ver Mestre André de Resende, *A Santa Vida e Religiosa Conversação de Frei Pedro, Porteiro do Mosteiro de S. Domingos de Évora*, edição por Serafim da Silva Neto, Edições Dois Mundos, Rio de Janeiro, s.d., 1947, pp. 86-87.

63. Este *Índice Analítico do Vocabulário de Os Lusíadas*, organizado por A. G. Cunha, foi publicado em 1966, no Rio de Janeiro, em três volumes, pelo Instituto Nacional do Livro. Em 1980 saiu a 2ª edição, num só volume, publicada, em convênio com o referido Instituto, pela Editora Presença do Rio de Janeiro.

64. Para Gil Vicente, utilizamos nosso ficheiro pessoal, que compreende todos os vocábulos atestados em português e em espanhol, em todas as ocorrências.

65. *Leal Conselheiro*, ed. Piel, p. 267.

66. Mons. Sebastião Rodolfo Dalgado, *Glossário Luso-Asiático*, 2 vols., Imprensa da Universidade, Coimbra, 1919-1921.

67. Sobre o bilingüismo luso-espanhol em Gil Vicente, ver Paul Teyssier, *La Langue de Gil Vicente*, pp. 293-425.

68. Exemplo tirado do “Sermão de Santa Catarina”, in António Vieira, *Sermões*, Porto, 1905-1909, vol. I, p. 29.

69. Quanto aos fatos da história do Brasil, remetemos aos trabalhos especializados. Limitar-nos-emos aqui a expor os acontecimentos de interesse para a implantação e a evolução da língua portuguesa no Brasil.

70. Citamos segundo Serafim da Silva Neto, *Introdução ao Estudo da Língua Portuguesa no Brasil*, 2ª ed., MEC/INL, Rio de Janeiro, 1963, p. 55.

71. Ver Celso Cunha, “Linguagem e condição social no Brasil”, in *Revista de Letras*, Universidade Federal do Ceará, vol. I, nº 3, 1979, pp. 72-73.

72. “Há os dialectos ultramarinos e conquistas de Portugal, como India, Brasil, etc., os quaes tem muytos termos das línguas barbaras e muytos vocabulos do portuguez antigo.” D. Jerónimo Contador de Argote, *Regras da Lingua Portuguesa, Espelho da Lingua Latina*, 2ª ed., Lisboa, 1725, p. 300.

73. Frei Luís do Monte Carmelo, *Compendio de Orthographia*, Lisboa, 1767. O autor cita numerosas palavras com “dois acentos”, isto é, que, além do acento tônico normal, apresentam uma vogal pretônica aberta (ex.: *aquêcer*, *bêsteiro*, *bràdar*, *càveira*, *còrar*, *esquêcer*, *mèzinha*, *pàdeiro*, *prêgar sádio*, *vádio*), e fá-las preceder da seguinte indicação: “Finalmente costumam pronunciar-se com dois acentos dominantes as dições do segUinte ca talogo, e as derivadas, as quais devem notar bem os brasilienses, porque confundem os acentos da nossa lingua.” (*Op. cit.*, p. 128.)

74. Como dissemos na nota 55, a obra é póstuma, pois o autor morreu em 1816.

75. Jerónimo Soares Barbosa, *Grammatica Philosophica*, pp. 31, 51 e 52. Citamos pela 2ª edição (1830), idêntica à 1ª (1822).

76 *Nova Pessa Intitulada O Mizeravel Enganado*, folheto publicado “na Officina de Francisco Borges de Sousa”, Lisboa, 1788. Uma personagem (Fabrício) faz-se passar por um *senhor de engenho carioca*. Uma indicação de cena precisa: “Fabrício com hum roupão de seda e barrete, affectando a falla de carioca.” (p. 11.)

77. *O Periquito ao Ar* ou *O Velho Uzurario*, farça que se representou no Theatro Nacional do Salitre com geral aceitação, composta pelo Profeçôr Manoel Rodrigues Maia, ampliada por Alexandre Jozé Victor da Costa Sequeira, copiada aos 19 de janei ro de 1818, Bibliothèque Nationale de Paris, Manusc. Port. 101 (nouvelle cote), t. 26, f^{os}. 304-324.

78. Sobre o português do Brasil possuímos hoje uma bibliografia bastante completa: Wolf Dietrich, *Bibliografia da Língua Portuguesa do Brasil*, Gunter Narr Verlag, Tübingen, 1980. Consultem-se sobre o assunto particularmente: Serafim da Silva Neto, *Introdução ao Estudo da Língua Portuguesa no Brasil*, 2ª ed., MEC/IIINL, Rio de Janeiro, 1963; id., “A língua portuguesa no Brasil; problemas”, separata da *Revista de Portugal*, Lisboa, 1960; Sílvio Elia, *O Problema da Língua Brasileira*, 2ª ed., MEC/INL, Rio de Janeiro, 1961; id., *Ensaio de Filologia e Lingüística*, 2ª ed., MEC/Grifo, Rio

de Janeiro, 1975; Gladstone Chaves de Meio, *A Língua do Brasil*, 4ª ed., Padrão, Rio de Janeiro, 1981; Clóvis Monteiro, *Português da Europa e Português da América*, 3ª ed., Acadêmica, Rio de Janeiro, 1959; Celso Cunha, *Uma Política do Idioma*, 4ª ed., Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, 1976; id., *Língua Portuguesa e Realidade Brasileira*, 8ª ed., Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, 1982; Manuel de Paiva Boléo, “Brasileirismos; problemas de método”, separata de *Brasília*, III, 1943; id., “Unidade e variedade da língua portuguesa”, in *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*, XX, 1954, pp. 5-28; Joaquim Mattoso Câmara Júnior, *Para o Estudo da Fonêmica Portuguesa*, 2ª ed., Padrão, Rio de Janeiro, 1977; id., *The Portuguese Language*, The University of Chicago Press, 1972 (edição brasileira, sob o título *História e Estrutura da Língua Portuguesa*, Padrão, Rio de Janeiro, 1975); id., *Dispersos*, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1972; David T. Habery, “O nacionalismo lingüístico no Brasil pós-colonial: um estudo comparativo”, in *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, vol. 14, 1973, pp. 23-34; Jacques Raimundo, *A Língua Portuguesa no Brasil: Expansão, Penetração, Unidade e Estado Actual*, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1941; Paul Teyssier, “Université et diversité de la langue portugaise”, comunicação apresentada ao XV Congresso Internacional de Lingüística e Filologia Românicas, Rio de Janeiro, 25-29 de julho de 1977, que será publicada em suas *Atas*. Quanto aos estudos de caráter regional, merecem citação particular os dois atlas lingüísticos: Nelson Rossi, *Atlas Prévio dos Falares Baianos*, MEC/INL, Rio de Janeiro, 1963; José Ribeiro et alii, *Esboço de um Atlas Lingüístico de Minas Gerais*, vol. I, MEC/Casa de Rui Barbosa/UFJF, Rio de Janeiro, 1977; e também as seguintes monografias dialetais: Amadeu Amaral, *O Dialeto Caipira; Gramática, Vocabulário*, 2ª ed., Anhembi, São Paulo, 1955; Antenor Nascentes, *O Linguajar Carioca*, 2ª ed., Simões, Rio de Janeiro, 1953; Antônio Houaiss, “Tentativa de descrição do sistema vocálico do português culto na área dita carioca”, separata dos *Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Língua Falada no Teatro*, Rio de Janeiro, 1959; Mário Marroquim, *A Língua do Nordeste: Alagoas e Pernambuco*, 2ª ed., Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1945; Heinrich A.W. Bunse, *São José do Norte: Aspectos Lingüístico-Etnográficos do Antigo Município*, 2ª ed., Mercado Aberto, Porto Alegre, 1981; Ada Natal Rodrigues, *O Dialeto Caipira na Região de Piracicaba*, Ática, São Paulo, 1974; José A. Teixeira, *Linguagem de Goiás*, Editora Anchieta, São Paulo, 1944; id., “O falar mineiro”, separata da *Revista do Arquivo Municipal*, vol. XLV, São Paulo, 1938.

79. Uma visão geral da dialetologia brasileira poderá ter-se em Dinah Isensee Callou e Maria Helena Duarte Marques, “Os estudos dialetológicos no Brasil e o Projeto de Estudo da Norma Lingüística Culta”, in *Littera*, ano III, maio-agosto de 1973, pp. 100-111. Ver também Sílvio Elia, “Unidade e diversidade fonética do português do Brasil” e “Nota sobre as áreas dialetais brasileiras”, estudos incluídos nos *Ensaio de Filologia e Lingüística*, 2ª ed., 1975, respectivamente a pp. 177-224 e 225-231; Celso Cunha e Dinah Isensee Callou, “Falares regionais”, in *Atlas Cultural do Brasil*, MEC/CFC/FENAME, Rio de Janeiro, 1972, pp. 111-117 (mapa da p. 117).

80. Jorge Amado, *Jubiabá*, 6ª ed., Martins, São Paulo, p. 21.

81. Sobre esta querela ver Gladstone Chaves de Melo, *Alencar e a "Língua Brasileira"*, 3ª ed., Conselho Federal de Cultura, Rio de Janeiro, 1972.

82. Dentro da bibliografia existente é justo se ressaltem as contribuições de Luís Carlos Lessa, *O Modernismo Brasileiro e a Língua Portuguesa*, 2ª ed., Grifo, Rio de Janeiro, 1976; e de Raimundo Barbadinho Neto, *Tendências e Constâncias da Língua do Modernismo*, Rio de Janeiro, 1972; id., *Sobre a Norma Literária do Modernismo*, Livro Técnico, Rio de Janeiro, 1977.

83. Ver o "Juízo crítico" de Gonçalves Viana (datado de 1909), que inicia o livro de Cândido de Figueiredo *O Problema da Colocação de Pronomes*, 7ª ed., Lisboa, 1944.

84. Clóvis Monteiro, *Português da Europa e Português da América*, 3ª ed., Acadêmica, Rio de Janeiro, 1959, pp. 140-142.

85. "Tem-se sempre exagerado a influência indígena e africana no português do Brasil. Razões psicológicas explicam-no parcialmente: ou o desejo de exaltar a riqueza do nosso vocabulário, ou a vontade veemente de demonstrar a diferença extrema que resultaria no reconhecimento duma língua brasileira." Serafim da Silva Neto, "A língua portuguesa no Brasil", separata da *Revista de Portugal*, vol. XXV, Lisboa, 1960, p. 17. Este estudo foi incluído na 2ª edição da *História da Língua Portuguesa*, Livros de Portugal, Rio de Janeiro, 1970, pp. 581-634. O passo citado nesta republicação vem na p. 593.

86. Renato Mendonça, *A Influência Africana no Português do Brasil*, Porto, 1948, p. 242, explica *minhoca* como uma palavra do kimbundu. Mas *minhoca* já aparece em *Ulissipo* de Jorge Ferreira de Vasconcelos.

87. Para as populações, as cifras relacionadas datam do período anterior à independência.

88. Michel Laban, *L'oeuvre littéraire de Luandino Vieira*, thèse de 3^e cycle, Paris-Sorbonne, 1979 (exemplares datilografados).

Bibliografia sumária_____

A única obra importante consagrada à história da língua portuguesa é: Serafim da Silva Neto, *História da Língua Portuguesa*, 1ª ed., Livros de Portugal, Rio de Janeiro, 1952-1957; 2ª ed., Livros de Portugal, Rio de Janeiro, 1970; 3ª ed., MEC/Presença, Rio de Janeiro, 1979.

Gramáticas históricas:

ALI, MANUEL SAID, *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*, 1ª ed., Melhoramentos, São Paulo, 1921-1923; 3ª ed., Melhoramentos, São Paulo, 1964.

CÂMARA JR., JOAQUIM MATOSO, *The Portuguese Language*, University of Chicago, Chicago-London, 1972 (trad. de Anthony J. Naro). Posteriormente, saiu a edição brasileira: *História e Estrutura da Língua Portuguesa*, Padrão, Rio de Janeiro, 1975.

COUTINHO, ISMAEL DE LIMA, *Pontos de Gramática Histórica*, 1ª ed., Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1938; 7ª ed., Livro Técnico, Rio de Janeiro, 1976.

DIAS, AUGUSTO EPIFANIO DA SILVA, *Sintaxe Histórica Portuguesa*, 1ª ed., Clássica Editora, 1918; 4ª ed., Clássica Editora, 1959.

NETO, SERAFIM DA SILVA, *Introdução ao Estudo da Filologia Portuguesa*, 1ª ed., Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1956; 2ª ed., Grifo, Rio de Janeiro, 1976.

NUNES, JOSÉ JOAQUIM, *Compêndio de Gramática Histórica Portuguesa*, 1ª ed., Clássica Editora, Lisboa, 1919; 6ª ed., Clássica Editora, Lisboa, 1960.

SILVEIRA, ÁLVARO FERDINANDO DE SOUSA DA, *Lições de Português*, 1ª ed., edição da *Revista de Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro, 1923; 8ª ed., Livros de Portugal, Rio de Janeiro, 1972.

VASCONCELOS, CAROLINA MICHAËLIS DE, *Lições de Filologia Portuguesa, seguidas das Lições Práticas de Português Arcaico*, edição da *Revista de Portugal*, Lisboa, 1946 (cursos ministrados nos anos de 1911-1912 e 1912-1913).

VASCONCELOS, JOSE LEITE DE, *Lições de Filologia Portuguesa*, 1ª ed., A. M. Teixeira, Lisboa, 1911; 2ª ed., Biblioteca Nacional, Lisboa, 1926; 3ª ed., Livros de Portugal, Rio de Janeiro, 1959.

WILLIAMS, EDWIN B., *From Latin to Portuguese. Historical Phonology and Morphology of the Portuguese Language*, University of Pennsylvania, Philadelphia, 1938; 2ª ed., University of Pennsylvania, Philadelphia, 1962. Tradução portuguesa por Antônio Houaiss: *Do Latim ao Português. Fonologia*

e Morfologia Históricas da Língua Portuguesa, MEC/INL, Rio de Janeiro, 1961; 3ª ed., Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, 1975.

Das origens ao século XVI:

HUBER, JOSEPH, *Altportugiesisches Elementarbuch*, Carl Winter, Heidelberg, 1933.

História da língua e estilística:

CARDOSO, WILTON, e CUNHA, CELSO, *Estilística e Gramática Histórica. Português através de Textos*, Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, 1978.

Descrição fonética e fonológica do português europeu:

BARBOSA, JORGE MORAIS, *Études de phonologie portugaise*, Junta de Investigações do Ultramar, Lisboa, 1965.

Descrição fonológica do português do Brasil:

CÂMARA JR., JOAQUIM MATTOSO, *Para o Estudo da Fonêmica Portuguesa*, 1ª ed., Simões, Rio de Janeiro, 1953; 2ª ed., Padrão, Rio de Janeiro, 1977.

Descrição do português moderno (variante europeia e variante brasileira):

TEYSSIER, PAUL, *Manuel de langue portugaise (Portugal Brésil)*, Klincksieck, Paris, 1976.

História da língua espanhola (para situar o português no conjunto ibérico de que ele faz parte):

LAPESA, RAFAEL, *História de la Lengua Española*, 1ª ed., Escelicer, Madrid, 1942; 8ª ed. (refundida), Gredos, Madrid, 1980.

Dicionários:

FERREIRA, AURÉLIO BUARQUE DE HOLANDA, *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1975. Repertório muito completo. Contém os brasileirismos mais correntes.

SILVA, ANTÓNIO DE MORAIS, *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*, 1ª ed., Lisboa, 1789, 10ª ed., 12 vols., Confluência, Lisboa, 1949-1959. É o repertório mais completo da língua.

Dicionários etimológicos:

COROMINAS, JOAN, *Diccionario Crítico Etimológico de la Lengua Castellana*, 4 vols., Gredos, Madrid, 1954-1957. Nova edição, preparada por Joan Corominas e José A. Pascual, sob o título *Diccionario Crítico Etimológico Castellano y Hispánico*, Gredos, Madrid (em curso de publicação desde 1980, tendo até agora saído 4 volumes dos 6 programados). Este dicionário etimológico do espanhol serve também para o português, não só pela proximidade das duas línguas, mas também pela freqüente referência que nele se faz aos outros idiomas peninsulares.

MACHADO, JOSE PEDRO, *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, 1ª ed.. 2 vols., Confluência, Lisboa, 1952-1959; 3ª ed., 5 vols., Confluência, Lisboa, 1977.

NASCENTES, ANTENOR, *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, edição do autor, Rio de Janeiro, 1932; 2ª tiragem, Rio de Janeiro, 1955. A obra completa-se com um 2º tomo, dedicado à origem dos nomes próprios, Rio de Janeiro, 1952.

Dialetologia:

Há hoje duas bibliografias muito completas dos dialetos e falares da língua portuguesa:

CINTRA, LUIS FILIPE LINDLEY, *et alii*, *Bibliografia Dialectal Galego-Portuguesa*, Centro de Lingüística das Universidades de Lisboa, Lisboa, 1976.

DIETRICH, WOLF, *Bibliografia da Língua Portuguesa do Brasil*, Gunter Narr, Tübingen, 1980.

Advertência final ---

Para não sobrecarregar o presente volume, evitou-se indicar em notas os numerosos empréstimos feitos às obras constantes desta bibliografia sumária. Assim sendo, nas notas só se faz, em geral, referência a livros e artigos especializados que não figuram nesta bibliografia.



http://groups.google.com/group/Viciados_em_Livros

<http://groups.google.com/group/digitalsource>